

Maria Virgínia Borges Amaral
Mónica G. Zoppi-Fontana
Sóstenes Ericson
(Organizadores)

DO DISCURSO

Fronteiras e Perspectivas



PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

Equipe Editorial

Editores-chefes

Profa. Dra. Mónica G. Zoppi-Fontana
Profa. Dra. Maria Virgínia Borges Amaral
Prof. Dr. Sóstenes Ericson

Revisão

Profa. Dra. Mónica G. Zoppi-Fontana
Profa. Dra. Maria Virgínia Borges Amaral
Prof. Dr. Sóstenes Ericson

Preparação de Texto

Prof. Dr. Sóstenes Ericson

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)

A485d Amaral, Maria Virgínia Borges; Zoppi-Fontana, Mónica G.; Ericson, Sóstenes (org.).

Do discurso: fronteiras e perspectivas /

Organizadores: Maria Virgínia Borges Amaral, Mónica G. Zoppi-Fontana e Sóstenes Ericson.

1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2023;
fotografias.
E-Book: 7 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-937-1.

1. Análise do Discurso. 2. Argumentação. 3. Linguística.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso. 401.41
2. Linguística. 410

Maria Virgínia Borges Amaral
Mónica G. Zoppi-Fontana
Sóstenes Ericson
(Organizadores)

DO DISCURSO

Fronteiras e Perspectivas



Copyright © 2023 – Dos organizadores representantes dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Giovanna Benedetto Flores

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: Acessa Design

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

“A Palavra
cria, subverte e celebra
seus simbolismos
suas metáforas
seus confrontos
fracassos
fronteiras...”

Arriete Vilela, escritora alagoana, trecho do Poema 14,
em *Obra poética reunida*, 2009.

SUMÁRIO

Apresentação_____	8
Prefácio – Entre palavras e afetos, desfazendo fronteiras: uma homenagem à Mónica G. Zoppi-Fontana_____	9
Sóstenes Ericson	
1. Políticas Públicas Educacionais em disputa: carreira docente e efeitos do neoliberalismo_____	12
Luciana Nogueira	
Rodolfo Soares Moimaz	
2. Circunstâncias de Publicidade e Propaganda: discursos em movimento_____	38
Heder Cleber de Castro Rangel	
3. La transition écologique dans la presse quotidienne nationale et régionale en France: entre «adéquationnisme» et transformation sociétale_____	55
Natacha Souillard	
4. Empreendedorismo feminino: uma relação característica entre passado e atualidade_____	80
Cristiane Gomes de Souza	
5. Masculinidade tóxica: gênero, raça e classe_____	101
Fábio Araújo Oliveira	
Nadia de Jesus Santos	

6. Cale-se, Chico: “não há dominação sem resistência!” _____ 120

Gabriela Costa Moura

7. Condições de produção e institucionalização da cafeicultura brasileira _____ 141

Sheilla Maria Resende

8. Entre Umbanda e Candomblé no Sul de Minas Gerais: história, memória e sentidos em movimento _____ 160

Francisco Marcelo Ivo

Débora Massmann

Salete Bernardo

9. Análise do Discurso e Ontologia marxiana _____ 186

Belmira Magalhães

Helson Flávio da Silva Sobrinho

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante

10. “Reforma da Previdência”: na disputa pelo poder das palavras, a argumentação no discurso neoliberal _____ 204

Maria Virgínia Borges Amaral

Mónica G. Zoppi-Fontana

Sóstenes Ericson



Apresentação

A Coletânea *Do discurso: fronteiras e perspectivas* apresenta estudos em torno de temáticas contemporâneas, investigadas à luz do referencial da teoria materialista do discurso inaugurada por Michel Pêcheux. Na perspectiva da historicidade, esta obra traz uma leitura das formas de significação da existência da sociedade capitalista, levantando pontos de reflexão acerca de problemas de diversas ordens, contando com a colaboração de pesquisadores/as que têm contribuído na interlocução das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudo em Análise do Discurso (GrAD)–CNPq/UFAL na última década, em suas fronteiras epistemológicas, políticas e territoriais.

Trata-se de uma obra composta por dez capítulos, especialmente, pensada a partir da necessidade de aprofundamentos nos diálogos desenvolvidos entre o GrAD e pesquisadores/as do Brasil e do exterior, que possibilitam reflexões teóricas e gestos de análises, pondo em relação diferentes contribuições em torno do discurso, aqui apreendido enquanto prática social.



|| P R E F Á C I O ||

**Entre palavras e afetos, desfazendo
fronteiras: uma homenagem à Mónica G.
Zoppi-Fontana**

Sóstenes Ericson

A escrita deste Prefácio dialoga de modo muito especial com a proposta da Coletânea *Do discurso: fronteiras e perspectivas*. Em se tratando da última década, expressa as interlocuções desenvolvidas no e a partir do Grupo de Estudo em Análise do Discurso (GrAD).

Em tempos tão desafiadores, a organização desta obra surgiu como uma Ponta Verde de esperança, na imensidão do mar dos sentidos, tanto nas profundezas teóricas de onde emergem os fundamentos analíticos apresentados, quanto nas conseqüentes ondas que distanciam e aproximam as palavras, nas fronteiras do dizer (e do não dizer).

Refazendo o sumário, inicio pelo último capítulo, apontando um gesto histórico de um feliz encontro em três atos: primeiro entre a Mónica e a Virgínia; depois da Virgínia comigo e em seguida, da Virgínia me apresentando à Mónica. Desse modo, a organização da Coletânea proporcionou a continuidade de um trabalho coletivo, regado a palavras, vinhos e sorrisos, resultando também no capítulo intitulado “*Reforma da Previdência*”: *na disputa pelo poder das palavras, a argumentação no discurso neoliberal*, cuja primeira versão foi apresen-

tada em Campinas/SP, em 2021, por ocasião da III Jornada Internacional Semântica e Enunciação.

Foi justamente nesses (re)encontros que tantas pessoas queridas foram se somando a nós, pelo acontecimento do discurso. De Alagoas, destaco a interlocução sempre tão profícua com Belmira Magalhães, Maria do Socorro Cavalcante e Helson Flávio da Silva Sobrinho, que nos brindam com uma contribuição singular, em se tratando de *Análise do Discurso e Ontologia Marxiana*.

Por sua vez, as contribuições de Heder Cleber de Castro Rangel, com o capítulo *Circunstâncias de Publicidade e Propaganda: discursos em movimento*, para além das especificidades apontadas no título, desenvolve uma reflexão apurada sobre as condições de produção do discurso.

Cristiane Gomes de Souza, com quem compartilho o mestrado em Serviço Social e a orientação de doutorado com a Virgínia, põe em perspectiva o empreendedorismo feminino, enquanto uma relação característica entre passado e atualidade. Em outro capítulo, as contribuições de Michel Pêcheux comparecem já desde o título, quando Gabriela Costa Moura analisa o par dominação/resistência, tendo em conta a obra de Chico Buarque.

Ampliando as fronteiras alagoanas, Débora Massmann traz uma importante análise sobre história, memória e sentidos em movimento *Entre Umbanda e Candomblé no sul de Minas Gerais*, em co-autoria com Francisco Marcelo Ivo e Salete Bernardo. De São Paulo, o diálogo sempre tão rico com Luciana Nogueira possibilitou a co-autoria com Rodolfo Soares Moimaz, aqui apresentada no capítulo *Políticas Públicas Educacionais em disputa: carreira docente e efeitos do neoliberalismo*.

Destaco que as contribuições da Mônica, por ocasião do meu estágio pós-doutoral no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp), foram fundamentais para a minha aproximação com os estudos do *care*

desenvolvidos no território francês e orientaram também parte da minha pesquisa documental realizada em Paris/2017. Como desdobramentos das nossas pesquisas, o diálogo se ampliou e tornou possível contar com a participação de Fábio Araújo Oliveira e Nadia de Jesus Santos, com o capítulo *Masculinidade tóxica: gênero, raça e classe*.

Mais recentemente, o percurso de doutorado em cotutela da Sheilla Maria Resende, sob a orientação da Mónica Zoppi-Fontana no Brasil, tornou possível uma interlocução com Thierry Guilbert (orientador na França), especialmente em se tratando da análise do discurso neoliberal. Como desdobramento da sua pesquisa de tese, o capítulo apresentado pela Sheilla põe em relevo as *Condições de produção e institucionalização da cafeicultura brasileira*. Foi também nesse percurso que conheci a Natacha Souillard, que contribui com o capítulo *La transition écologique dans la presse quotidienne nationale et régionale en France: entre «adéquationnisme» et transformation sociétale*.

Considero, então, que os limites deste Prefácio não conseguem esconder a abrangência da Coletânea *Do discurso: fronteiras e perspectivas*, antes realçam os horizontes possíveis a partir de um gesto de generosidade de Mónica G. Zoppi-Fontana, nossa *hermana* mais brasileira, ao orientar a tese de Maria Virgínia Borges Amaral. De algum modo, esta obra é consequência desse momento fundante, e lá se vão alguns anos e tantas recordações. Com a Mónica, tenho aprendido que é possível escrever entre palavras e afetos, desfazendo fronteiras...

Praia da Pajuçara, de vez em quando.



|| C A P Í T U L O 1 ||

Políticas Públicas Educacionais em disputa: carreira docente e efeitos do neoliberalismo

Luciana Nogueira¹
Rodolfo Soares Moimaz²

| Considerações Iniciais

Neste texto, realizamos uma leitura discursiva do documento *A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil* (2010), elaborado por entidades privadas (com destaque à Associação Parceiros da Educação), e que foi essencial ao estabelecimento do *Programa Educação Compromisso de São Paulo*, uma parceria entre ONGs e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Nosso gesto de leitura procura explicitar a textualização do político, a qual se dá em gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto. O político, numa compreensão discursiva, significa que o sentido é sempre dividido e essa divisão tem uma direção que é afetada pelas relações de força derivadas da forma da sociedade na história (ORLANDI, 1998).

1 Doutora em Linguística pela Unicamp. Professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar. E-mail: luciana.nogueira@ufscar.br

2 Doutor em Sociologia pela Unicamp. Professor do Instituto Federal de São Paulo–Campus Registro. E-mail: moimaz@gmail.com

Nesse sentido, o político é entendido como conflito, a partir das posições sujeito que são assumidas. No documento analisado, procuramos apontar para uma das formas de privatização da educação pública paulista: o setor privado se propõe a assumir, com apoio da estrutura do Estado, a gestão e aplicação das verbas públicas; a decidir a forma de contratação dos profissionais; a selecionar o currículo a ser estudado nas escolas etc. Assim, este processo, mais do que garantir ganhos econômicos, posicionaria o capital privado em uma localização privilegiada no que tange à formação dos sujeitos, que seriam educados para o convencimento e reprodução deste modo de produção³.

Nesse sentido, podemos dizer que os discursos sobre o (mercado de) trabalho afetam a constituição do sujeito aluno, que é então colocado como “autoempreendedor”, a partir de políticas que buscam regular ‘como’ e ‘o que’ se pode e deve ser estudado na escola, com efeitos nos discursos sobre educação e ensino em reforma política-educacional, conforme Nogueira e Dias (2018). Essa discursividade (que é a inscrição da língua na história) é marcada por discursos em que as relações entre educação e trabalho são evidenciadas, como as que “preparam os alunos para o mercado de trabalho”, visando atender a demanda do (mercado de) trabalho.

A análise do documento é feita a partir de um referencial teórico que permite sua caracterização como um exemplo regional de projeto neoliberal, sendo este um neoliberalismo adaptado às questões do século XXI, em especial, como resposta à crise econômica mundial eclodida em 2007-2008. Em outras palavras, o documento acompanha, ainda que de maneira não-mecânica, orientações expressas por Organismos

3 Vale estabelecer aqui uma relação com o que significa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em termos de papel do capital privado nas políticas públicas educacionais. Para a professora da Faculdade de Educação da Unicamp, Maria do Carmo Martins, em matéria para o Jornal da Unicamp sobre a BNCC, ela afirma que: “A Base não é uma pauta específica dos segmentos privatizantes. Ao contrário, ela está na agenda de diferentes grupos sociais, inclusive os que fazem uma forte defesa da escola pública de qualidade. No entanto, os representantes dos interesses mercadológicos se vincularam ao Estado e conseguiram explicitar suas demandas” (JORNAL DA UNICAMP, 4 dez. 2017, s/p.).

Internacionais como o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), localizando o capital como parte ativa da elaboração de políticas públicas. Este espaço, disputado pelo setor privado, mais que meramente uma enorme fonte de multiplicação de fortunas, seria também de propaganda da ideologia neoliberal, da formação de sujeitos que se engajem na necessidade de reprodução do capitalismo, como será analisado a seguir.

Vale dizer ainda, como parte das considerações iniciais, que o presente trabalho se desenvolveu pelo encontro de pesquisadores de diferentes áreas: sociologia e análise de discurso, pensando, no entanto, numa mesma temática: o funcionamento da ideologia ou do discurso neoliberal na educação a partir de diferentes formulações. Uma delas se expressa na constituição do documento que propomos analisar (o TQEPB). Interessa-nos, mais especificamente, compreender o modo como o professor, ou melhor, a carreira docente é significada aí.

| Neoliberalismo e o projeto de educação

Em seus estudos sobre o neoliberalismo, Dardot e Laval (2016) afirmam que a originalidade deste pode ser compreendida através da construção das relações entre instituições e ação individual. Isto é, a concorrência da empresa no mercado deve ser a forma pela qual os indivíduos orientam suas ações, em detrimento e deslegitimação da intervenção estatal.

Para esses autores, se, na economia neoclássica compreende-se o mercado como um modelo estático, cuja dinâmica representaria obstáculos à intervenção dos agentes econômicos, no neoliberalismo defendido pela escola austríaca, é essencial a noção de *movimento*. Ou seja, a concorrência, a competição por mais informações que possibilitariam melhores negócios, seria o estímulo fundamental ao desenvolvimento. Portanto, não haveria um *equilíbrio ideal* de mercado, mas empreendimentos ininterruptos aplicados pelos agentes econô-

micos. Neste constructo, o Estado funciona como freio às ações criadoras dos sujeitos.

Assim, a hegemonização do neoliberalismo, a partir da década de 1970, teria se dado através de um processo marcado por um

conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos. (...) A virada começou por pressão de certas condições, sem que ninguém sonhasse ainda com um novo modo de regulação em escala mundial. Nossa tese é que esse objetivo tenha se constituído ao longo do próprio confronto, se impondo a forças muito diferentes em razão da própria lógica do confronto e, a partir desse momento, feito o papel de catalisador, oferecendo um ponto de encontro a forças até então relativamente dispersas (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 191-192).

Nesse sentido, como destaca Harvey, a implementação do neoliberalismo foi se dando de modo relativamente pragmático, a partir de respostas aos conflitos entre forças sociais antagônicas—mas sempre no sentido de, globalmente, ampliar a concentração de renda e recursos das classes dominantes (HARVEY, 2008).

Enfatizando a ideia do *movimento* como característica fundamental do neoliberalismo, Robertson (2012), ao analisar a implementação de políticas neoliberais em serviços públicos, especialmente na Educação, destaca uma característica importante: o estabelecimento de metas que, concretamente, seriam inatingíveis. Na propaganda sobre estas políticas, porém, são afirmadas as possibilidades do seu cumprimento, a depender do esforço desempenhado para este fim. Desse modo, afirma a autora, “ironicamente, o neoliberalismo possui uma dinâmica progressiva, em virtude exatamente do caráter inatingível de seu destino idealizado.” (PECK, 2010, apud ROBERTSON, 2012, p. 287). Ou seja, a partir de objetivos impalpáveis, seriam projetadas

medidas concretas, que tenderiam, conseqüentemente, ao fracasso (ROBERTSON, 2012). Ainda acerca da característica do *movimento*, para a autora, as agências internacionais, porta-vozes do neoliberalismo, demonstraram enorme capacidade de flexibilizar suas políticas e diretrizes. Tais mudanças teriam se mostrado eficientes o suficiente para garantirem a manutenção e reprodução do capitalismo, mesmo após períodos de crises econômicas severas. Por exemplo, a partir de 2008, pior momento enfrentado pelo capitalismo desde a crise de 1929 – e o neoliberalismo foi abertamente questionado como paradigma econômico mundial –, o Banco Mundial (BM) publicou um programa de modernização do sistema multilateral, que culminou na criação do *Novo Banco Mundial*. A autora afirma que, nesse processo, o BM assumia posturas que foram consideradas, por diferentes estudos, como um recuo do neoliberalismo, e, portanto, a fundação de uma nova ordem mundial pós-neoliberal. Para Robertson (2012), ao contrário, estas determinações representaram reinvenções na implementação do neoliberalismo.

A autora destaca alguns documentos do BM que exemplificam este momento, dentre os quais pode-se destacar o: *Estratégia 2020 para a educação (Education strategy 2020)*, publicado em 2011, que expressa as diretrizes elaboradas pela entidade em decorrência da crise de 2008. Aqui, o BM expressa que falhas de regulação fiscal foram partes essenciais para explicar a crise, e que sua superação e prevenção envolveria a participação ativa de um “governo efetivo” (ROBERTSON, 2012). Se, num primeiro momento, pode parecer que essa proposta inclui o fortalecimento de governos, na verdade, afirma a autora, o BM sugere um papel expandido para si e suas entidades correlatas; bem como mais destaque para a participação do setor privado que, através de mecanismos como as Parcerias Público-Privadas (PPP)–isto é, uma intervenção não isolada, mas ancorada e garantida pelo poder público–para o suprimento das necessidades das populações mais pobres.

Assim, ainda que tenham sido apontados problemas no funcionamento do mercado financeiro, e tenha-se registrado a defesa de um

governo “efetivo”, o BM busca se localizar, e localizar também o setor privado – através das PPP –, com papel central nas decisões políticas, sociais e econômicas dos Estados. Ao trazer elaborações sobre a Educação, o texto propõe uma definição: a denominação “sistema de educação”, que inclui espectro mais amplo de atores–de “governos nacionais e locais até provedores privados de educação, indivíduos e suas famílias, comunidades e organizações não lucrativas e lucrativas–**a porta fica efetivamente aberta ao setor privado de maneira sistemática.**” (ROBERTSON, 2012, p. 294, negritos nossos).

Em resumo, para Robertson (2012), intervenções como estas, descritas em documentos de organismos internacionais, e em um contexto de reorganização do neoliberalismo, exemplificam como o setor privado (composto, no caso, por instituições com e sem fins lucrativos) assumem papel central na concepção dos sistemas de educação–não mais como agente externo, mas como componente interno dos processos de elaboração, implementação e fiscalização. Portanto, o documento *A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil* (TQEPB) se constitui para nós, enquanto analistas, um observatório muito importante para a análise da textualização do político. Quando pensamos nas instâncias da produção do discurso, dos sentidos, em termos de constituição, formulação e circulação (ORLANDI, 2001), a relação autor/texto/comentário, própria do nível da formulação tem um interesse específico.

Para Robertson (2012), esta é uma mudança que acarreta profundas consequências, como a perda de relevância do setor público nas decisões e formulações destas políticas públicas–sendo, progressivamente, relegado a um papel de financiador desses movimentos. Neste sentido, politicamente, seria possível perceber um enfraquecimento das fronteiras entre autoridade pública e privada: as atividades de interesse público passam a ser administradas por administradores privados, em nível regional, nacional e global. Em outras palavras, a esfera privada tem sua autoridade potencializada, em detrimento

dos governos; e, destacando o papel do BM, pode-se afirmar que, neste movimento, o supranacional se destaca frente ao nacional—o que gera implicações significativas para a educação, para a sociedade e para a democracia.” (ROBERTSON, 2012, p. 299).

Assim, ceder ao capital privado o direito de decisão sobre as políticas públicas, como, no caso, as educacionais, representa um avanço estratégico das corporações, que não passaram por nenhum processo de eleição democrático para implementação de sua agenda, utilizando, inclusive, a estrutura do Estado (AU, 2016).

Este é um processo de destaque, uma vez que a implementação de diretrizes neoliberais não consiste, somente, em mudanças exclusivamente econômicas. Isto é, no processo de elaboração das políticas públicas, além do currículo a ser adotado pelas redes de ensino, os conceitos e termos a serem utilizados – e banidos –, está presente, também, uma profunda disputa política e ideológica. Por exemplo, conforme visto acima, em Dardot e Laval (2016), o desenvolvimento social, no ideário neoliberal, dependeria da ação inovadora dos indivíduos; assim, se a força criadora é a competição entre agentes econômicos – e isso seria condição fundamental para o *bem comum* – o Estado seria um obstáculo totalitário ao aprimoramento coletivo.

Portanto, mais que um modelo de mercado, o neoliberalismo propõe um projeto de sociedade, de “formação”, de constituição de sujeitos (*autoempreendedores*⁴). É o mercado quem deve formar o sujeito empresarial, jamais o Estado, isto porque o “ser referencial desse neoliberalismo [é] (...) o homem da empresa que escolhe um objetivo

4 Para Dardot e Laval (2016) não se pode atribuir o “autogoverno” dos sujeitos (o autoempreendedorismo) como resultado de uma adesão espontânea do sujeito, pelo efeito de um discurso de gestão sedutor, o qual “manipularia” a aspiração de todos à autonomia. “Este ‘controle da subjetividade’, conforme denominação deles, só funciona efetivamente como parte de um mercado de trabalho flexível, onde a ameaça do desemprego é o horizonte de cada funcionário e também produto de técnicas de gestão que, entre outras coisas, se utiliza da individualização do desempenho, a qual é medida e discutida nas entrevistas pessoais a fim de interiorizar aos funcionários a necessidade vital para eles de melhorar continuamente a sua ‘empregabilidade’” (NOGUEIRA, 2017, p. 313).

e pretende realizá-lo” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 140). Mas, nesse processo, compreendemos que o Estado funciona como um articulador simbólico, de modo a legitimar essa prática. Assim, para o neoliberalismo, os indivíduos seriam os únicos capazes de calcularem suas ações, e, partindo das informações que têm, entrar em competição com os demais. Não por acaso, outra característica importante deste arcabouço de ideias está no ataque às formas coletivas de organização, inclusive subjetivamente, através da “corrosão dos laços de solidariedade” decorrentes da “capitalização da vida individual” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 203).

Nessa discussão, acerca da formação dos sujeitos e da disputa ideológica, a educação pública ganha destaque. Trazendo algumas elaborações de Saes (2007), a escola pública seria, fundamentalmente, um espaço de *reprodução social*. Isto é: a escola pública, gratuita, universal, teria papel central na reprodução da estrutura social existente no modo de produção capitalista, pois esta é uma das principais instituições em que é aplicada a ideologia da *meritocracia*.

Para o autor, a escola pública, universal, é um espaço privilegiado para a defesa da crença de que todas as pessoas, no capitalismo, teriam as mesmas condições de competição no mercado, uma vez que todas teriam tido as mesmas possibilidades de escolaridade⁵. Assim, se destacaria quem tivesse maior mérito nas instituições de ensino, em uma competição estimulada, inclusive, por docentes, que, em suas avaliações, seriam capazes de julgar o *mérito*.

Considerando a importância da educação pública para a reprodução da ordem social, o controle sobre ela é de absoluta importância. Isto porque, como afirmam Boltanski e Chiapello (2012), a instituição escolar possui lugar de destaque na transmissão de representa-

5 O slogan da propaganda da BNCC em 2018 veiculava exatamente essa ideia: “Se a base da educação é a mesma, as oportunidades também serão”. Conferir em: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. 2018. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fbz-cpct1W4>.

ções e valores para a formação dos sujeitos. Este papel, de formação ideológica, de constituição dos sujeitos em determinadas condições de produção (em que eles são individuados pelo Estado (instituições), cf. ORLANDI, 2012) envolve a criação de justificativas para a reprodução do modo de produção capitalista, como se ele fosse aceitável, desejável, ou mesmo a única alternativa possível.

Esta função é importante porque, no sentido refletido pelos autores, a coerção pela miséria, imposta pelo capitalismo, não é suficiente para que nem trabalhadoras/es nem gestoras/es mantenham-se ampliando sua produtividade. Seria necessário, portanto, a criação de uma *ideologia justificadora*, justificações para o convencimento ao engajamento e compromisso dos sujeitos com o capitalismo (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2012).

Trata-se, nesse sentido, de diferentes formas de assujeitamento que são engendradas pelo próprio capitalismo, como afirma Pêcheux (2011). O engajamento do sujeito está justamente aí: ele deve contribuir para o assujeitamento e isso afeta os processos de subjetivação.

O 'liberalismo totalitário' (segundo a expressão de Chomsky) soube colocar no ponto uma nova gestão da subjetividade na qual o sujeito contribui ativamente para seu assujeitamento, através de um sinistro jogo de palavras sobre o termo liberdade, tal como ele surgiu, por exemplo, no contorno desta advertência de Henry Ford: 'Nós liberamos ao cliente o carro na cor de sua escolha... com a condição que a queira preta' (PÊCHEUX, 2011, p. 88).

Estas são somente algumas das diversas elaborações que destacam que, mais que um plano econômico, o neoliberalismo é um projeto político, econômico, ideológico, social; flexível, capaz de se adaptar às crises eclodidas; que precisa de justificações para ganhar corações e mentes (LIPMAN, 2011), e seguir existindo. A escola pública, como instituição social fundamental para a formação social e reprodução

de ideias e valores desse modelo de sociedade, configura-se como um objeto de disputa central. E é possível perceber, a partir de algumas diretrizes estabelecidas em nível internacional, desde o Banco Mundial, modos através dos quais o capital busca, mais que ampliar seus ganhos com a educação, fazer parte da elaboração das políticas públicas educacionais, das redefinições na separação entre o público e privado, bem como da concepção de educação vigente.

Em resumo, não é defendido, aqui, que exista algo como um “plano” pré-elaborado de implementação geral do neoliberalismo. Para autores como Harvey (2008) e Dardot e Laval (2016), por exemplo, é característica importante do neoliberalismo sua formação e reprodução a partir das necessidades existentes nos locais de intervenção, de modo que, ao contrário de um projeto racional, planejado e consciente, destaca-se seu caráter pragmático (HARVEY, 2008). Assim, há, evidentemente, políticas regionais, coerentes com diretrizes elaboradas internacionalmente; o que não significa, porém, que as reproduzem linearmente. Sua elaboração e aplicação passa, também, pelas correlações entre forças sociais internas em cada país e região.

Quanto ao discurso neoliberal, ele pode ser ainda compreendido como discurso econômico, no sentido empregado por Guilbert (2020), significando:

um conjunto de enunciados *mais ou menos coerentes*, que têm em comum a promoção de uma visão empreendedora e puramente econômica da vida e de todas as atividades humanas. Esse discurso exorta, com efeito, a tornar produtivo, no sentido econômico, o que não pode sê-lo: a Escola e a Universidade, o Hospital e a Justiça (GUILBERT, 2020, p. 22).

Considerar a dimensão discursiva, da linguagem, para compreender o neoliberalismo é fundamental para compreender sua eficácia ideológica, a qual produz identificações nos sujeitos, moldando suas demandas e desejos, conforme afirma Zoppi-Fontana no prefácio

à obra de Guilbert (2020). Assim, é pela linguagem que “a dimensão subjetiva das ‘reformas’ neoliberais pode ser observada e seus impactos na vida das pessoas podem ser analisados. O discurso neoliberal intervém como força material na produção de um consenso imposto sem alarde e sub-repticiamente” (ZOPPI-FONTANA, 2020, p. 8-9).

A tomada do público pelo privado: diretrizes escritas

São diversos os exemplos que mostram como se expressam, concretamente (em termos de formulação política), as relações entre diretrizes internacionais e projetos aplicados regionalmente.

Acerca dos projetos de educação, o Brasil tem passado, nacionalmente, por mudanças profundas nesse sentido, destacando políticas como a Reforma do Ensino Médio (REM) (BRASIL, 2017a) e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017b). O compasso de formulação e implementação dessas políticas públicas educacionais conta, ainda, com variações regionais; isto é, alguns estados já se preparavam, institucional e politicamente, para assumir a linha de frente da aplicação dessas medidas.

Nesse sentido, cabe destacar o caso de São Paulo. Após a aprovação da REM e da BNCC, o governo estadual buscou se afirmar como a ponta de lança de sua aplicação, inclusive como forma de se promover eleitoralmente. Muito rapidamente, São Paulo aprovou mudanças significativas na jornada de trabalho das escolas, na carreira do funcionalismo (do qual trabalhadoras/es da educação representam parcela significativa), e aprovou um novo currículo (o primeiro do país), coerente com as reformas nacionais: o Currículo Paulista da Etapa do Ensino Médio (2020) (GOULART; MOIMAZ, 2021).

Esse movimento não teria sido possível sem a presença de uma estrutura prévia, na qual atuassem diretamente agentes dos setores público e privado (dentre estes, inclusive, organizações que participaram ativamente do processo de aprovação do REM e da BNCC). Como

estudos indicam, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc) passou por importantes transformações, que catalisaram estes resultados (GOMIDE, 2019; CÁSSIO *et al.*, 2020).

Dentre essas mudanças, pode-se destacar o *Programa Educação Compromisso de São Paulo* (SÃO PAULO, 2011). O PECSP foi lançado em 2011, como resultado de uma parceria entre Seduc e organizações do setor privado—com destaque à Associação Parceiros da Educação (APE), que conta em seu Comitê Executivo e Conselho Consultivo com nomes de representantes de instituições como Itaú, Bradesco, Votorantim, BTG Pactual, Suzano Papel e Celulose.

Como afirmam Giroto e Cássio (2018), o PECSP representou uma mudança de qualidade na presença do setor privado na elaboração e implementação das políticas públicas educacionais estaduais, com a APE assumindo cada vez mais destaque.

Através do PECSP, por exemplo, foram elaborados projetos de grande importância para a estruturação e funcionamento da rede pública estadual de ensino, como o Programa de Ensino Integral e o Programa Gestão em Foco; além de afetar outras ações já em curso como a aplicação do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo).

A propaganda em torno do PECSP defendeu que seu objetivo era localizar a carreira docente entre as dez de maior interesse do estado; e que a educação da rede estadual paulista atingisse índices similares aos 25 melhores sistemas de educação do mundo, assim como a carreira docente⁶. Os objetivos dessa dimensão só poderiam ser alcançados mediante um “pacto com a sociedade em prol da educação”. Assim, a relação próxima entre instituições públicas e privadas vai sendo desenhada e justificada—uma vez que, conforme explicado pelo referencial teórico trazido anteriormente, o setor privado traz para si a

6 Ver: <http://www.educacao.sp.gov.br/compromisso-sp>.

denominação de “sociedade”, ou mesmo *sociedade civil* (ROBERTSON, 2012).

O processo de estabelecimento do PECSP, de sua implementação e avanço progressivo das instituições privadas sobre as públicas foi cuidadosamente analisado em alguns estudos (como CÁSSIO *et al.*, 2020). Nos limites deste texto, cabe destacar que o PECSP tem um tipo de “manifesto fundante”, escrito em 2010, assinado por entidades como Casa do Saber, Fundação Aprendiz, Fundação Bradesco, Fundação Educar, Instituto Itaú Social, Instituto Unibanco, Parceiros da Educação denominado *A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil* (CASA DO SABER *et al.*, 2010), que sintetiza seus princípios antes da formalização da parceria com a Seduc no ano seguinte.

No próximo tópico, veremos alguns recortes desse documento com o propósito de explicitar a textualização do político, conforme elaborado e sistematizado no TQEPB.

Análise do documento: a transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil (TQEPB)

Como apresentado acima, o TQEPB tem sido interpretado em estudos sobre as transformações nas políticas educacionais (principalmente a paulista) como um manifesto fundante de programas de significativo destaque, como o PECSP.

Assinado por diferentes instituições do setor privado, o documento afirma que, apesar dos avanços acerca da universalização da educação básica registrados no Brasil, ainda seria necessário superar o desafio da baixa qualidade da educação ofertada à população, especialmente a pública.

De acordo com o texto, a resolução deste problema traria condições favoráveis ao enfrentamento de outras questões sociais que afe-

tam o país, como “melhor formação de mão de obra, mobilidade social, redução de criminalidade” (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 3). Nesse sentido, determina que, “como nação, não podemos esperar mais” (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 3).

Para tal, a fim de munir as lideranças políticas que teriam a tarefa de enfrentar tal quadro, foi escrito o TQEPB.⁷ Portanto, o documento apresenta algumas concepções cuja compreensão é fundamental para a análise das políticas públicas que dele sejam decorrentes (CÁSSIO *et al.*, 2020). Logo em seu início, após destacar a importância da melhoria da Educação Básica pública no país, ele parte de uma constatação pejorativa acerca da população brasileira, relacionando-a à baixa qualidade da educação. Vejamos o recorte 1 (R1) a seguir:

(R1) Uma das razões pelas quais o país apresenta um dos piores índices do mundo na qualidade do ensino público é que há certa satisfação da população com a educação pública em geral, na medida em que existem escolas disponíveis para todas as crianças. **A população, em sua maioria (notadamente a menos favorecida e titular do maior número de votos), não reconhece a péssima qualidade da nossa educação** (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 3, grifos no original).

Ou seja, na posição discursiva do documento, um dos motivos da péssima qualidade da educação seria que a população, numerosa e “mal educada”, estaria de alguma forma satisfeita com esse serviço público.

Em seguida, o texto explica que deve haver um esforço para a implementação de seis macrotemas fundamentais para os próximos anos, acompanhada por um “Comitê de Acompanhamento da Reforma Educacional” (cuja composição não é explicada), junto à Presidência

7 O encontro que culminou na escrita do documento foi realizado em 25/05/2010, sob a coordenação da consultoria McKinsey e do jornalista Gilberto Dimenstein. Para mais informações, ver o TQEPB.

da República. Os macrotemas são: Reestruturação da formação e da carreira do magistério; Fortalecimento da liderança e da capacidade de gestão nas escolas; Reforma da estrutura da escola e novos sistemas de ensino; Reforma do Ensino Médio; Criação de um currículo mínimo nacional e aperfeiçoamento das avaliações; Reforço das políticas de investimento. A seguir, serão destacados alguns pontos desses temas.

Sobre a “reestruturação da formação e da carreira do magistério”, o documento explica que há “consenso” em afirmar que

(R2) a qualificação dos professores é o fator que mais influencia na capacidade dos alunos de aprenderem. Educar depende, em altíssimo grau, do comprometimento, da competência e da dedicação dos recursos humanos envolvidos. O principal desses recursos humanos é o professor (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 5, grifos no original).

Assim, essa temática seria central porque considera comprometimento e competência de docentes como os fatores de maior influência na capacidade de aprendizado dos alunos, sendo um problema fundamental, então, o atual currículo dos cursos de pedagogia do país, desatualizados e defasados.

Outro obstáculo para uma educação de qualidade seria a *estabilidade* no trabalho docente, ou seja, docentes concursados:

(R3) “a carreira existente dos professores concursados, que assegura estabilidade empregatícia e desfavorece a meritocracia, tem se mostrado uma enorme barreira para a melhoria da qualidade do corpo docente” (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 5).

Dessa forma, para solucionar esses supostos problemas – a existência de docentes estáveis por concurso público e com má-formação –, são feitas algumas propostas, que têm, fundamentalmente, um viés de flexibilização das relações de trabalho e, consequente-

mente, um discurso declaradamente punitivista, como podemos notar no recorte quatro:

(R4) A atual carreira docente apresenta equívocos lamentáveis que, ademais, são politicamente difíceis de serem sanados. A estabilidade de cátedra torna impossível demitir professores menos qualificados. O progresso na carreira não pode ser apenas por tempo de atuação na área pública e por cursos realizados, uma vez que nem um e nem outro estão estatisticamente associados ao desempenho. Em vez disso, os professores precisam ser avaliados periodicamente, e o cumulativo de tais avaliações deve ter um peso significativo nas promoções. Um problema sério em muitos lugares é a impunidade diante do absenteísmo. (...) A carreira deve ser estruturada com critérios precisos e eficazes quanto ao desempenho e aperfeiçoamento profissional (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 5).

A solução proposta consiste na “criação de uma estrutura paralela e voluntária” da carreira do magistério, para enquadrar, inclusive, os atuais quadros do magistério. Essa proposta de flexibilização da carreira docente pode ser observada no recorte cinco, a seguir:

(R5) A seleção seria mais rígida, o **salário inicial bem mais atraente** (e pode depender da disciplina), as **avaliações frequentes** e os salários baseados em uma parte fixa e outra variável, **dependendo do desempenho (medido pelo aproveitamento escolar dos seus alunos)**. Igualmente, as promoções **seriam respaldadas pelo desempenho** em sala de aula e baseadas em claros padrões de excelência conhecidos sobre o que significa ser um “bom” versus um “excelente” professor. As contratações seriam via **CLT**, portanto sem garantia de estabilidade.” (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 6, grifos no original).

É importante destacar que, ainda que esteja escrita a defesa de uma remuneração inicial superior para estes novos empregos, sem estabilidade, a progressão salarial estaria atrelada ao desempenho do docente, medido a partir de critérios como as notas de estudantes em avaliações externas. Não por acaso, o documento afirma se inspirar nas reformas neoliberais da educação na Inglaterra e no Chile.

Ainda nesse tópico, o texto retoma o problema da formação de docentes, sugerindo que se aprende pouco, nas licenciaturas, o “como ensinar”. Assim, ele propõe uma *reforma* dos cursos superiores de educação, com alterações em pontos que considera problemáticos nos atuais cursos de graduação, como:

(R6) (III) Gastam um tempo excessivo com teorias abstratas. Jamais aprendem a usá-las no cotidiano, apenas ouvem e memorizam palavras e formulações longínquas do mundo real.

(IV) Gastam também muito tempo em discussões ideológicas e leituras sobre sistemas sociais (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 7).

Fica evidenciada, aqui, a consonância do discurso de defesa de uma educação “neutra” com as ideias defendidas por setores conservadores – como os que encampam o projeto de lei Escola Sem Partido, que propõe a criação do crime de “assédio ideológico” a docentes que “doutrinarem” estudantes, tratando de temas que descrevem como “ideológicos”, como a questão de gênero, a racial, a de orientação sexual, de desigualdades sociais, dentre outros temas que poderiam fomentar o “conflito” (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017). Seria, de acordo com este texto, um obstáculo à formação de bons profissionais uma graduação em educação que trouxesse, em suas discussões, debates sobre “sistemas sociais” e “leituras ideológicas”. Esses discursos, em relação, sustentam a posição discursiva dos autores do documento em análise.

Elencando discussões presentes nos outros macrotemas, passa-se ao “fortalecimento da liderança e da capacidade de gestão das escolas”. Neste ponto, o documento é enfático ao caracterizar profissionais que trabalham na direção das escolas brasileiras. Vejamos o recorte sete:

(R7) a liderança da escola precisa ter as capacitações e também a autonomia para as decisões-chave. Hoje, em média, os diretores de escolas brasileiras estão carentes nas duas dimensões: falta capacidade/competência e falta autonomia. Eles não têm, praticamente, poder algum sobre a escola e a manutenção do seu corpo de professores. Têm muito poucos recursos discricionários para obras e iniciativas próprias. Em contraste, têm total impunidade para produzir resultados fracos ou escandalosos (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 9).

Assim, as direções seriam incapazes e/ou incompetentes na função que exercem nas escolas, seja por não serem punidas em caso de resultados negativos, seja por não terem instrumentos o suficiente para controlar o corpo docente. Para resolver tal situação, o documento propõe que os processos de seleção de direções de escola sejam “aperfeiçoados”, o que excluiria tanto indicações políticas quanto *processos de eleição*, ambos considerados ineficazes; a sugestão é pouco precisa, envolvendo um “processo seletivo, contrato de gestão, capacitação do diretor de acordo com o perfil desejado (...)” (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 9).

É importante destacar que, neste trecho, há, mais uma vez, uma forma pejorativa de considerar as opiniões populares, no caso, a decisão da comunidade escolar na eleição de uma direção de escola, ou seja, um processo democrático.

Por fim, cabe destacar, mais uma vez, o caráter punitivista destas diretrizes. No texto, defende-se que

(R8) a Secretaria de Educação definirá quais serão suas metas do ano, ele terá acompanhamento/monitoramento pelas Diretorias de Ensino e será cobrado, avaliado e premiado/punido por elas (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 10).

Estabelece-se aqui, então, uma estrutura hierárquica de punição, de modo que o corpo docente, caso não atinja as metas definidas pela Secretaria da Educação (distante das realidades locais de cada unidade escolar, vale dizer), deve ser punido pela direção da escola, que, por sua vez, também será punida pela Secretaria da Educação. Reforça-se, aqui, a questão de que, neste plano, é defendido o fim da estabilidade do trabalho na educação, de modo que esta punição, conseqüentemente, pode se traduzir em demissões – um “estímulo” à meritocracia.

Destacando a dimensão subjetiva do neoliberalismo, a partir dessas questões, podemos ainda retomar Dardot e Laval (2016), que afirmam a tática de empregos que, recorrentemente, têm insistido na questão dos instrumentos de gestão, tratando da questão da “obediência” dos assalariados em relação às exigências da empresa. Como discutido aqui, na perspectiva desses autores, de um sujeito que é constituído como autoempreendedor no neoliberalismo, podemos estender essa reflexão da relação do assalariado/empresa para pensar as relações (sejam elas de trabalho, dos currículos etc.) na Educação: a relação entre obediência e exigência se dá por meio de mecanismos de identificação, de interiorização e de culpabilização. Assim, a gestão por projeto, por exemplo, seria uma forma mais “suave” de impor aos líderes e empregados de um modo geral, que eles demonstrem lealdade e respeito às expectativas de performance (DARDOT; LAVAL, 2016).

Outro macrotema elencado⁸, gerador de muitas discussões no país, foi a “reforma do Ensino Médio”. São elencados diversos pontos que o documento considera como problemas que assolam o Ensino Médio no país, como a ausência de professores; a evasão escolar; a considerada alta porcentagem de estudantes no ensino noturno; a dificuldade e extensão do currículo; a excessiva abstração das disciplinas; as poucas aulas práticas; o currículo único para alunos diferentes; a tentativa de preparar, concomitantemente, estudantes para o Ensino Superior e para o mercado de trabalho etc. Para resolver estas questões, o documento propõe medidas como: a redução de disciplinas obrigatórias; reduzir a oferta do Ensino Médio noturno, com um EJA profissionalizante para estudantes com defasagem escolar; fomentar a implementação de disciplinas como “Empreendedorismo”; relacionar Ensino Médio e Ensino Profissionalizante, de modo que se possa

(R9) contar com bons centros profissionalizantes especializados em diferentes áreas onde os alunos interessados possam fazer a baldeação de sua escola para esses centros com transporte gratuito ou com vale-transporte. Como estímulo, oferecer “*vouchers*” (ou ProUni) aos alunos de EM interessados em cursos técnicos e incentivar parcerias com municípios, Sistema S etc. (CASA DO SABER *et al.*, 2010, p. 17).

Assim, pode-se perceber a defesa de concepções como a da necessidade da formação do jovem (auto)empreendedor, com autonomia para fazer as escolhas “essenciais” à sua vida, sem as amarras impostas pela estrutura do Estado. A discussão da autonomia, aqui, aparece de modo perverso, isto é: aparentemente, há a defesa da autono-

8 Nos limites deste texto, não será possível aprofundar todos os tópicos elencados pelo TQEPB. Cabe apenas destacar que o documento apresenta propostas sobre outro macrotema: a “reforma da estrutura da escola e novos sistemas de ensino”, que envolvem ampliação de vagas em período semi-integral; gestão privada (por instituições com e sem fins lucrativos) de escolas e redes de ensino, a ser realizada com verba pública (como proveniente do FUNDEB). Como explicado no TQEPB, medidas como estas garantiriam a gratuidade do ensino para estudantes e gerariam competição entre as escolas geridas por administrações públicas e privadas, o que fomentaria uma “concorrência construtiva”, impulsionando a melhoria dos resultados de todas as redes.

mia individual do estudante, que poderia, através de *vouchers* – pagos com dinheiro público -, investir na formação desejada; porém, o documento expressa, abertamente, que não se deve formar estudantes para o Ensino Superior e para o trabalho; deve-se escolher, *um* ou *outro*, são modelos de educação *excludentes*. Assim, esta proposta indica que, por um lado, a juventude trabalhadora, já inserida no mundo do trabalho, deve se contentar com as expectativas de formação e aprimoramento técnico; por outro, jovens nascidos em outras classes sociais, com maior poder aquisitivo, que não tiveram de passar, na infância ou adolescência, por um emprego, têm condições privilegiadas de almejam uma formação universitária.

O documento também defende, nos seus macrotemas, a “criação de um currículo base nacional e aperfeiçoamento das avaliações”. Ainda que não se aprofunde na temática, a seleção deste como um macrotema indica a consonância da ONG com as políticas educacionais implementadas recentemente no país, em especial as aprovações da Reforma do Ensino Médio e da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Vale dizer ainda que esse documento defende também a fiscalização do MEC sobre os materiais didáticos elaborados e, com destaque, visando sanar o déficit de docentes de Matemática, a elaboração de materiais que possam ser estudados à distância. Propõe ainda o reforço das avaliações externas, com um exame que atesta que o aluno está apto a sair do Ensino Médio, o aperfeiçoamento do IDEB e da Prova Brasil. Assim, a estrutura de cobrança de resultados, estabelecida por metas das Secretarias de Educação, para controlar as escolas e direções, será medida a partir de provas de âmbito nacional, cuja elaboração terá ainda mais dificuldades de refletir a diversidade das realidades locais.

Os recortes aqui elencados e correlacionados nos permitem mostrar, textualmente, essa discursividade que se abriga numa formação discursiva neoliberal em que se constitui esse sujeito “(auto)empreendedor” –aquele que deve ser empreendedor de si mesmo. Assim,

a subjetividade é gerida de maneira a assegurar o processo de assujeitamento que é historicamente atualizado (cf. PÊCHEUX, 2011), a partir de um jogo político de liberdade e submissão (às regras de avaliação impostas, por exemplo).

| **Considerações Finais**

Ainda que não se defenda, como afirmado no início do texto, que políticas locais de cunho neoliberal dependam das diretrizes internacionais para existirem, deve-se destacar a defesa de medidas nitidamente neoliberais, partindo da forma pela qual são concebidas. O documento analisado neste texto, que fundamenta programas como o PECSP, foi elaborado por entidades do setor privado, e foi determinante no estabelecimento das relações firmadas entre esses grupos e a Secretaria da Educação do estado de São Paulo. Ou seja, o capital está, neste exemplo, inserido de modo estrutural na elaboração de uma política educacional pública que atinge, pelo menos, 3,5 milhões de estudantes em São Paulo.

No documento, podem-se perceber algumas das frentes nas quais grupos privados têm interesse declarado de incidir: na gestão e aplicação da verba pública; na formulação da grade de disciplinas a ser oferecida no Ensino Superior, para a formação de docentes, e das escolas, para a formação da juventude – sem os conteúdos chamados de “ideológicos”, com a formação do “bom trabalhador”, do empreendedor; a flexibilização das relações de trabalho etc.

Para Mesko, Silva e Piolli (2016, p. 167), há uma mudança paradigmática em que empresários e suas fundações estão assumindo o controle de instâncias da Secretaria Estadual de Educação, de modo a conceber, planejar, implementar e monitorar a aplicação de políticas públicas que “têm como escopo a difusão de modelos de gestão empresarial no âmbito educativo fixando novas regulações para a carreira

docente centradas na produtividade, na meritocracia e na bonificação por resultados”.

Assim, através do serviço público, esses agentes buscam, sob seu controle, além de multiplicar seus ganhos – considerando o montante da verba a ser investida para atender a milhões de pessoas que dependem da educação pública –, justificar e convencer a todos, da juventude trabalhadora aos setores mais abastados, a justeza da existência e da reprodução da meritocracia, do neoliberalismo, do modo de produção capitalista, e a necessidade de todos se adaptarem, de acordo com suas “aptidões”, às demandas existentes para a reprodução deste modelo de sociedade.

Estamos, assim, problematizando as maneiras como a Educação está se constituindo em uma articulação mais direta com o mercado (de trabalho) e suas regras de competitividade internacionais, sendo o Estado o legitimador dessa articulação.

Referências

AU, W. Social Justice and Resisting Neoliberal Education Reform in the USA. **Forum for promoting 3-19 comprehensive education**, jan 2016. Disponível em: <DOI: 10.15730/forum.2016.58.3.315>. Acesso em: 15 dez 2018.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **El nuevo espíritu del capitalismo**. Madrid: Akal, 2012.

BRASIL. **Lei 13.415**. Diário Oficial da União, 17.2.2017a, Seção 1, p.1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017b. Disponível em <www.basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 dez 2018.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CASA DO SABER *et al.* **A transformação da qualidade da educação básica no Brasil**. 2010. Disponível em: <https://issuu.com/casadosaber/docs/a_transforma_o_da_qualidade_da_educacao_no_brasil>. Acesso em: 3 nov. 2022.

CÁSSIO, F.; AVELAR, M.; TRAVITSKI, R.; NOVAES; T. A. F. Heterarquização do Estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e241711, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo** – ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GIROTTO, E. D.; CÁSSIO, F. A desigualdade é a meta: implicações socioespaciais do Programa Ensino Integral na cidade de São Paulo. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 109, 2018. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3499>>. Acesso em: 3 nov. 2022.

GUILBERT, T. **As Evidências do Discurso Neoliberal na Mídia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

GOULART, D. C.; MOIMAZ, R. S. O Currículo Paulista Etapa Ensino Médio: educação pública, interesses empresariais e implicações. **Pensata**, Guarulhos, v. 10, n.1. p. 13-36, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/12618>>. Acesso em: 3 nov. 2022.

GOMIDE, D. C. **A política educacional para o Ensino Médio da Secretaria da Educação do estado de São Paulo e o alinhamento com o projeto neoliberal através de ciclos progressivos de adequação (1995-2018)** 2019. 344f. Tese(Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JORNAL DA UNICAMP–Edição Web. Base Curricular é conservadora, privatizante e ameaça autonomia, avaliam especialistas–Processo de construção da BNCC é marcado por divergências. Seg 4 dez. 2017–ESPECIAL. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/04/base-curricular-e-conservadora-privatizante-e-ameaca-autonomia-avaliam>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

LIPMAN, P. Contesting the city: neoliberal urbanism and the cultural politics of education reform in Chicago, **Discourse: Studies in the Cultural**

Politics of Education, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 217-234. abr. 2011. Disponível em: <https://indigo.uic.edu/articles/journal_contribution/Contesting_the_City_Neoliberal_Urbanism_and_the_Cultural_Politics_of_Education_Reform_in_Chicago/10752845>. Acesso em: 3 nov. 2022.

MESKO, A. S. R.; SILVA, A. V.; PIOLLI, E. A agenda educacional dos reformadores empresariais paulistas e seus efeitos no trabalho docente. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 9, n. 2, p. 156-170, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/Polod/article/view/69693>>. Acesso em: 3 nov. 2022.

NOGUEIRA, L. **Discurso, Sujeito e Relações de Trabalho na Contemporaneidade**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

NOGUEIRA, L.; DIAS, J. P. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Sentidos em disputa na lógica das competências. **Revista Investigações**, Recife, v. 31, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/238170>>. Acesso em: 3 nov. 2022.

ORLANDI, E. P. Discurso e Argumentação – um observatório do político. **Fórum Lingüístico**, Florianópolis, n.1, p. 73-81, jul./dez. 1998.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, E. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.


PÊCHEUX, M. [1979] Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de Discurso**. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 73-92.

ROBERTSON, S. L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, ago, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SAES, D. A ideologia docente em “A reprodução”, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. **Educação & Linguagem**. São Paulo, p.106-126, 2007. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/129>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria Estadual de Educação. **Governador anuncia programa de ações e convida a sociedade para compromisso pela educação.** 2011. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/governador-anuncia-programa-de-acoes-e-convida-a-sociedade-para-compromisso-pela-educacao/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. Prefácio à Edição Brasileira. *In*: GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia.** Trad. Guilherme Adorno et al. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2020. p. 7-9.



|| C A P Í T U L O 2 ||

Circunstâncias de Publicidade e Propaganda: discursos em movimento

Heder Cleber de Castro Rangel¹

| Introdução

Cabe-nos, inicialmente, ressaltar que, neste capítulo, abordamos *en passant* sobre Comunicação e Discurso. Atividades que ocorrem por percursos singulares, contudo, não excludentes. Acrescentamos que esta é uma tentativa de trazer à baila, *dans l'ordre principale*, assim a classificamos, pelos pormenores que os caracterizam: o que são e como se embrenham pelos labirintos de cada concepção em um entremeio característico, ou seja, o mais direcionado possível em relação à **feitura de publicidade e propaganda**—especificidades da área das ciências sociais -, cujo conceito para ambas, é o de como criar uma imagem/um posicionamento para um produto/serviço e/ou uma ideia. Assim dito, nossa intenção é a de esquadrinhar, investigar e tentar compreender melhor como é possível aprimorar uma análise discursiva advinda de corpora pertencentes a essas ambiências.

1 Professor Associado, Nível 1, Classe D, Universidade Federal de Alagoas–UFAL/Campus do Sertão. E-mail: heder.rangel@delmiro.ufal.br

Este trajeto nos advém numa tentativa de verificar circunstâncias em que essas especialidades ocorrem social e historicamente dentro do fluxo de fatos e acontecimentos em uma sociedade capitalista. E, ainda, por considerarmos que apreender o lugar de fala (discurso) compõe fator importante em um gesto de interpretação que pode (e deve) ser verificado em um movimento de análise para este tipo de linguagem que tenta, declaradamente, influenciar as pessoas.

Diante mão, já queremos esclarecer que, mesmo sabendo que existem diferenças bastante intrínsecas e particulares no que diz respeito às definições de Publicidade e Propaganda, esse não é o nosso intento primordial – contudo, não nos furtaremos a trazer também aspectos desta distinção. Desejamos imiscuirnos – o tanto que nos for factível, sobre as condições de produção discursivas² (em especial, **as restritas**) dessas especialidades, colocando como eixo observador o percurso teórico metodológico da Análise do Discurso³, com o intuito de nos embrenharmos pelos meandros de uma categoria analítica que se impõe mister (urgente), do nosso ponto de vista, à compreensão das inter-relações discursivas de anúncios e comerciais, cujas ocorrências entremeiam-se, cotidianamente, provocando injunções e/ou disjunções não transparentes de linguagem.

| De Comunicação e Discurso

Observar os fundamentos de **comunicação** na tentativa de melhor entender acerca do que são e como ocorrem os sentidos imediatos e/ou mediatos “do comportamento comunicativo [que] tem um campo de ação tremendamente amplo” (BERLO, 1997, p. 13) nos parece

2 **Amplas** por abrangerem os sentidos que se incrustam nas grandes áreas tais como a política, a educação, a comunicação etc., que decisivamente formam uma integralidade da vida em sociedade. **Restritas** por estarem relacionadas ao contexto imediato da materialidade discursiva em estudo. Entendemos que as restritas possuem particularidades e/ou idiossincrasias próprias dos vários **fazer**es da vida em sociedade.

3 Teoria da Análise de Discurso, cujo fundador Michel Pêcheux refletiu sua fundação e organizou sua concepção e seus princípios. Doravante, quando necessário, a indicaremos também como AD.

importante, uma vez que as formas e os meios de comunicar, na atualidade, diversificam-se (estão em constante desenvolvimento) ininterruptamente. Contudo, ainda é possível ressentirmos uma melhor compreensão deste funcionamento discursivo, não, necessariamente, pelo que se estabelece, e mais pelo uso e validade eficientes e eficazes: suas aplicações se espraiam ocupando espaços, contextos e vicissitudes inusitadas. Tais configurações – por vezes, reconfigurações – são naturalizadas e passam a regularidades ditas impositivas, quando, se bem observadas, podem ser melhor compreendidas e não generalizadas. E, assim, tentarmos ver a relatividade das palavras e das coisas⁴ nos movimentos de linguagem (comunicação), inclusive por suas institucionalidades, quando assim o desejamos observar mais acuradamente.

Há nos formatos comunicativos muita injunção pelo uso de tecnologias eletroeletrônicas⁵ tentando ratificar o esquema dos *mass media*, evidenciando, notadamente, as habilidades funcionais para transmitir informações, o que aponta somente para uma linearidade nas/das práticas comunicativas. O fundamento desses dados determina a estrutura e a produção dos enunciados (discursos) como naturais.

Dessa feita, a sociedade é, por excelência, o lugar onde o desenrolar comunicativo se constitui em meio a regularidades, mudanças e intervenções tecnológicas, comportamentais e de uso, considerando-se a comunicação como “uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social” (BORDENAVE, 2006, p. 19), cuja “essência permanece inalterada como linha mestra indispensável ao intercâmbio que rege a vida associativa do ser humano” (CABRAL, 1990, p. 7). Passível de se tornar promotora de ações que as pessoas exercem umas sobre outras na razão de dependência dos propósitos enunciativos. Ora vinculando-as, ora desvinculando-as. Essa prática é exercida, tal como nos ex-

4 Parafrazeando Foucault pelo que nos apresentou em um de seus livros.

5 Tecnologias eletroeletrônicas é uma terminologia que acompanhamos a partir de Aranha (2005, p. 83), que nos diz que “essa transformação radical ocorrida nas últimas décadas se deve, principalmente, ao impacto das novas tecnologias eletroeletrônicas, que revolucionaram os meios de comunicação de massa [...] redes informatizadas como a internet etc.”.

plica Berlo (1997, p. 22): “nós nos comunicamos para influenciar – para influenciar com intenção”.

Formatações que são conduzidas pelo movimento doutrinário positivista, instigado de um entendimento sobre a expansão comunicativa que busca, através de determinados parâmetros do comportamento humano, associar as funções dos atos de comunicação ao desenvolvimento de padrões comportamentais. Essa referência ocorre pela definição de papéis, pela organização de posturas estanques e por situações expostas de forma *standard*.

Tentemos ressaltar melhor o que desejamos explicar sobre esse ponto de vista, pelas palavras de dois autores: primeiro: o que nos diz Bordenave (2006, p. 45): “a comunicação é um produto funcional da necessidade humana de expressão e relacionamento”; E, segundo: como Santos (2003, p. 82) aborda essa questão: “a ideia de função aplicada aos meios de comunicação de massa diz respeito à sua importância na manutenção da ordem da sociedade”. Assim, tratamentos de aproximações discursivas que se utilizam de intensidades comunicativas, ratificando estímulos ao que se deseja inculcar ou a força ao hábito para o que se pretende atizar ou os aportes crescentes às funcionalidades de repetição, muitas vezes, nos levam a confirmar um aparato de esforços totalmente estruturado e direcionado por pressões contextuais, como se houvesse apenas a circulação/movimentação de informações numa consideração bilateral de reciprocidade completa nela mesma.

Os estudos e as investigações sobre os discursos – objetos da teoria Pecheuxtiana –, contudo, inaugurou um olhar mais inquiridor às estruturas do dizer, em suas diferentes e distintas manifestações.

Este processo de interpretação discursiva abrange materialidades disponíveis, tanto em textos como também em outras manifestações sociais, pela intenção de “verificar o que organiza o discurso e o social, ou seja, procurar conhecer o real do objeto e das ações dos sujeitos que nos escapa: a inerência dos sentidos que se articulam por entre

o que se tenta estabelecer, ideologicamente, nos processos discursivos” (RANGEL, 2016, p. 37). Acrescentamos pelas palavras de Orlandi (2004, p. 45): “o lugar de observação é a ordem do discurso”.

Assim, dizemos que quando se empreende a análise de um *corpus* a investigação adentra-se aos entremeios do funcionamento discursivo, num importante e necessário procedimento: toma-se a língua e as referências de linguagem dentro de uma perspectiva nova/outra de relação social, a relação do discurso.

Fica-nos, por conseguinte, compreensível o que encontramos nas relações sociais da produção de dizeres. Em outras palavras: há uma fermentação discursiva que se aninha e formula espectros de confluências e dispersões gerando produtos linguajeiros, nem sempre tão fáceis de compreensão, à primeira baila. É fundamental perscrutar as aparências das formulações dentro de uma análise que acolhe para esse aprofundamento os enfoques histórico e ideológico, concomitantemente.

Formas de comunicação em movimentos discursivos: uma discussão profícua

Em especial, queremos tratar das Condições de Produção Restritas⁶ em relação a duas das formas de comunicação⁷, no sentido de nos embrenharmos pelos meandros de uma categoria analítica que se impõe urgente à compreensão de inter-relações discursivas dos anúncios e comerciais, cujas ocorrências entremeiam-se, social

6 Há as Condições de Produção **Amplas**, que, por abrangerem os sentidos incrustados nas grandes áreas da vida em sociedade, tais como a política, a educação, a comunicação etc., formam, decisivamente, as macros movimentações discursivas. As **Restritas**, por estarem relacionadas ao contexto imediato/às circunstâncias da materialidade discursiva em foco, possuem particularidades e/ou idiosincrasias próprias e apropriadas de determinado **fazer** específico.

7 Neste artigo retratamos a Publicidade e a Propaganda pelo que já as consideramos: como **um artesanato intrometido** (RANGEL, 2016) e, por isso mesmo, necessita ser melhor compreendido em uma análise discursiva.

e cotidianamente, provocando injunções e/ou disjunções não transparentes de linguagem.

Dito isso, por consequência, refletimos a perspectiva comunicacional da linguagem, portanto, desfazendo-nos da ideia de concebê-la transparente como também daquela que leva em conta a língua como instrumento de comunicação, uma vez que “esse instrumento permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, em primeira instância, da comunicação de um sentido” (PÊCHEUX, 2009, p. 83). Assim, para não “cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo [refletimos ainda, um pouco mais, pelo que nos permite]–sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem” (ORLANDI, 2000, p. 9), tendo como foco o trabalho e os procedimentos instaurados do fazer publicidade e propaganda nos “campos mercadológicos que se abrem vertiginosamente em todos os âmbitos tecnológicos de comunicação” (RANGEL, 2016, p. 55).

Para contribuir ao que queremos ressaltar, trazemos Silva Sobrinho (2019, p. 337) ao dizer que “é preciso investigar o processo de produção do discurso, e isso exige levar em consideração as ‘circunstâncias’ dadas de um discurso”. A esse processo de produção, Pêcheux (1990) vai nomear, mais à frente em seu texto⁸, como “condições de produção”. Compreender essas feitura discursivas por entre essas ambiências e demais articulações é de extrema importância no movimento analítico.

Temos assim, essencialmente, neste trabalho a disposição de verificar a qualificação **do fazer publicidade e propaganda** – “seus movimentos que ocorrem por entre objetividades e subjetividades sociais, seus cursos e recursos estratégicos, persuasivos e de influência” (RANGEL, 2016, p. 57), sem dúvida, entremeados de ideologia em uma dada Formação Social, cujas expressividades, ações e maneiras

8 Silva Sobrinho, em sua resenha, escreve sobre a obra fundadora: Análise Automática do Discurso, AAD-69.

de construir seu discurso nos são apresentadas por intermédio de peças e anúncios⁹ que fazem parte de um processo criativo particular, contudo, sem nos esquecer de que mesmo em feitura assim – peculiares –, existe uma pluralidade discursiva.

Sobre Comunicar e Criar e/ou vice-versa: algumas condições conceituais

Muito provavelmente os dois primeiros verbos deste subtítulo resumem, grosso modo, o que desejamos nos ater neste momento, ou seja, colocar um pouco sobre as funcionalidades de ações/habilidades em publicidade e propaganda que são realizadas dentro e/ou fora das agências e que compõem a tessitura desta linguagem discursiva pelas/nas diversas naturezas que se espriam por entre peças, anúncios, comerciais, imagens, mensagens etc.

É justamente por trazer esse cenário de produção/concepção que desejamos dizer de um cuidado a mais às proposições de análise em *corpus* que possui tipos de mensagens e formato em que se imiscuem sentidos nem sempre expostos e/ou observáveis à primeira vista. É também, do nosso ponto de vista, o que pode tornar possíveis (de) marcações de um lugar de fala ou de traço teórico, como queiramos!

Assim, acompanhamos Orlandi (2004, p. 62, grifos nossos) ao dizer que “a mediação da própria análise, da teoria e dos objetivos do analista são parte da construção do texto como unidade da análise. Isto é também parte da historicidade. É nesse sentido que dizemos que o *corpus* não é nunca inaugural em AD. Ele já é uma **construção (fato)**”.

Em outros termos, dizer do que trata a abordagem daquela espécie, ora tida como *corpus*, revestida em/de Publicidade e/ou Propaganda é uma diretriz que pode demonstrar, na análise, que certos detalhes

9 Desde já queremos chamar atenção que para se fazer uma peça, uma campanha ou um anúncio de publicidade e propaganda há o uso de artifícios diferenciados, uma vez que, suas configurações de formatos como também de alcance são distintas e/ou específicas.

fazem parte do percurso metodológico, o que pode auxiliar à compreensão dos entremeios de sua extensibilidade discursiva.

A finalidade de trazer esta reflexão tem a intenção, ainda, que não é só criar ou conceber¹⁰ o material produzido de/em propaganda e publicidade. Há substanciais argumentos que circundam essas atividades comunicativas que podem favorecer mais conhecimento quando se pratica uma análise discursiva e se fortalecem os pormenores inerentes a esse tipo de prática social.

Outrossim, deixamos claro, desde já, que não estamos em uma busca pela perfeição em um empreendimento de análise ou, tão pouco, que o que ora nos propomos passa a ser uma investigação que encerra o assunto. Compreendemos que quanto mais dados, elementos e informações conseguirmos apresentar do objeto e/ou do *corpus* em análise, mais respaldado e, conseqüentemente, mais fundamentado pode ficar o procedimento analítico. Este gesto meticuloso pretende melhor compreender as possibilidades de atravessamentos dessas/nessas materialidades discursivas que perpassam as condições de produção restritas.

Assim, tentamos alargar o entendimento desta categoria, necessariamente, apontando averiguações nesse tipo de ofício para detalhes alocados na criação e na exposição como atos cotidianos (tanto para as agências quanto para a sociedade, de maneira geral) das/nas relações de produção que provocam variados sentidos.

Dessa forma, é-nos premente dizer que o feitiço de publicidade e propaganda se pluraliza na percepção/interpretação de suas peças/anúncios em elaborações similares e díspares dos trabalhos que são executados, em quais veículos são apresentados, quais são as maneiras de engendramento para chegarem aos diversos tipos de públicos que possuem singularidades e diversidades. Aspectos que podem e de-

10 Colocar o material nos veículos de comunicação de maneira que as pessoas sejam atingidas em grande quantidade e de acordo com o orçamento disponível.

vem também ser considerados. É importante dizer que as agências de publicidade e propaganda possuem pastas de atividades (portfólios) específicos para cada cliente (empresa/marca) e que cada pasta é qualificada pelos movimentos do mercado, tais como: varejo, serviço, indústria etc. Qualificação essa que é mais um detalhe.

Nosso olhar ao encontro das **condições restritas de produção** nos leva a abordar sobre a distinção entre propaganda e publicidade. Queremos dizer que há uma razão de uso pertencente ao conhecimento do cotidiano social que faz, “em geral, as pessoas utilizarem os conceitos dos termos propaganda e publicidade com o mesmo significado, uma vez que a diferença é muito tênue (...)” (RANGEL, 2016, p. 49). Essa utilização, corriqueiramente falando, é boa e simples.

Isso posto, com a intenção de trazer nosso ponto de vista, tendo em vista uma análise discursiva que envolva publicidade e propaganda, achamos necessário apresentar dois registros sobre esses dois termos, que podem (e devem) servir de consequente tomada de leitura nos gestos de interpretação do *corpus* quando este advém de publicidade e/ou propaganda. Primeiro, o que está em Sant’Anna (2009):

Embora usados como sinônimos, os vocábulos propaganda e publicidade não significam rigorosamente a mesma coisa. Publicidade deriva de público (do latim *publicus*) e designa a qualidade do que é público. Significa o ato de vulgarizar, de tornar público um fato, uma ideia, enquanto propaganda é definida como a propagação de princípios e teorias (SANT’ANNA, 2009, p.59).

Segundo o que está em Zenone e Buiaride (2002, p. 94): “os termos publicidade e propaganda muitas vezes são tratados como o mesmo conceito, porém são alguns os detalhes que os diferenciam”. Em linhas gerais, em propaganda há ostensiva presença do anunciante que informa, persuade e paga a veiculação, enquanto que em publicidade

passa-se a ideia de que é o veículo que traz a ideia sobre determinado produto/serviço.

Dessa forma, ao considerarmos essas conceituações, seus significados e, na grande maioria das vezes, principalmente, os multissusos desses dois vocábulos, o que pode parecer confuso, nos posicionamos pela necessidade de que na análise seja dita o tipo de situação/circunstância—se publicidade ou se propaganda—o que envolve a investigação do *corpus*. Por conseguinte, demonstrando-se o conhecimento científico e teórico da área aliado às demais informações específicas das peças, anúncios, comerciais e afins que trazem as mensagens.

| Tentativa de colocar os pingos em cima de alguns is

Ah, a criação publicitária... Tão badalada, tão desejada. Às vezes, a única função da propaganda percebida pelos leigos (Sant'Anna, 2009, s/p).

Esta é uma constatação que entendemos como bastante apropriada: há um arcabouço particular na produção de publicidade e propaganda. As relações são compostas, inicialmente, pelo planejamento comunicacional em que alguns **atores** (estamos assim denominando-os, pois, acreditamos que eles representam pertinentes movimentos discursivos emblemáticos) realizam o que podemos designar de *savoir-faire* bastante específico, uma vez que os procedimentos envolvem percursos diferenciados, a depender dos tamanhos da contratada como também da contratante¹¹. Em assim sendo, quando da análise, somos favoráveis que esta particularidade seja designada.

11 Esta é uma referência, de modo genérico, para agências e clientes que são levados na estimativa de porte **pequeno, médio e grande**.

Seguindo o itinerário desta nossa exposição deparamo-nos pelo que é possível tomarmos o contato¹² preliminar como referência à abertura dos trabalhos para a feitura de publicidade e propaganda. Os criivos das produções comunicacionais fazem parte de tentativas para estabelecer um nivelamento de comunicação/informação, de acordo com diversos propósitos.

De maneira geral, o que ocorre é: uma agência é contratada, isto é, uma empresa – com seus princípios e maneiras/jeitos de realizar comunicações – por um cliente (empresa também) que possui seus princípios e maneiras/jeitos de fabricar produtos e serviços e de fazer negócios. Ambas empresas desejam atingir/alcançar consumidores (pessoas físicas e/ou jurídicas em suas mais variadas possibilidades de inserção sociocomportamental, buscando ainda, incisivamente, envolvimento com os veículos (TV, Rádio, Jornal, Internet etc.) pelas maneiras de dizer/falar/apresentar – **principalmente ideias**¹³ – de acordo com o que o mercado estabelece/provoca em seus funcionamentos contextuais macro e micro em níveis comerciais, financeiros, negociais, entre outros.

E eis aí uma boa oportunidade de as análises tornarem-se robustas em peculiaridades que muito sintomaticamente ajudam os movimentos sutis nas mais diferentes formas de a linguagem significar. Citamos a seguir, em formato de dúvidas, algumas demandas da contemporaneidade que mexem com as estruturas que compõem o fazer de publicidade e propaganda:

12 O termo contato é bastante significativo dentro e fora de agências e veículos de comunicação, pelo fato de que contatos/pessoas desenvolvem atividades de aproximação de negócios em variadas situações, principalmente quando se revestem de atendimento aos clientes de uma agência, por exemplo.

13 Assim entendemos esta injunção, ou seja, a de que publicidade e propaganda dizem/falam/apresentam **principalmente ideias**. Entendemo-nos respaldados por Figueiredo Neto (2007, p. XII – Introdução) quando expõe que: “[...] esqueceu-se, ou relevou-se, o princípio fundamental da atividade no qual é impossível relacionar diretamente propaganda com vendas, já que a ação de publicidade é muito mais abrangente e interfere na construção das marcas e na valoração dos produtos, não apenas nos resultados de vendas”.

- Por que são propostas campanhas e não a inserção de anúncios ou vice-versa? Por que a exposição da mensagem em um *outdoor* é eficiente e não a entrega de um panfleto? Quais são os direcionamentos de um comercial que uma mala direta (marketing direto) não pode proporcionar? O que configuram as diversas utilizações de cores e suas nuances; a inserção de melodias, trechos de poesias, depoimentos de pessoas (usuários ou não de produtos/serviços) em tantas e diversas peças? Por que as empresas em seus variados tipos de negócios buscam a utilização de informe publicitário e não comerciais *per si*? O que fazem os chamados digitais *influencers* que um comercial não realiza? Por que existem – cada vez mais – empresas de monitoramento de usuários na internet que são provocados instantaneamente por comerciais quando as pessoas baixam jogos e brincadeiras, nos mais diversos e diferentes tipos de aplicativos, por exemplo?

Esses e outros questionamentos, do nosso ponto de vista, fazem parte das condições discursivas **restritas** em que a publicidade e a propaganda são desenvolvidas de maneiras distintas, e por isso mesmo, necessitam de um olhar mais inquiridor quando perscrutadas em uma análise discursiva.

À guisa de complemento do que estamos abordando: praticamente todos os autores desta temática (alguns constam nas referências deste trabalho) são unânimes em trazer questões necessárias às elaborações das particularidades que compõem os trabalhos em/de publicidade e propaganda. Aqui, apontamos alguns formatos e trazemos indicações de fontes de consultas. Assim colocamos esta reflexão também pela perspectiva de não somente fortalecer as análises, mas, ainda de tentarmos melhor apresentar os diversos e variados pontos de vista em AD, quando existem gestos interpretativos que trazem aspectos de comunicação, marketing, jornalismo, publicidade, propaganda e suas proximidades.

Deixamos claro que focalizamos os tratamentos que podem (e devem) ser necessariamente apresentados pelas especificidades de cada exposição comunicativa, sem nos esquecer das condições amplas.

Sem a pretensão de um gesto didático-pedagógico e, ao mesmo tempo, para não trazer apenas o básico de informações que dizem respeito às tipologias de comunicação em suas diversas utilizações, tais como: veículos visuais, auditivos, audiovisuais e interativos, chamamos a atenção para o cuidado quando *corpora* de publicidade e propaganda fazem parte da *mise en scène* discursiva.

Deste modo, ao trazermos alguns tipos de criação nesta área, destacamos **detalhes** que se revestem em tratamentos localizados na produção e também pela divulgação de publicidade e propaganda. Tais particularidades favorecem a um tratamento peculiar que ajuda no método de análise e fortalece o gesto de interpretação discursivo produzindo reflexões que alinham o linguístico e o comunicacional de maneira bastante apropriada. A saber:

Campanhas: qual é o tipo, duração e veículos utilizados;

Anúncios e comerciais: qual é o veículo, o público-alvo, o alcance;

Nome e marca: (criação/posicionamento/reposicionamento) para produtos, serviços, empresas etc.;

Identidade Visual: cores, tipologia, reduções, perspectivas;

Perfil de utilização dos veículos: quais são e que espaços são ocupados, tempo exposto;

Utilização de material de divulgação dentro e fora do ponto de venda em que as ações de marketing são utilizadas para aumentar aproximações e alcances: uso do repasse de folhetos, panfletos (divulgações e entregas personalizadas); utilização de cartazes, folders;

Inserção nas mais variadas possibilidades que a internet possui: mídias digitais, redes sociais, aplicativos, digitais *influencers*, permuta

com ou sem @. Aspecto que nas diversas utilizações da internet e desdobramentos caracterizam-se como influências particulares ou abrangentes. Há a necessidade de uma investigação elaborada com distinção, por motivos inerentes nas modalidades usadas.

Entendemos que muitos esclarecimentos a respeito de informações que podem ser conseguidas em buscas a *sites* das empresas (clientes-anunciantes), como também nos das agências que produzem o material de divulgação podem ser muito úteis e necessárias às análises. Também alertamos para investigações a estudos de professores e autores da área¹⁴.

É no labor discursivo de publicidade e propaganda que as análises podem ser realizadas, ou seja, “a partir dessas redes discursivas [em que] os vieses ideológicos fazem parte de todas as trajetórias sociais, ora regulando dizeres, ora apagando contextualizações, marcando sua intensa presença na comunicação de publicidade e propaganda [...]” (RANGEL, 2016, p. 91). Por intermédio de técnicas que merecem o cuidado e o interesse dos analistas, uma vez que estratégias e artifícios nesta área se entrelaçam e incrementam, muitas vezes, vicissitudes imperceptíveis, mas, que podem ser alertadas por intermédio de estudos diligentes, substanciais.

| Um arremate possível

“Porque para dar continuidade, é preciso pausar, se não, o fio enrosca, a tinta seca, o elástico arrebenta, a energia finda, o amor se cansa” (Emília Freire, 2019, s/p).

Aqui, neste arremate, cumpre-nos reafirmar, **primeiramente**, a necessidade que sentimos de registrar aspectos intrínsecos das con-

14 Algumas fontes de consulta que fazem parte de nossas referências podem servir de orientação para conhecimentos na inclusão de saberes pertinentes às produções de publicidade e propaganda.

dições restritas em produções que envolvem publicidade e propaganda que podem auxiliar em análises discursivas.

Dizendo um pouco mais: a exposição desta ideia nos remete aos cuidados que uma pesquisa requer. Zelos que podem fazer parte de um olhar às especificidades dos objetos em investigação, neste caso, a comunicação e seus desdobramentos (publicidade, propaganda, marketing, jornalismo etc.) e, mais incisivamente, aos tratamentos de seus fenômenos (aqui, particularmente, quando envolvem a publicidade e a propaganda). Arriscamo-nos denominar essa inquietude de **um incômodo**. E, para nós, desconfortos dessa natureza possuem **quês** que precisam ser compreendidos em suas discursividades.

Nosso **segundo balizamento** diz respeito à questão que ora apresentamos pelo que denominamos de chamar a atenção para os detalhes. Eles existem nos anúncios, nos comerciais e em toda peça de publicidade e propaganda. Assim entendemos: nas ações de comunicação existem **vidas** e essas **vidas** estão vinculadas às produções e divulgações em seus aspectos históricos e ideológicos.

Em **terceiro lugar**: sabemos que é bom chegar a uma parada. Compreendemos, portanto, que precisamos nos ler e nos ouvir. E mais um pouco: é bom refletir sobre o que elaboramos. De alguma forma, este desafio pode ser considerado como uma provocação também. Mesmo porque o que ora abordamos necessita de olhares redobrados às mobilidades camaleônicas do cerne do capital que se faz sempre tão presente nos diversos ofícios da vida e que são ratificados pela Formação Social que atualmente vigora. Talvez funcione como uma base à compreensão das interdiscursividades que orbitam as especialidades dos campos das ciências humanas, sociais e aplicadas que aqui trazemos. Suas variadas movimentações de conceitos ideológicos produzem e reproduzem lutas de classes, consumos e cada vez mais tantos artifícios em muitas produções discursivas.

Finalmente – nunca sendo o fim – é-nos premente dizer que o exercício de uma análise discursiva como demonstração ou exemplo não é o foco desta escrita. Queremos deixar em aberto os pensamentos e sentimentos sobre as condições restritas, as quais fazem parte dos estudos e investigações de muitas pessoas que averiguam os discursos, tendo como suporte a AD.

Trazemos essas ponderações, como outras que já ousamos perscrutar anteriormente, comparadas a percursos que chamamos – desde muito tempo – **caminhos de sutilezas**. Essa é uma escolha que, algumas vezes, pode até salientar certa falta de austeridade e rigor. Contudo, “pensar com leveza exige riscos. Um desses riscos, evidentemente, é o da superficialidade. Resta crer que na superfície se escondem fenômenos profundos”¹⁵. Como já o dissemos na introdução, concebemos a intenção desta exposição acompanhada pelas atitudes de esquadrinhar, investigar e pela tentativa de melhor compreender como é possível aprimorar análises discursivas advindas de materiais pertencentes às ambiências que abordamos. Só mais um pouquinho: também esperamos que estas argumentações tornem realizáveis outras/novas leituras que contribuam para melhorar o entendimento dinâmico em relação às condições restritas dos/nos discursos.

Referências

- ARANHA, M. L. A. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2005.
- BERLO, D. K. **O processo de comunicação** – Introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- CABRAL, P. **Propaganda: técnica da comunicação industrial e comercial**. São Paulo: Atlas, 1990.

15 SILVA, J.M. O pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga, **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FIGUEIREDO NETO, C. **A última impressão é a que fica**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

FREIRE, Emília. **Parar**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/EBBELLIPSI/posts/2480980812179936>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

OGDEN, J. R.; CRESCITELLI, E. **Comunicação Integrada de Marketing: conceitos, técnicas e práticas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2000.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD69). Trad. Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RANGEL, H. C. C. **Nossos Comerciais, por favor!** Uma análise discursiva sobre a linguagem publicitária. Curitiba: CRV, 2016.

SANT'ANNA, A. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SANTOS, R. E. **As teorias da comunicação: da fala à internet**. São Paulo: Paulinas, 2003.

SILVA, J. M. **O pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação**. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 171-186.

SILVA SOBRINHO, H. F. **AAD-69: uma referência incontornável**. *Revista Língua e Instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 44, p/ 340=353, jul/dez 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/lil.v0i44.8657820>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ZENONE, L. C.; BUAIRIDE, A. M. R. **Marketing da comunicação**. São Paulo: Futura, 2002.

|| C A P Í T U L O 3 ||

La transition écologique dans la presse quotidienne nationale et régionale en France: entre «adéquationnisme» et transformation sociétale

Natacha Souillard¹

| Introduction

L'actualité européenne a été marquée ces derniers jours par la publication d'une enquête collaborative réalisée par une dizaine de médias européens² sur le fonctionnement des fonds d'investissement « verts ». Les conclusions de l'enquête montrent que la moitié des fonds étudiés investissent *in fine* dans les énergies fossiles, attestant une nouvelle fois de leur opacité, d'un *greenwashing* de grande envergure et des désillusions quant aux miracles annoncés de la « finance verte » en matière de transition écologique (FEYDEL; HACHE, 2022).

Aussi, si la lutte contre le changement climatique, en particulier la baisse du niveau d'émissions de Co2 est désormais un enjeu de précoc-

1 MCF en Sciences de l'Information et de la Communication, IMSIC, Aix-Marseille Université.
E-mail: nat.souillard@gmail.com

2 Cette enquête est accessible en ligne au lien suivant: <https://www.ftm.eu/green-investments>

cupation majeur, inscrit dans des « référentiels culturels plus ou moins partagés » (CAMPION, 2016, p.59), au point même que certains auteurs vont jusqu'à avancer l'idée d'une forme de fétichisation du Co2 (SWYNGEDOUW, 2018; BÜHLER; GAUTREAU, 2020), les moyens, instruments pour y parvenir, le degré et la nature des transformations sociétales à engager, des modes de production, de consommation, de vie, sont loin de faire consensus. Les enjeux écologiques s'insèrent en effet dans des « récits politiques de l'anthropocène » très contrastés (WALLENHORST; THEVIOT, 2020). Par ailleurs, ils ne bénéficient pas du même degré d'autorité ou de légitimité dans l'espace public certains faisant *a contrario* régulièrement l'objet de disqualifications et de dénigrement (*greenbashing*) (BERLAN; CARBOU; TEULIÈRES, 2022), notamment dans le jeu de polarisation politique, à grand renfort d'une stéréotypisation outrancière³.

Ces récits et discours charrient en outre des formules, comme celle de « développement durable », dont la portée dépolitisante (COMBY, 2015), neutralisatrice de conflictualité (KRIEG-PLANQUE, 2010) ne sont plus à démontrer. En France, depuis 2017, l'expression « développement durable » a été supplantée par celle de « transition écologique » pour dénommer le ministère en charge depuis 1971 des questions environnementales et écologiques, entraînant de nouveaux questionnements sur le périmètre sémantique de cette notion.

La notion de « transition écologique » se situe en effet dans un environnement scientifique, *socio-technique, politique, économique, d'une grande complexité*. Le succès de cette expression attribuée à l'anthropologue J.W. Bennett (1976) auquel a contribué le mouvement des « villes en transitions » (HOPKINS, 2010), sa circulation au gré de dynamiques sociales *bottom up* ou *multi-level* (LAIGLE, 2014), sa dimen-

³ On peut citer quelques « petites phrases » particulièrement disqualifiantes à l'encontre des « chevelus en sandales et pulls qui grattent », des « Khmers verts » ou encore des « ayatollahs de l'écologie », porte-étendards d'une « écologie du moins », (Voir le billet publié le 15/09/2020 dans le quotidien *Libération*, intitulé « Amish » et 5G : Macron toujours plus innovant dans la ringardisation » (Source: https://www.liberation.fr/france/2020/09/15/amish-et-5g-macron-toujours-plus-innovant-dans-la-ringardisation_1799560/)

sion territoriale, industrielle et économique (DERMINE-BRULLOT; JUNQUA; ZUINDEAU, 2017), les controverses auxquelles elle se trouve associée (KRAUZ, 2014) sa mise à l'agenda politique et médiatique (OUDOT; DE L'ESTOILE, 2020) mais aussi les diverses conceptualisations de la notion de transition (FISCHER-KOWALSKI; ROTMANS, 2009; OLLIVIER; PLUMCOCQ, 2015) élargissent encore son périmètre.

Si la transversalité et l'élasticité de cette notion sont un vecteur d'enrichissement de la mise en récits et en pratiques des enjeux environnementaux, sa circulation soulève cependant des interrogations dans un contexte où l'évidence néolibérale, les discours experts (GUILBERT, 2008, 2011 ; CUSSO; GOBIN, 2008; GOURGUES, 2018a), la prégnance conjointe d'un « économisme » particulièrement hégémonique, performe l'espace du dicible, si ce n'est du pensable (CANU; BONNET, 2017; BERLAN; CARBOU; TEULIÈRES, 2022; KAZIC, 2022), plaçant le changement politique « hors-débat » (CUSSO; GOBIN, 2008).

Nous serions donc en présence d'un « « corridor du discours » en matière environnementale dans notre espace public » (BERLAN; CARBOU; TEULIÈRES, 2022, p.16). Ce corridor correspondrait à un « cadrage culturel qui rend difficilement audible les pensées qui sortent des sentiers battus » (BERLAN; CARBOU; TEULIÈRES, 2022, p.21), orientant « les réflexions dans des directions préformatées » (BERLAN; CARBOU; TEULIÈRES, 2022, p.20) et canalisant « des pensées et discours dans des bornes qu'il ait intellectuellement difficile, et socialement risqué, d'outrepasser » (BERLAN; CARBOU; TEULIÈRES, 2022, p.21). Le préformatage décrit trouve un écho dans ce que G. Gourgues (2018b) nomme l'« adéquationnisme » lorsque, dans un contexte différent, il s'attache à analyser la carrière des dispositifs participatifs souvent contraints de rentrer *a priori* ou *a posteriori* dans les cadres administratifs et politiques prédéfinis de l'action publique locale (GOURGUES, 2018a, 2018b).

En tant qu'objet « socio-discursif » (LONGHI, 2018) lié à l'action environnementale, nous postulons que la transition écologique n'échappe pas à ces processus de « performativité » et de « préformativité ». Aussi, nous proposons ici d'étudier les traces de ce « corridor du discours environnemental » dans le traitement médiatique de la transition écologique en France, en relevant les indices lexicaux de différents types de « verrous » ou biais. Nous reprenons ici la typologie de biais proposée par A. Berlan, G. Carbou et L. Theulières (2022, p.21) : la « pensée en silo », qui compartimente, fractionne, dissocie les enjeux environnementaux, « l'économisme », qui réduit et confine l'appréhension des phénomènes à leur seule dimension économique et le « solutionnisme technologique », misant sur le progrès technologique pour répondre aux défis environnementaux. Ainsi, dans quelle mesure les biais de « l'économisme », du « solutionnisme technologique », de la « pensée en silo », affectent-ils le traitement médiatique de la transition écologique ? Parmi les dimensions de la transition écologique, certaines sont-elles plus sensibles à ces biais que d'autres ? Le cas échéant, dans ce périmètre, peut-on relever des indices de tensions entre « adéquationnisme » et transformation sociétale ?

Pour tenter d'apporter des éclairages sur ces questions, nous avons choisi de conduire une étude contrastive du traitement médiatique de la notion de transition écologique, dans la Presse Quotidienne Nationale (PQN) et Régionale (PQR) française. Sans prétendre embrasser la variété des discours et cadrages médiatiques circulants, cette étude a vocation à permettre d'identifier des traces de ce cadre culturel, qui serait perceptible au-delà des différences entre des articles issus de titres de presse aux lignes éditoriales et à l'ancrage ter-

ritorial distincts⁴. Nous avons donc constitué un corpus « témoin » composé de 12 330 articles (soit 7 765 983 occurrences), extraits de la base de données Europresse et comportant au moins une fois l'expression « transition écologique ». Afin d'étudier de possibles évolutions, mais aussi la façon dont la transition écologique peut ou non servir de balise interprétative dans le traitement médiatique d'autres objets et événements, le bornage chronologique s'étend du 1er août 2018 au 1er octobre 2020.

La méthodologie s'appuie sur des analyses textométriques appliquées au lexique et implémentées dans le logiciel Iramuteq (RATINAUD, 2014). Les résultats et interprétations présentés ici s'appuient principalement sur la Classification Hiérarchique Descendante (CHD) qui opère des regroupements lexicaux de segments de texte, sur la base du lexique qu'ils partagent. Ces regroupements en « classes lexicales » peuvent être interprétés en tant que « mondes lexicaux stabilisés » (REINERT, 2008). Les métadonnées conservées⁵, une exploration fine du contenu des classes couplée à des analyses complémentaires ainsi que des retours à une lecture linéaire des segments permettent de les interpréter en contexte.

Nous étudierons d'abord les indices d'une forme de « d'ensilage » des objets de la transition écologique, porté par des phénomènes de priorisation ainsi que l'institutionnalisation. Nous poursuivrons en explicitant les dimensions de l'économisme à partir de la mise en économie de la décarbonation et du développement territorial. Nous achèverons cette exploration en relevant une tension entre un « adéquationnisme » perceptible dans les modalités de mise en œuvre

4 Pour la PQN, nous avons collecté des articles issus des médias suivants : Le Monde, Le Figaro, l'Humanité, Les Echos, La Correspondance Économique, La Tribune, Libération, L'Agefi Quotidien, La Croix, Aujourd'hui en France (7419 articles). Concernant la PQR, les articles collectés sont issus de médias disposant d'un ancrage géographique en région Occitanie (sud-ouest de la France) : La Dépêche du Midi, Midi Libre, L'indépendant, Centre Presse Aveyron, La Nouvelle République des Pyrénées (4911 articles). Nous précisons que le groupe la Dépêche du Midi occupe une position quasi monopolistique sur la région Occitanie, elle détient la totalité des titres retenus dans ce corpus.

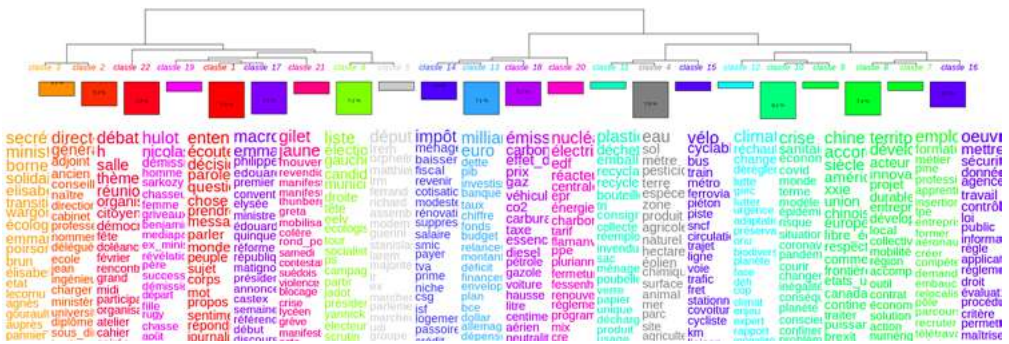
5 Sources, type de presse, dates, identifiants des articles.

et une mise en débat des horizons de désirabilité ainsi que des instruments de la transition écologique.

L'élasticité apparente de la transition écologique

Le panorama global des « mondes lexicaux » permet d'abord de déceler les indices d'un certain « ensilage » de la transition écologique, la multidimensionnalité des enjeux environnementaux ne donnant pas lieu, quantitativement et qualitativement au même traitement. Le processus classificatoire par division successive⁶ nous a permis d'obtenir un découpage final en 22 classes lexicales que nous pouvons néanmoins rassembler, en suivant l'arborescence, en deux grands pans thématiques, l'un relevant d'un cadrage plutôt épisodique, l'autre plutôt thématique⁷.

Figure 1 : Classification Hiérarchique Descendante (Iramuteq) – 22 classes terminales (97,42 % du corpus classé)



Source: Données de recherche.

6 Plusieurs opérations de nettoyage ont été effectuées au préalable : les classes contenant les crédits et légendes des illustrations ont été retirées ainsi que celles contenant les adresses url. (1,97 % du corpus initial). Par ailleurs les noms composés « Etats-Unis », « Royaume-Uni » et l'expression « effet-de-serre » ont été identifiés en tant que tels (.) pour arriver à une classification regroupant 97,42 % du corpus « nettoyé ».

7 Nous avons conduit une autre étude focalisée sur l'événementialité et les différences de cadrages médiatiques PQN/PQR (Sebbah et Souillard, à paraître).

Le premier ensemble, épisodique, comprend les classes 3 à 5 et traite de l'actualité politique et sociale, au gré des mobilisations qui ont marqué la période (classe 22), des annonces et crises gouvernementales en réponse ou non aux mobilisations (classe 1, 19⁸ et 17), du calendrier électoral⁹(classes 5 et 6) et de l'activité institutionnelle du ministère de la transition écologique (classes 3 et 2).

Le second ensemble à droite de la classification (classes 14 à 16), plus diversifié, et plus thématique, peut être à son tour subdivisé en deux sous-ensembles lexicaux : le premier (classes 14,13,18 et 20) est dominé par des considérations macro et micro-économiques et il est fortement lié au volet énergétique de la transition (classes 18 et 20). Le second sous-ensemble embrasse l'arborescence des classes 11 à 16. Apparemment plus éclaté, il relève de la compréhension globale et locale des enjeux environnementaux et de leur gestion, dans un contexte de décentralisation de l'action publique. Une arborescence reliant les classes 8,7,16, met en effet en évidence un traitement médiatique associant transition écologique et développement territorial.

Entre institutionnalisation, compréhension, mise en économie et en gestion, l'élasticité apparente de la notion semble surtout entrer en résonance avec une dynamique de rationalisation experte et gestionnaire des enjeux environnementaux, d'« un processus de construction où se mêlent sciences, administrations, économie et politique » (CHIAPELLO; MISSEMER; POTTIER, 2021, p.14), au cœur des « configurations juridico-techniques qui soutiennent [la] mise en économie de la nature » (CHIAPELLO; MISSEMER; POTTIER, 2021, p.12). Cette mise en économie repose notamment sur un travail de catégorisation et de priorisation dont nous allons à présent souligner dans quelle mesure il affecte également le traitement médiatique de la transition écologique.

8 Nous faisons par exemple référence à la démission de Nicolas Hulot, ministre de la transition écologique en 2018.

9 Les élections européennes et municipales.

| L'institutionnalisation de la transition écologique

Le rapide tour d'horizon de l'arborescence souligne d'ores et déjà la part importante que prend le traitement du volet proprement institutionnel de la transition écologique et son portage politique, du point de vue de l'action gouvernementale d'abord, législative ensuite mais aussi au niveau de la vie électorale, la transition écologique apparaissant dans les thèmes et programmes de campagne (classes 2,3,1,19,17,5).

Autre témoin fort de son institutionnalisation, la plupart des composantes abordées, y compris dans la partie plus thématique, disposent d'un calendrier propre, tributaire du vote et de l'adoption de lois et d'accords internationaux, dont la distribution chronologique des classes lexicales nous a permis de reconstituer les principaux jalons¹⁰.

Cette incorporation institutionnelle se manifeste également lorsque l'on se penche sur les noms propres, le statut des acteurs les plus mentionnés (17,19,3) et les paroles rapportées, dont le lexique, plus oral a été regroupé dans la classe 1. Or, ce sont principalement ici les paroles d'élus politiques qui sont mises en relief.

La transition écologique apparaît ainsi comme une « chasse gardée » institutionnelle donnant très marginalement lieu à une expression testimoniale, renforçant l'image médiatique d'une notion *in fine* peu rattachée aux pratiques ordinaires et au quotidien, à l'opposé de ce que la trajectoire socio-politique de cette notion laisserait présager.

¹⁰ « Loi Agriculture et l'Alimentation » (1er novembre, 2018) ; Loi « Énergie Climat » (8 novembre, 2019) ; loi de Finance (28 décembre, 2018) portant notamment sur la création de deux instruments fiscaux, la TICPE (Taxe intérieure sur la Consommation de Produits Énergétiques, autrement nommée « Taxe Carbone ») et le CIttransition écologique Crédit d'Impôt Transition Énergétique. ; Loi relative à la lutte contre le gaspillage et à l'économie circulaire (2 février, 2020); JEFTA (signature du traité au niveau européen le 1er février, 2019) ; ratification du CETA (23 juillet, 2019).

Des enjeux ensilés et priorisés, insérés dans les cadres de l'action publique

Cette institutionnalisation s'accompagne d'une priorisation particulièrement notable d'enjeux environnementaux, au premier rang desquels figure la question de la transition énergétique. En effet, pas moins de quatre classes sont, de façon centrale ou périphérique, nettement associées à cette dimension et à sa mise en économie ¹¹ (classes 14,13,18, 20). Elle est ainsi beaucoup plus présente et identifiable en tant qu'enjeu prioritaire que d'autres enjeux comme ceux de la « biodiversité » ou des « inégalités »¹².

Un second volet plus disparate renvoie davantage à une rationalisation gestionnaire de l'action publique (classes 11,4,15) en matière de pollutions, déchets (plastiques), espaces, ressources, risques et mobilités. Les segments de texte sont caractérisés par un vocabulaire assez technique, notamment ceux regroupés dans la classe 4. La technicité du lexique correspond à une catégorisation experte, gestionnaire, fonctionnelle des « objets du monde biophysique » (CHIAPELLO; MISSEMER; POTTIER, 2021, p.13) en espaces « naturels », « zones », « parcs », « surfaces » et ressources « eau », « sol » (etc.) à gérer. Sont notamment abordées les questions du développement des parcs éoliens et solaires, de sites industriels dangereux, leurs zones et emprise d'implantation, l'artificialisation des sols, la gestion des eaux, polluants agricoles et le retraitement des eaux usées, les équipements et leur implantation, l'aménagement des espaces (urbains, ruraux, commerciaux, d'habitation, agricoles). Le thème de la mobilité se distingue

11 Sur laquelle nous reviendrons dans la partie suivante, le volet énergétique figurant parmi les plus « économisés » du corpus.

12 Quantitativement moins présentes (1859 occurrences de la forme « biodiversité », contre 6640 occurrences pour la forme « énergie » et 3686 pour la forme « énergétique »), ces questions ne donnent pas lieu à cette liaison avec un lexique propre au discours économique et se trouvent insérés dans des ensembles thématiques différents. Ainsi la forme « biodiversité » est significativement présente dans les classes 4 (gestion des ressources et espaces) et 12 (réchauffement climatique). La forme « inégalité » quant à elle ne comptabilise que 773 occurrences et elle est significativement présente dans les segments rassemblés dans les classes 10 (crise(s)) et 12 (Cf. *supra*).

nettement dans la classe 15, bien qu'il soit marginal d'un point de vue quantitatif (2 % des segments classés) mais relève d'un volet sectoriel particulier, celui des transports et mobilités.

« Pour lui le plus urgent serait d'ailleurs de mettre en place des systèmes de consigne pour les déchets dangereux les piles les ordinateurs ou les emballages plastique pour lesquels la collecte et le recyclage se font mal », La Croix, 10/09/2019 (classe 11).

« pour réduire les épandages de produits chimiques à proximité de sources ou de nappes phréatiques alimentant le réseau d'eau potable les communes disposeront à l'avenir d'un droit de préemption sur les terres agricoles dans ces zones », La Tribune France, 02/07/2019 (classe 4).

Transition énergétique et gestion, des espaces, ressources, mobilités apparaissent ainsi comme des composantes de la transition écologique, priorisées et segmentées par l'action publique. Outre cet « ensilage », certaines composantes sont plus sensibles que d'autres à la « mise en économie ».

Si rapporté aux classes lexicales de façon proportionnelle la présence d'un vocabulaire propre aux discours économiques est conséquente mais *a priori* non dominante, un regard transversal permet de renforcer la perception de cette emprise. Parmi les volets thématiques mis en lumière par le processus classificatoire, deux portent distinctement les traces d'une mise en économie particulièrement prégnante : le volet énergétique (classes 14, 13, 18 et 20) et le développement territorial (classes 8 et 7).

La mise en économie de l'énergie, entre fiscalité et financiarisation

En réponse aux objectifs de diminution des « émissions » de « gaz » à « effet-de-serre » (GES) (classe 18) la « transition énergétique », orientée vers une réduction de la part des énergies fossiles dans le « mix-énergétique » (classe 20), est appréhendée comme une politique à financer et à rendre opérationnelle par un ensemble « d'instruments » (HALPERN; LE GALES, 2011) fiscaux et financiers. Par exemple, des « dispositifs » d'aide ou d'accompagnement à la rénovation énergétique ou des « instruments » de fiscalité, comme la taxe « carburant » (TICPE). Ces instruments et leurs effets supposés sont décrits du point de vue de la lutte contre les GES mais aussi de leur impact économique et les segments attestent d'un traitement qui oscille entre pédagogie des mesures et mise en débat de leur bien-fondé, au regard de l'acceptabilité sociale (classe 14).

« Parmi ces instruments la taxe carbone sur les carburants et combustibles fossiles, pétrole gaz et charbon, est indispensable, les émissions résultant de la consommation des énergies fossiles représentent 70 % du total des émissions de gaz à effet_de_serre », La Tribune France, 17/11/2018 (classe 18).

« Vers une réduction drastique des aides à la rénovation énergétique, Ingrid Feuerstein. Le crédit d'impôt transition énergétique va disparaître en 2020 pour les 20 % de ménages les plus aisés pour le remplacer une aide directe visera les plus modestes et les travaux les plus économes en énergie » Les Echos, 09/08/2019, (classe 14).

Pour autant, la transition énergétique est également perçue comme un vecteur de relance et de « croissance » économique justifiant des politiques d'incitation à l'investissement massif, public et privé, au niveau français mais aussi européen. La banque centrale européenne d'investissement est ainsi particulièrement citée, tout

comme les plans de relance, plus spécifiquement celui « de l'après Covid-19 », voté en juillet 2020 pour « une Europe plus verte, plus numérique et plus résiliente », abondamment traité (classe 13).

« la banque européenne d'investissement suggère donc de lui confier le soin d'orienter l'épargne des européens vers la croissance verte au total LREM parle d'un plan d'investissement de 1 000 milliards d'euros d'ici à 2024 dont seulement 40% d'argent public » Libération, 09/05/2019 (Classe 13).

« En outre le gouvernement prévoit de profiter des taux bas pour emprunter jusqu'à 50 milliards d'euros sur les marchés afin de constituer un fonds d'investissement destiné à financer la transition écologique et technologique à soutenir l'éducation et à constituer des réserves financières en cas de coup dur » Le Monde, 11/10/2019 (classe 13).

Il est également question d'instruments de contrôle censés « garantir » aux investisseurs la « bonne » utilisation des fonds, dans un contexte de développement de la Responsabilité Sociétale des Entreprises (RSE) et de flou quant au périmètre définitionnel des activités « vertes ».

« renforcer les garanties contre l'alibi vert par un processus d'accréditation des audits externes attestant de l'emploi de financements issus des green bonds et en apportant les garanties d'absence de conflits d'intérêts entre activités de conseil et d'audit », La Correspondance économique, 04/02/2019 (classe 13).

Au-delà de la mise en économie, on retrouve donc ici avec force, les indices d'une financiarisation en cours, particulièrement prononcée, du *marché* de l'énergie (FEYDEL; HACHE, 2022).

La transition écologique en faveur du développement économique des territoires

Le développement des territoires est également nettement imprégné d'orientations économiques (classe 8), la transition écologique donnant lieu à une « réception territoriale » (RUDOLF, 2012) en termes d'innovation, d'attractivité, de dynamisation, d'activité économique, et plus marginalement d'amélioration de la « qualité de vie », du « vivre-ensemble ». Elle est donc largement abordée comme un « moteur de l'économie », « du développement local ».

« Il a pour ambition de démontrer par l'action que l'écologie est un moteur de l'économie en développant l'emploi local par la transition écologique, structuration de filières, développement de nouvelles formations et en agissant avec tous les acteurs du territoire publics comme privés pour traduire concrètement la transition écologique » La Dépêche du Midi, 16/01/2020 (classe 8).

On retrouve en outre singulièrement dans ce contexte quelques traces du solutionnisme technologique, comme en attestent des termes comme « innovation » « technologique », accentué par le recours à l'anglais pour nommer les dispositifs innovants « *start up* », « *cleantech* », « *French mobility* ».

« dans ce contexte les partenaires ont décidé de lancer le *Cleantech Booster* un programme novateur intégralement dédié à l'accélération d'entreprises proposant des solutions innovantes en matière d'écologie et de développement durable pour les PME et *Start up* du sud de la France » Midi Libre, 28/04/2019 (classe 8).

Le développement économique lié à la transition écologique fait également l'objet d'une appréhension spécifique sous l'angle de « l'emploi » (classe 7). Les segments évoquent une volonté politique d'agir

sur l'employabilité en accompagnant la formation, l'apprentissage, la reconversion et la réorientation vers des secteurs sous-numéraires ou jugés porteurs en terme d'opportunité de développement. Les métiers « verts » et du *care* (soin et accompagnement du vieillissement) font partie de ces filières à valoriser *via* la formation, notamment dans le cadre du « plan de relance pour la croissance verte ».

« Orienter les parcours et les formations professionnelles vers les métiers que le plan de France relance veut encourager : emplois « verts » dans l'environnement, emplois « gris » dans les métiers du soin et du care », La Tribune France, 04/09/2020 (classe 7).

L'évocation des modalités de « mise en œuvre » de la transition écologique vient compléter ce portrait, soulignant l'emprise des dynamiques partenariales et évaluatives.

Une mise en œuvre et une régulation « adéquationniste » de la transition écologique

Si l'économisme peut déjà être interprété comme un indice de persistance des cadres de conceptualisation dominants, les manières selon lesquelles la transition écologique est abordée par la presse à l'échelle territoriale comportent selon nous les traces d'un adéquationnisme charrié par les modalités de mise en œuvre de la transition écologique. Cet adéquationnisme transparait principalement lorsqu'il est question de la régulation des actions engagées ou envisagées au niveau territorial (classe 8) mais aussi des principes d'application des dispositions légales, réglementaires et leur évaluation (classe 16).

Ainsi, l'opérationnalisation territorialisée de la transition écologique, tournée vers l'attractivité et le dynamisme, est souvent décrite selon un schéma de gouvernance partenariale dans une logique

Les segments de texte complètent l'appréhension de cette vision projective partenariale par l'évocation d'une multitude de dispositifs contractuels visant à assurer une certaine cohérence à la dynamique multi-acteurs comme les contrats de développement locaux, de région, de ruralité, dont voici une illustration.

« Comment réveiller et redynamiser les économies locales ? Construire des projets de territoires avec l'ensemble des acteurs locaux, élaborer un contrat de développement local avec la participation de tous les acteurs, citoyennes et citoyens, entreprises, secteur associatif et en veillant à ce que les moyens associés soient assurés », La Tribune France 06/09/2019 (classe 8)

Plus implicitement, l'adéquationnisme est également observable lorsque l'on se penche sur la classe 16. Lexicalement proche de la classe nettement portée sur le développement territorial, celle-ci est relative à la « mise » en « œuvre », l'application de dispositions légales, réglementaires très disparates. C'est ici un lexique gestionnaire de l'« évaluation », du « contrôle » de la « sécurité », de l'« application », de la « mesure », de l'« efficacité » qui se distingue et a dirigé le processus classificatoire. Il s'agit de se doter ou de discuter des instruments, des problèmes variés d'évaluation, d'inspection, de garantie d'effectivité, d'efficacité, conformément à des injonctions évaluatives à « rendre compte » (*accountability*). Ces injonctions évaluatives juridico-administratives sont portées tant par les difficultés d'exercice du contrôle par les autorités publiques que par les normes du *New Public Management*. Elles sont actualisées par les défis d'harmonisation et de normalisation de la RSE, ici aussi dans une logique incitative/coercitive.

« principale inspection des sites Seveso, un équilibre à trouver entre austérité et sécurité entre la mise en œuvre de la régle-

mentation française et la baisse des moyens accordés aux autorités de contrôle la surveillance de ces entreprises s'avère complexe », *Libération*, 25/10/2019, (classe 16).

« elles participeront conjointement à l'élaboration du rapport annuel des autorités. L'ACPR et l'AMF publieront un rapport annuel rendant compte de ces travaux et fournissant une indication sur les engagements pris par les entités de la place en faveur du climat et les conditions de leur mise en œuvre effective », *La Correspondance économique*, 03/07/2019 (classe 16)

Outre la permanence évaluative de l'efficacité, cet adéquationnisme diffus laisse entrevoir en creux, l'impensé d'une transition écologique « toujours déjà là » dont le cap se discute peu mais qui est résolument « mise en œuvre ». Cependant, le traitement médiatique de la transition écologique n'est pas exempt de toute trace de mise en débat de ses horizons de désirabilité, ni de conflictualité.

Penser la transformation à la faveur des crises et des mouvements sociaux

Ces mises en débat de la transition écologique sont ici surtout portées par l'irruption d'événements qui viennent perturber le traitement médiatique à dominante économique et gestionnaire : il s'agit de mobilisations sociales massives, de catastrophes industrielles et climatiques et surtout la crise sanitaire entraînée par la pandémie de Covid-19. .

Les mobilisations sociales qui ont marqué la période et affecté le traitement médiatique de la transition écologique sont essentiellement le mouvement des Gilets jaunes¹³ et plus discrètement les Marches pour le climat, tout particulièrement durant le mois de décembre 2018 (classe 21). Si en tant que telle cette classe occupe une place assez secondaire dans le corpus, elle n'en demeure pas moins associée à l'en-

¹³ Les mois de novembre, décembre 2018, janvier et février 2019 ont été particulièrement marqués par l'ampleur du mouvement de contestation.

vironnement lexical des institutions politiques. A cet égard, la classe relative au « Grand débat » (classe 22) quantitativement importante (7.2% du corpus) est très spécifiquement associée au mouvement des Gilets jaunes, le lancement du Grand Débat, étant une réponse gouvernementale au mouvement de contestation. Par ailleurs, la séquentialité de la classe lexicale comportant des segments associés à la fiscalité (classe 14), atteste d'une présence importante de ce lexique durant les temps forts de la mobilisation qui, par sa contestation de la « taxe carbone », a contribué à politiser les instruments fiscaux de la transition énergétique, au moment de la mise en discussion de la loi de Finance 2019¹⁴ au parlement et par la suite.

« En bloquant ce week_end plus de 2 000 sites pour dénoncer la hausse des carburants les Gilets jaunes ont réussi un premier pari après cette mobilisation qui a coûté la vie à une manifestante ce mouvement disparate devra se structurer s'il veut infléchir la politique du gouvernement » La Croix, 19/11/2018, (classe 21).

A cet agenda social s'ajoute l'impact médiatique des crises sanitaire (classe 10) et climatique (classe 12)¹⁵, illustrant à nouveau le rôle que « *les crises environnementales jouent [...] dans le déplacement de l'écologie de la sphère scientifique et technique vers le champ politique* » (BONNET; GESLIN, 2019, p.11). La classe 10 témoigne surtout de la manière dont la crise sanitaire a éclairé tout le traitement médiatique et absorbé jusqu'à la transition écologique. A cette occasion apparaît une mise en relation entre crise sanitaire et crise climatique. Elle est abordée selon une focale assez large, entre dispositifs prévus pour relancer la croissance « verte » et corrélation entre la destruction des milieux naturels et l'émergence des zoonoses. Cette crise

14 Votée le 28 décembre 2018.

15 La médiatisation de la crise climatique en tant que telle, minime en comparaison, bénéficie d'un regain de visibilité à la faveur de la publication des rapports du GIEC mais aussi du calendrier de la gouvernance internationale marqué notamment par la « Cop 24 »

ouvre aussi une mise en discussion de changements et transformations vers un « monde d'après », du système économique « destructeur des écosystèmes » qui « creuse les inégalités », des modes de vie et de consommation.

« [...] elle était déjà bien présente avant la crise sanitaire gilets jaunes mouvement sur les retraites cette colère contre les ravages du libéralisme économique qui creuse les inégalités sociales tout en détruisant l'écosystème s'est renforcée ces deux derniers mois » L'humanité, 09/06/2020 (classe 10).

« Les Villes en transition ou les ZAD sont autant de façons de produire et d'expérimenter d'autres modes de vie et de consommation d'autres rapports entre les citoyens » L'humanité, 15/03/2019 (classe 10).

Plus discrètement, des phénomènes catastrophiques activent le registre de la gestion des risques : industriels comme l'incendie de l'usine Lubrizol¹⁶, naturels, comme les inondations et sécheresses (classe 4). Cette gestion des risques et des ressources (classe 4 et 11) charrie aussi son lot de conflictualité et de controverses, opposant des acteurs variés, dont les élus locaux et le gouvernement, donnant à voir une autre forme de réception territoriale des instruments de la transition écologique, plus dissensuelle.

« Paris et quatre autres grandes villes ont interdit hier l'utilisation des produits phytosanitaires chimiques sur leur territoire rejoignant la bataille anti-pesticides lancée par des maires ruraux dans l'espoir de faire pression sur le gouvernement qui a moqué un coup de com [...] » La Dépêche du Midi, 13/09/2019 (Classe 4).

« [...] tombé dans l'oubli le gouvernement joue serré car il sera difficile de mettre en place la consigne pour réemploi des bouteilles en verre exigée par les ONG si la consigne pour le re-

¹⁶ Le 26 septembre, 2019.

cyclage du plastique n'existe pas car le déploiement des automates coûte cher[...] » Les Echos, 16/12/2019 (Classe 11).

| Conclusion

Les modes de catégorisation des enjeux environnementaux médiatiquement associés à la transition écologique donne ainsi à voir un certain morcellement, un fractionnement et un traitement différencié liés à une institutionnalisation et une prise en charge *via* les cadres gestionnaires de l'action publique. Parmi ces enjeux, certains sont traités selon une focale économique prononcée, c'est le cas du volet « décarbonation » de l'énergie, entre fiscalité et financiarisation. La mise en économie est généralisée lorsque l'on se penche sur une « réception territoriale » spécifique, liée au développement territorial. Dans ce contexte, la transition écologique est en elle-même abordée en tant que « moteur », non pas de transformation mais de développement économique des territoires, à renfort d'innovation technologique. A cet égard, c'est aussi dans ce contexte territorialisé que l'impact du solutionnisme technologique semble le plus perceptible.

Le traitement médiatique de la transition écologique est ainsi soumis à « un corridor du discours », porté par son institutionnalisation, dominé par les impératifs de sa mise en économie et en gestion, invisibilisant de nombreuses dimensions dont il serait vain de dresser ici une liste. Nous soulignons néanmoins l'absence manifeste des récits testimoniaux qui pourraient porter une expressivité incarnée et vécue des enjeux environnementaux.

La prégnance de ces « verrous » dans le discours médiatique invite à considérer une dynamique adéquatationniste. L'appréhension de celle-ci est complétée par la place importante que prennent les modes de « mise en oeuvre » dans le traitement médiatique. Pris dans un cadre incitatif/coercitif l'opérationnalisation territorialisée s'inscrit d'une part dans des dispositifs de gouvernance partenariale, contrainte

par les impératifs d'attractivité et de dynamisme économique. D'autre part, la « mise en oeuvre » juridico-administrative est dominée par un impératif évaluatif, entre la nécessité d'exercer un contrôle d'effectivité, de respect des normes, lois, règlements, et celle de « rendre compte ». La transition écologique apparaît ainsi comme une politique publique intersectorielle fragmentant et priorisant les enjeux environnementaux, souvent à l'opposé d'une approche complexe par le milieu, par les communs, proprement écosystémique, dont on discute peu les horizons normatifs mais que l'on met en œuvre.

Les crises et mobilisations sociales viennent cependant perturber cette dynamique de rationalisation experte et gestionnaire contribuant à politiser les instruments de la transition et à ouvrir quelque peu les horizons de désirabilité, en remettant en cause les modèles de développement et de progrès préétablis, au regard de leur conséquences environnementales et sociales.

Si cette approche exploratoire à grande échelle permet d'attester une nouvelle fois de phénomènes de domination discursifs confinant l'espace du dicible des discours environnementaux, un regard analytique précisément porté sur le travail éditorial, les spécificités des titres de presse, les formats et les arènes médiatiques permettrait de rendre compte de dynamiques plus fines de tensions dans le portage médiatique des récits environnementaux.

| Bibliographie

BENNETT, J. W. **The ecological transition**: Cultural anthropology and human adaptation. New Brunswick: Transaction Publishers, 1976.

BERLAN, A.; CARBOU, G.; TEULIÈRES, L. **Greenwashing**: Manuel pour dépolluer le débat public. Paris: Seuil, 2022.

BONNET, V.; GESLIN, A. Les mots de l'écologie, 25 ans après. Circulation des discours et des notions, **Mots. Les langages du politique**, [En ligne], Lyon,

n. 119, p. 9-14, 2019. Consulté à l'adresse: DOI : <https://doi.org/10.4000/mots.24186>. Accès le: 15 fév. 2023.

BÜHLER, E.-A.; GAUTREAU, P. Néolibéralisation de la nature. *In*: ALEXANDRE, F. *et al.* (dir.) **Dictionnaire critique de l'anthropocène**, Paris: CNRS Editions, 2020, p.583-586.

CAMPION, B. Alarmisme et catastrophisme? Rhétoriques de la peur dans les échanges en ligne relatifs aux changements climatiques. *In*: LIBAERT, T. (Ed.), **La communication environnementale**. Paris: CNRS Éditions, 2016. p. 59-75.

CANU, R.; BONNET, V. L'ordre des discours de la crise: un agencement hétérogène », **Mots. Les langages du politique** [En ligne], Lyon, n. 15, 2017. Consulté à l'adresse: DOI : <https://doi.org/10.4000/mots.22923>. Accès le: 15 fév. 2023.

CHIAPELLO, È.; MISSEMER, A.; POTTIER, A. (Eds.). **Faire l'économie de l'environnement**. Paris: Presses des Mines, 2021.

COMBY, J.-B. **La question climatique**: genèse et dépolitisation d'un problème public. Paris: Raisons d'agir, 2015.

COMBY, J.B. Quand l'environnement devient « médiatique »: Conditions et effets de l'institutionnalisation d'une spécialité journalistique. **Réseaux. [S.l.]**, n. 157/158, p. 157-190, 2009. Consulté à l'adresse: <https://doi.org/10.3917/res.157.0157>. Accès le: 15 fév. 2023.

CUSSO, R.; GOBIN C. Du discours politique au discours expert: le changement politique mis hors débat ? », **Mots. Les langages du politique** [En ligne], Lyon, n. 88, p. 5-11, 2008. Consulté à l'adresse: <http://journals.openedition.org/mots/14203>. Accès le: 15 fév. 2023.

DERMINE-BRULLOT, S.; JUNQUA, G.; ZUINDEAU, B. Écologie industrielle et territoriale à l'heure de la transition écologique et sociale de l'économie. **Revue d'économie régionale et urbaine, [S.l.]**, n.5, p.771-796, 2017. Consulté à l'adresse: <https://www.cairn.info/revue-d-economie-regionale-et-urbaine-2017-5-page-771.htm>. Accès le: 15 fév. 2023.

DUCHASTEL, J. Du gouvernement à la gouvernance : crise ou ajustement de la régulation. *In*: CANET R.; DUCHASTEL, J. (dir.). **La régulation néolibérale**. Crise ou ajustement? Montréal: Athéna. 2004, p. 390. Consulté à l'adresse:

<http://www.journaldumauss.net/?Du-gouvernement-a-la-gouvernance>.
Accès le: 15 fév. 2023.

FEYDEL, S.; HACHE, F. “Finance verte, financer la transition ou financiariser la nature?”. In: BERLAN, A.; CARBOU, G.; TEULIÈRES, L. (dir.). **Greenwashing: Manuel pour dépolluer le débat public**. Paris: Seuil, 2022. p.135-142.

FISCHER-KOWALSKI, M.; ROTMANS, J. Conceptualizing, Observing, and Influencing Social–Ecological Transitions, **Ecology and Society**, [S.l.], v. 14, n. 2, 2009, Resilience Alliance Inc. Consulté à l’adresse: <https://www.jstor.org/stable/26268328?seq=6>. Accès le: 15 fév. 2023.

GOURGUES, G. Participation: trajectoire d’une dépolitisation. **Revue Projet**, [S.l.], n. 363, p. 21-28, 2018a. Consulté à l’adresse: <https://doi.org/10.3917/pro.363.0021>. Accès le: 15 fév. 2023.

GOURGUES, G. Quand la participation est victime de ses « effets ». Vie et mort du tournant social et participatif de la politique de formation professionnelle en PACA (2004-2015). **Pôle Sud**, [S.l.], n. 49, 25-40, 2018b. Consulté à l’adresse: <https://doi.org/10.3917/psud.049.0025>. Accès le: 15 fév. 2023.

GUILBERT, T. **L’«évidence» du discours néolibéral**. Analyse dans la presse écrite. Bellecombe-en-Bauges, Éd. Le Croquant, coll. Savoir/agir, 2011.

GUILBERT, T. **Le discours idéologique: Ou la force de l’évidence**. Paris: Editions L’Harmattan, 2008.

HALPERN, C.; LE GALES, P. Pas d’action publique autonome sans instruments propres: Analyse comparée et longitudinale des politiques environnementales et urbaines de l’Union européenne. **Revue française de science politique**, [S.l.], n. 61, p. 51-78, 2011. Consulté à l’adresse: <https://doi.org/10.3917/rfsp.611.0051>. Accès le: 17 fév. 2023.

HOPKINS, R. **Manuel de transition**. De la dépendance au pétrole à la résilience locale, Montréal: Écosociété, 2010.

JAILLET-ROMAN, M.-C. De la généralisation de l’injonction au projet. **Empan**, [S.l.], Ramonville St-Agne, Érès, n. 45/1, p. 19-24, 2002. Consulté à l’adresse: <https://www.cairn.info/revue-empan-2002-1-page-19.htm> Accès le: 17 fév. 2023.

KAZIC, D. **Quand les plantes n’en font qu’à leur tête**: Concevoir un monde sans production ni économie. Paris: La Découverte, 2022.

KRAUZ, A. Les villes en transition, l'ambition d'une alternative urbaine, **Métropolitiques**, Paris, 1 dec. 2014. Consulté à l'adresse: <https://www.metropolitiques.eu/Les-villes-en-transition-1.html>. Accès le: 14 fév. 2023.

KRIEG-PLANQUE, A. La formule "développement durable" : un opérateur de neutralisation de la conflictualité. **Langage et société**, [S.l.], n. 134, p. 5-29, 2010. Consulté à l'adresse: <https://doi.org/10.3917/l.s.134.0005>. Accès le: 17 fév. 2023.

LAIGLE, L. Une mise en mouvement de la transition écologique par la société civile? Approches, enjeux et perspectives. **Colloque international** « Les chemins politiques de la transition écologique », Oct 2014, Lyon, France. Consulté à l'adresse: <hal-01515559>. Accès le: 17 fév. 2023.

LONGHI, J. **Du discours comme champ au corpus comme terrain**: Contribution méthodologique à l'analyse sémantique du discours. Paris: Editions L'Harmattan, 2018.

MICHAUX, V. Stratégie territoriale: les impacts et les limites d'un cadre participatif « incitatif-coercitif ». **Revue d'Économie Régionale & Urbaine**, [S.l.], n. 1, 2018, p. 33-60, jan. 2008. Consulté à l'adresse: <https://doi.org/10.3917/reru.181.0033>. Accès le: 12 fév. 2023.

OLLIVIER, G.; PLUMECOCQ, G. **La Transition Socio-Technique** : un courant théorique dynamique. Mobiliser les approches par les transitions dans la recherche sur les changements agricoles et alimentaires: pourquoi et comment?, Sète, France, 2015, 6 p. Consulté à l'adresse: hal-01281833. Accès le: 14 fév. 2023.

OUDOT, J.; DE L'ESTOILE, É. La transition écologique, de Rob Hopkins au ministère. **Regards croisés sur l'économie**, Paris, n. 26, p. 14-19, 2020. Consulté à l'adresse: <https://doi.org/10.3917/rce.026.0014>. Accès le: 17 fév. 2023.

RATINAUD, P. **IRAMUTEQ**, Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de transition écologiquextes et de Questionnaires, 2014. Consulté à l'adresse: <http://www.iramuteq.org>. Accès le: 17 fév. 2023.

REINERT, M. Mondes lexicaux stabilisés et analyse statistique de discours, **Actes d 9es Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles (JADT)**, Lexicométrica [en ligne], 2008. Consulté à l'adresse: <http://>

lexicometrica.univ-paris3.fr/jadt/jadt2008/pdf/reinert.pdf. Accès le: 17 fév. 2023.

RUDOLF, F. La réception territoriale du changement climatique ou comment le changement climatique contribue à l'émergence de territoires et de politiques climatiques spécifiques, **Vertigo**—la revue électronique en sciences de l'environnement, Hors-série 12, mai 2012, mis en ligne le 04 mai 2012. Consulté à l'adresse: DOI : <https://doi.org/10.4000/vertigo.11825>. Accès le: 17 fév. 2023.

SEBBAH, B.; SOUILLARD, N. (à paraître). De quoi la transition écologique devient-elle le nom ? *In*: CATELLANI, A. & LITS, G. (dirs), *Transitions en tension*, ISTE, « Communication, environnement, science et société »

SOUILLARD, N. **Gouvernance et participation**: une approche communicationnelle des dispositifs participatifs en contexte local: le cas des conseils citoyens, de la presse associative de quartier et des indicateurs de bien-être « co-élaborés » avec les habitants. Thèse de doctorat, Université Paul Sabatier–Toulouse III, 2019.

SWYNGEDOUW, E. CO2 as Neoliberal Fetish: The Love of Crisis and the Depoliticized Immuno-Biopolitics of Climate Change Governance , *In*: CAHILL, D.; COOPER M.; KONINGS, M. ; PRIMROSE, D. (dir.) **The SAGE Handbook of Neoliberalism**. Londres, Sage, 2018, p.295-307.

WALLENHORST, N. ; THEVIOT, A. Les récits politiques de l'Anthropocène: Articulation du politique en Anthropocène et de l'Anthropocène en politique. **Raisons politiques**, [S.l.], n.77, p. 5-34, 2020. Consulté à l'adresse: <https://doi.org/10.3917/rai.077.0005>. Accès le: 17 fév. 2023.

|| C A P Í T U L O 4 ||

Empreendedorismo feminino: uma relação característica entre passado e atualidade

Cristiane Gomes de Souza¹

| Introdução

O que há de arriscado em pensar a relação passada e atualidade sobre a mulher e o empreendedorismo é o redutível a um sentido fechado. O preço que se paga é não se limitar a enunciar o que já se sabe, mas introduzir-se em experiências outras, que desfaçam enfim os preconceitos.

Escrever sobre a história das mulheres, o “ser mulher” na sociedade capitalista é uma tarefa desafiadora porque sou mulher e porque também vivenciei com as “mulheres de negócios” alguns percursos.

As histórias que tratam sobre a visibilidade da participação das mulheres emergiram com força como um campo definido de pesquisa. Um número significativo de publicações vem revelando o fortalecimento do interesse; cresceram as publicações, os livros, artigos

¹ Doutorado em Linguística (PPGL/UFAL). Docente do Centro Universitário CESMAC/Maceió. Professora de Pós-Graduação MBA em Gestão Estratégica de Pessoas e Psicopedagogia (UNIT). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho, Organizacional, Social e da Educação. E-mail: cristianesouza_psi@hotmail.com

em revistas especializadas, teses, dissertações e simpósios temáticos que tratam sobre o tema.

Nos trabalhos acadêmicos, inicialmente, a categoria de análise mais usada foi justamente a “mulher”. Com esta categoria, historiadores procuraram integrar, na narrativa que se fazia da história da humanidade, a presença das mulheres. Foi também buscando mostrar a diferença no interior da categoria “mulher” que passaram a utilizar a palavra “mulheres”. Do interior da categoria mulheres foi que a categoria de análise “gênero” passou a ser utilizada. A inspiração, em sua maioria, advinda do texto, muitas vezes citado, de Joan Wallach Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”², publicado, no Brasil, em 1990.

Dessa forma, ao pensar as práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, a literatura, os diferentes veículos de comunicação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, imprescindível entender uma história que examina as “verdades”³ sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente. Do que se apreende é que o mundo das mulheres sempre foi alicerçado por uma série de negações. O lugar permitido para pronunciar discursos sobre a mulher, é quase sempre no seu lugar institucionalizado: o espaço privado.

Na dicotomia entre o público e o privado se consubstanciou a divisão sexual do trabalho: homens provedores e mulheres cuidadoras. O limitador das mulheres nos espaços públicos fora ancorado na cultura hegemônica androcêntrica e nas desigualdades de gênero, restrin-

2 SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

3 Ver em PEDRO, Joana Maria. Translating the debate: the usage of gender category in the historical research. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2023.

gindo as mulheres à “natureza”, ao cuidar e procriar. Nesse sentido, os papéis sociais aparecem como determinantes nessa relação entre público e público, lar e vida pública social, engajamentos em movimentos sociais, reprodução de um modelo de sociedade e cultura predominantemente machista suscitam interjeições sobre o papel de homens e mulheres.

| Do empreendedorismo feminino: história e sentidos

Ao buscar entender estas relações, é preciso indagar sobre as práticas de poder, as redistribuições de tarefas, as peculiaridades que são definidas e os papéis sexuais na sociedade em questão. Principalmente porque as mulheres têm um papel preponderante no cuidado com os outros, mas não quer dizer que esta atitude lhes seja exclusiva. Contudo, a vida familiar tal como ainda está organizada, faz delas responsáveis mais próximas pelos filhos, pelos doentes da família, pelos idosos, pela casa, pelos animais domésticos etc. Em sociedades como a nossa, na qual a maior parte das mulheres trabalha fora de casa, ela continua a ser responsabilizada pela saúde e bem-estar do seu agregado.

Nesse modelo, a mulher em seu papel da maternidade, como a sua identidade principal, historicamente, faz parecer um papel como caminho de plenitude e realização da feminilidade, associado a um sentido de renúncia e sacrifícios. Entretanto, a definição do papel materno vem mudando, mesmo que a mudança não se dê sem restrições. Muitas mulheres já convivem com novos papéis quais sejam o de mãe, de mulher trabalhadora ou empreendedora, porém ainda de maneira ambígua em virtude do que consideram ser deveres maternais – dedicação à família e aos filhos em detrimento às atividades fora de casa.

Se é evidenciado que papéis de homens e mulheres já não mais se vinculam à identidade sexual e sim à condição humana e suas circunstâncias, abrem-se novas possibilidades para uma mulher mais consciente de seus papéis. A mulher contemporânea, por sua ascensão

no mercado de trabalho e na vida intelectual, vem ampliando sua autonomia. Perrot (2007) argumenta que, se o clima intelectual muda, a maneira de escrever a história também muda. Com as transformações no cenário socioeconômico, as revoluções culturais, a força do movimento feminista no século XX, bem como novas configurações sociais vão surgindo. O que importa mesmo é superar os caminhos estabelecidos pela lógica androcêntrica e romper com os modelos de dominação.

Para Bourdieu (2003), a principal conquista dos movimentos feministas foi conseguir levantar o questionamento sobre a “dominação masculina”, compreendendo-a como uma construção social e, portanto, histórica. A maior mudança está no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. A célebre frase de Simone de Beauvoir (1980, p. 9) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” atenta para o fato de que as mulheres são ensinadas, nas sociedades capitalistas ocidentais, desde a infância, a cumprir um papel social de submissão.

Assunto bastante controverso entre as feministas, há de se entender a possibilidade de se resistir a (ou reproduzir) alguns padrões sociais ainda que meninos e meninas, majoritariamente, aprendam o machismo dentro de casa, pois “é sem dúvida à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas” (BOURDIEU, 2003, p. 102). O autor explica que:

A postura submissa que se impõe às mulheres [...] revela-se em alguns imperativos: sorrir, baixar os olhos, aceitar as interrupções etc. [...] as pernas que não devem ser afastadas etc. e tantas outras posturas que estão carregadas de uma significação moral (sentar de pernas abertas é vulgar, ter barriga é prova de falta de vontade etc.). Como se a feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena” [...], mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível, limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo, sobretudo em lugares públicos. Essa

espécie de confinamento simbólico é praticamente assegurada por suas roupas (o que é algo mais evidente ainda em épocas mais antigas) e tem por efeito não só dissimular o corpo, chamá-lo continuamente à ordem (tendo a saia uma função semelhante à sotaina dos padres) sem precisar de nada para prescrever ou proibir explicitamente [...]: ora com algo que limita de certo modo os movimentos, como os saltos altos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos, e sobretudo a saia que impede ou desencoraja alguns tipos de atividades (a corrida, algumas formas de se sentar etc.); ora só as permitindo à custa de precauções constantes, como no caso das jovens que puxam seguidamente para baixo uma saia demasiado curta, ou se esforçam por cobrir com o antebraço uma blusa excessivamente decotada, ou têm que fazer verdadeiras acrobacias para apanhar no chão um objeto mantendo as pernas fechadas.. [...] E as poses ou as posturas mais relaxadas, como o fato de se balançarem na cadeira, ou de porem os pés sobre a mesa, que são por vezes vistas nos homens – do mais alto escalão – como forma de demonstração de poder, ou, o que dá no mesmo, de afirmação são, para sermos exatos, impensáveis para uma mulher (BOURDIEU, 2003, p. 39-40).

As representações do feminino e do masculino, ao longo da história, foram construídas paulatinamente para segregar ou reprimir um gênero em face do outro. O feminino, por não se enquadrar na perspectiva delineada pelo masculino – patriarcal, androcêntrico, falocêntrico – adquire lugar de um outro dentro da civilização. Esse lugar é habitado por um pensamento universalizante e desigual.

Pelos motivos citados, confirmam-se as lacunas, os não-ditos, que mostram como a mulher é realmente representada no contexto social. Historicamente, se mostra a mulher sempre inferiorizada, discriminada, oprimida, tirante da vida educativa e social, da sua condição de sujeito. Tal entendimento é fundamental para investigar o debate a fim de assentar a compreensão da influência do androcentrismo so-

bre os valores e ideias vinculados à distribuição e ao exercício de poder na sociedade.

Retomando Marx (1989):

[...] Temos que começar constatando o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história, a saber o pressuposto de que os homens precisam estar em condições de viver para ‘fazer história’. Mas para viver é preciso antes de mais nada comer, morar, vestir, e ainda algumas coisas mais, o primeiro ato histórico é, portanto, engendrar os meios para satisfação dessas necessidades, produzir a vida material para a mesma, e isto é um ato histórico, uma condição básica de toda a história que ainda hoje, como há milênios, precisa ser preenchida a cada dia e a cada hora, tão somente para manter os homens vivos. [...] Em segundo lugar, a primeira necessidade satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento da satisfação adquirida levam a novas necessidades – e esse engendramento de novas necessidades é o primeiro ato histórico [...] A terceira circunstância, o que já de antemão entra no desenvolvimento histórico, é a de que os seres humanos que renovam sua própria vida diariamente começam a fazer outros seres humanos, isto é, a reproduzirem a relação entre homem e mulher, pais e filhos, a família [...] (MARX, 1989, p. 30-40).

A propriedade privada promove a opressão da mulher pelo homem. Uma mulher que nasceu para exercer seu papel de mãe e esposa, atuando no lar. Ademais, a evolução da família e sua relação de subordinação relacionada às transformações complexas sucedidas no mundo da produção, destinando às mulheres posições de subordinação ainda mais forte. Daí porque para aclarar a opressão das mulheres é preciso revelar o poder dos discursos.

Dessa forma, é necessário analisar a complementariedade que se estabelece entre patriarcado e capitalismo. Se as mulheres não são um todo homogêneo (e não são), tampouco o é a classe social. E é nesse

sentido que o método materialista histórico demonstra sua atualidade no que concerne ao estudo da opressão/exploração das mulheres, especialmente a partir da consolidação do modo de produção capitalista.

O que importa, para fins da análise da questão da mulher sob uma perspectiva marxista, é entendê-la a partir das diferentes opressões/explorações que a constituem. Aliada ao capitalismo, somos transformadas em objetos de consumo, mercantilizadas; adentramos o processo de produção e reprodução da vida social de maneira precarizada. O capitalismo marca a diferença de classe na opressão patriarcal. Se hoje vivenciamos uma crescente visibilidade da luta feminista e dos mecanismos de combate à violência contra mulher, o acesso a eles ainda depende muito da condição de raça e classe que nos encontramos.

Da história e da memória sobre as mulheres em nossa sociedade, capta-se que estiveram subordinadas às condições do pai ou do marido, presa ao patriarcalismo e destinada ao contexto familiar⁴. As representações da mulher são incrementos de imagens armazenadas no interdiscurso, e essas imagens da memória discursiva vão refletir nas representações atuais. Ao analisar os dispositivos legais do Código Civil de 1916, que determinavam que, ao casar, a mulher perdia sua plena capacidade, tornando-se relativamente capaz, ao lado dos índios, dos pródigos e dos menores, recortamos o artigo sexto, inciso II do Código Civil Brasileiro (CCB) que reforça que as mulheres:

4 Na maioria das sociedades, o casamento é mediado por uma série de transações. A dinâmica varia em função disso, assim como o tipo particular de pressão que se exerce sobre as mulheres (Goody, J.; Tambiah, S.J. **Bridewealth and Dowry**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973, p. 2). As implicações estruturais do casamento só podem ser entendidas se as pensamos como um item em toda uma série de transações entre grupos de parentes. Mas não pretendemos aqui aprofundar esse debate mas lembrar que a reciprocidade dos deveres de parentesco não são meros símbolos de aliança, são também transações econômicas, transações políticas, cartas de direito de domicílio e uso da terra. Não se pode fazer nenhuma descrição útil de “como funciona um sistema de parentesco” a menos se levem em conta, ao mesmo tempo, esses muitos aspectos ou implicações da organização do parentesco (Leach, Edmund. *Rethinking Anthropology*. New York, Humanities Press, 1971, p. 90). Ver em Rubin (1993), O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do Sexo. Florianópolis: UFSC.

Art. 6º – São incapazes, relativamente a certos actos, ou à maneira de os exercer: [...]

II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

[...] Art. 242 – A mulher não pode, sem autorização do marido: VII. Exercer profissão (Código Civil Brasileiro, 1916).

Assim sendo, a mulher casada é considerada relativamente incapaz. O Capítulo II se intitulava Dos Direitos e Deveres do Marido e, como consequência, no Art. 242, por exemplo, a necessidade de autorização do marido para poder trabalhar fora do ambiente doméstico. De fato, o Código Civil de 1916 revela o pensamento patriarcal e machista. A ideia de dependência e submissão predominava, fazendo com que as mulheres não pudessem agir com autonomia.

No Capítulo III, que tratava dos Direitos e Deveres da Mulher, o artigo 242, consoante alteração pelo Decreto do Poder Legislativo nº. 3.725, de 1919, afirmava que mulher não poderia, sem autorização do marido, exercer profissão. Apesar de não poder ser livre para exercer profissão, caso viesse a fazer, a mulher teria o direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e à sua defesa, bem como a dispor livremente do produto de seu trabalho.

O enxerto informa, expressamente, uma chefia para a instituição familiar, sendo tal poder de direção exercido pelo homem, que é o representante da família, quem administra os bens, elege o domicílio e, inclusive, detém o poder de autorizar ou não o exercício de profissão pela mulher. Delegada também ao homem a obrigação de sustentar a família. À mulher foi reservada a função de auxiliar do marido. O fundamento para a sujeição da mulher ao marido se baseava na ideia de que existe uma tendência natural, inata, que decorre da simples condição de nascer mulher.

Dessas análises, entende-se como é ressignificado um modelo privado de organização vigente desde as sociedades primitivas (daí

porque circula uma memória que remonta a um sistema patriarcal que surge na base da organização social), em que a família se encontra marcada pela submissão: o homem ocupava a função de chefe, e todos os demais integrantes se mantinham unidos motivados pela satisfação de suas necessidades de alimentação e segurança, tarefas conferidas ao chefe da família. Tal foi a importância do surgimento desta organização familiar e da divisão de tarefas ali produzidas que Arendt (2014, p. 35-36) chega a atribuir o surgimento da cidade-Estado e do domínio público ao surgimento da família e do lar, que teria lhe servido de modelo.

Historicamente, a sociedade brasileira traz marcas do patriarcado e conservadorismo. Em 1916, por exemplo, sociedade brasileira era conservadora e patriarcal, com atenções voltadas aos homens⁵, uma vez que só eles podiam estudar, trabalhar, tomar suas decisões de modo independente, gerir suas finanças e ter o controle da vida familiar, além de votar em seus representantes com a Proclamação da República.

Como mostrou Lênin (1979), o ano de 1916 inaugura um período de luta para a valorização, transformando o espaço central e periférico em campo de batalhas imperialistas em nome do lucro e da violência. Na verdade, evidencia-se aquilo que Rosa Luxemburgo (1985) denominou de política do imperialismo baseada na expropriação e na reinvenção de modos passado de dominação, em que a violência, as finanças e a economia de guerra seriam atributos indissociáveis de tal estágio capitalista.

O capitalismo industrial, no século XIX, reforça a alienação técnica no desenvolvimento. Em *O Capital* (2008), sobre a estruturação do capitalismo no século XIX, Marx dirige atenção ao prolongamento

5 Os homens, como guardiães das mulheres e da família. O confinamento doméstico das mulheres e sua subordinação geral em outras esferas sociais eram consequências de sua centralidade reprodutiva. Ver em STOLKE, V. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Estudos Feministas, Florianópolis, v.14, n.1, p. 15-42, jan./abr. 2006. Acesso em: 13 fev. 2023.

da jornada de trabalho – a mais-valia absoluta, por ser o começo para a luta de classes entre burguesia e proletariado e a consolidação da superestrutura jurídico-política. O Estado e o direito “força[m] o amadurecimento dos elementos materiais necessários a transformação do sistema manufatureiro em fabril” (MARX, 2008, p. 541).

No século XIX também surgem as manifestações contra a discriminação feminina e a luta pelo direito ao voto, embora dando ao homem a responsabilidade de manter a mulher dependente e sob seu domínio. Ao final do século XIX, as mulheres eram educadas para permanecer no recinto do lar. As freiras participavam de atividades no campo da educação, da saúde e assistência social, comuns na sociedade. No entanto, o objetivo era o desenvolvimento de trabalhos manuais e o envolvimento com a organização da casa e os cuidados com o marido, ou seja, que a mulher fosse preparada de acordo com o ditado português: “uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente suas orações e sabe escrever a receita da goiabada”.

“Mais do que isto seria um perigo para o lar” (CRAVO, 1973, p. 11). Todavia, valores e discursos vão se alterando, no século XIX, sobre as mulheres, permeada pelo direito, a igualdade e a busca da emancipação, principalmente com o feminismo, cujo maior destaque será no século XX⁶.

A partir do século XX, devido a mobilizações, movimentos, estudos e a participação da mulher nos sindicatos, escolas, universidades e associações, a luta das mulheres contra a discriminação, violência e preconceito se tornam cada vez mais visível. A história de vida das mulheres se torna pública, mesmo que o modelo econômico, com todas as transformações ocorridas na condição feminina, leve à exclusão social de muitas mulheres que não são capazes de decidir sobre suas próprias vidas. Para Priore (2006), “as trabalhadoras pobres

6 Junto com outros pensadores dos séculos XIX e XX, Marx contribuiu com um modo de pensar o caráter humano que reconhece a grande importância da sociedade na constituição do caráter. Ver em NICHOLSON, L. **Interpreting Gender**. Cornell University Press, 1999.

– operárias, costureiras, floristas, garçonetes – começaram a ser observadas nas ruas da cidade ao lado das mais ricas por memorialistas, viajantes, literatos, jornalistas e médicos” (PRIORE, 2006, p. 586).

Por tudo isso, verdades sobre as mulheres são construídas e circulam com muita força sendo, portanto, naturalizadas e, sobretudo, indiscutíveis. Ideias como frutos da sociedade, inclusive na brasileira, a exemplo do que está posto no art. 4º do Código Civil Brasileiro de 1916, sobre a incapacidade relativa da mulher para realizar atos jurídicos em seu cotidiano. Pela história ocidental também a maternidade vem sendo designada como um valor social inseparável à condição da identidade feminina (PRIORE, 2006; SWAIN, 2007).

A memória em torno do lugar que ocupam os cônjuges na estrutura familiar, com base nos referidos diplomas normativos, se apresenta de forma dinâmica e complexa, deslocando-se no período histórico e forjando várias (re)configurações sobre o tema, já que os referidos lugares remetem, por um efeito da memória sobre a atualidade, a laços até então existentes na vida social.

Concordando com as palavras de Nicholson (1999)⁷,

Sugiro que os entendamos em termos diferentes, mais complexos, do que tendemos a fazer, particularmente que sejamos mais atentas a historicidade dos padrões que revelamos. Enquanto procuramos o que é socialmente compartilhado, precisamos ao mesmo tempo procurar os lugares onde esses padrões falham. Meu argumento, portanto, sugere a substituição de propostas sobre mulheres como tais, ou até sobre mulheres nas “sociedades patriarcais”, por propostas sobre mulheres em contextos específicos (NICHOLSON, 1999, p. 26).

7 A autora reforça que reivindicação das especificidades é sempre relativa. Como tal, nenhuma reivindicação de especificidade pode ser interpretada em termos absolutos, mas apenas como uma recomendação para uma atitude mais decidida nessa direção.

São muitos os desafios que estão colocados à questão acima. Por isso, Linda Nicholson (1999) destaca a crítica ao essencialismo e a necessidade do pluralismo e da diversidade. As mesmas autoras apontam a importância de manter uma análise histórica da situação da opressão, porque o sexismo existe e as relações de poder entre mulheres e homens não se reduzem a um aspecto da vida social. Por certo que será importante não rejeitar novos discursos que desestabilizam o “sujeito” unitário mulher, mas sim perceber como essas possibilidades teóricas podem ser desafiadoras e libertadoras, mas ao mesmo tempo não esquecer que em determinados momentos é necessário voltar ao “sujeito” para reivindicar direitos e igualdade.

Sobre todas essas questões, em *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1844), publicado após a morte de Marx⁸, Engels aponta que a condição social da mulher atinge conotação diferente diante da instauração da propriedade privada dos meios de produção. Trata-se de uma obra marxista que reconhece a característica da opressão vivenciada pelas mulheres. Engels mostra as bases objetivas da opressão da mulher que, para ele, se deu, no processo de formação das civilizações, com a propriedade privada e família monogâmica. Assim sendo, esse processo é descrito por Engels, na obra, em cujo prefácio de 1891 escreveu:

[...] não se podia contar a descendência senão por linha feminina [...], essa situação primitiva das mães, como únicos genitores certos de seus filhos, lhes assegurou, [...] a posição social mais elevada que tiveram (ENGELS, [1891] 2010, p. 10).

Em se tratando de estereótipos de gênero, crenças são fundamentadas no papel da mulher em cuidar dos outros. Assim, a maternidade é constituinte da mulher e de sua subjetividade, especialmente ao longo da história ocidental. A maternidade vem sendo tratada por muitos

8 Destaca-se que também pelo estreitamento de Engels com Marx, o materialismo histórico marxista (com o qual *A origem da família* faz relação) foi um dos pilares de Pêcheux, daí porque trazemos as contribuições de Engels para nosso trabalho por se fazer coerente.

autores como um valor social indissociável à condição da identidade da mulher (PRIORE, 2007; SWAIN, 2007).

Ainda em relação à condição das mulheres,

No olhar de Freud, portanto, o lugar privilegiado atribuído aos homens/masculino – construtores do processo civilizatório – em detrimento do atribuído às mulheres/feminino – que pouco contribuíram para esse processo – parece atravessar toda a sua obra. Ao mesmo tempo, porém, que se posicionava diante da diferença sexual a partir desse olhar, Freud se queixava de seu não-saber sobre a alma feminina – O que quer uma mulher?, “continente obscuro” – e lançava para a ciência e os poetas o desafio de irem mais além do que ele fora, na investigação sobre a feminilidade (LIMA, 2001, p. 45).

Todas essas afirmativas supracitadas encontram-se na prescrição patriarcal, que presumem a maternidade como uma experiência indispensável ao sentimento de completude das mulheres (NARVAZ; KOLLER, 2006). Ademais, o discurso patriarcal fixa sentidos e faz silenciar a mulher na medida em que impede o desacordo desses sentidos. Para Orlandi (1989), nas sociedades há vozes que se representam em lugares de legitimação e tornam-se gerais (consenso), são as vozes das autoridades, que, assim, administram a produção dos sentidos.

A partir dos estudos, entende-se que as largas concepções teóricas sobre a maternidade são complexas e plurifacetadas e com implicações na vida das mulheres. Com isso, “[...] a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (ENGELS, [1844] 2010, p. 15).

Engels ([1844] 2010) acrescenta:

Em sua origem, a palavra *família* não significa o ideal – mistura de sentimentalismo e dimensões domésticas – do filisteu de nossa época; – a princípio, entre os romanos, não se

aplicava sequer ao par de cônjuges e aos filhos, mas somente aos escravos. *Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Nos tempos de Gaio, a família “*id est patrimonium*” (isto é, herança) era transmitida por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles. “A palavra não é, pois, mais antiga que o férreo sistema familiar das tribos latinas, que nasceu ao introduzirem-se a agricultura e a escravidão legal, depois da cisão entre os gregos e latinos arianos”. E Marx acrescenta: “A família moderna [...] encerra, *em miniatura*, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado” (ENGELS, [1844] 2010, p. 78, grifos do autor).

De fato, a família passa a ser o destino “ideal” e as mulheres devendo ansiar o matrimônio, formando monogamia feminina. Sobre o papel de gênero sempre atribuído à mulher, Mitchell (1971) afirma que:

A situação das mulheres é diferente da de outros grupos sociais oprimidos: elas são a metade da humanidade [...] à mulher é oferecido um mundo próprio: a família. Exploradas no trabalho, relegadas à casa: estas duas posições compõem sua opressão (MITCHELL, 1971, p. 99).

O exposto faz pensar, nesse estudo, sobre a imprudência do sofrimento feminino dentre mulheres que empreendem negócios, que a partir dos fundamentos históricos e políticos, especialmente sobre a sexualidade feminina pretende-se esclarecer. Nessa acepção, o que se aponta é que à mulher se destinam restos nocivos por meio do legado que a esta cabe as atribuições domésticas e mais que isso:

[...] aos homens da classe dominante as atividades fundamentais para a reprodução da sociedade, acima de tudo a exploração do trabalhador. A economia, o Direito, a política, a religião, a guerra, o comércio, as artes, a filosofia, a ciência, a exploração e conquista de novos territórios etc., surgem já como atividades masculinas. A vida dos indivíduos masculinos está, na nova sociedade, diretamente articulada aos destinos coletivos; todas as “grandes questões sociais”, tudo que diz respeito ao destino da classe, à história do período, estará a cargo dos indivíduos masculinos; serão, agora, tarefas que cabem “aos homens”. As questões que dizem respeito à totalidade da sociedade, ao destino comum etc., serão masculinas, – as mulheres estarão delas excluídas (LESSA, 2012, p. 27-28).

Da citação, vê-se que o poder masculino vai se coagulando e constituindo formações discursivas que determinam o lugar e os papéis para a mulher nas formações sociais. E a mulher, sob o engano de liberdade, e inábil em perceber sua subordinação ao outro, reinscreve em seu discurso os elementos do interdiscurso (outro), ao já-dito antes e desaparecido pelo efeito ideológico (evidências de sujeito e de sentido). As relações familiares, como práticas reguladas por rituais ideológicos, a submissão é ideológica, e como tal pressupõe espaços enunciativos pré-determinados, dos quais a produção do discurso é dependente: há o discurso do dominante (do homem, nas sociedades patriarcais, como a nossa) e o discurso do dominado (da mulher).

Para Foucault (1996, p. 10), o discurso significa poder, pois advém do discurso e mantém-se no discurso: “aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”, as relações entre os gêneros, tal como se inscrevem historicamente, conforme abordado por Lessa (2012), são relações de poder: dominação *versus* submissão.

Se as mulheres sempre desempenharam um papel de cuidado⁹, e quando ingressam no mercado de trabalho, os cargos ocupados também se vinculam “ao cuidar”, e,

[...] isso é explicado pelo fato de o “cuidado” ser considerado um atributo tipicamente feminino, adquirido na esfera doméstica, ou seja, os saberes são aprendidos na socialização da mulher. Desse modo [...] as mulheres aparecem como mais propensas a certas profissões por serem consideradas “naturalmente” qualificadas para elas (FREITAS, 2007, p. 55).

A mulher contemporânea, ao mesmo tempo em que é dona de casa, é também estudante e profissional realizando ainda tarefas no meio social. Dessa forma, ao se incluírem no mercado de trabalho, apesar de ser, ainda, de modo desigual ao homem, pois, continua existindo preconceito e discriminação, as mulheres têm mais uma forma de direito adquirida. Para Freitas (2007, p. 20) “embora se verifique uma maior valorização de certas carreiras femininas, as mulheres ainda ocupam maior parte dos postos mais instáveis e de remuneração mais baixa, evidenciando a permanência das igualdades das relações sociais entre os sexos”.

A mulher, mais especificamente, o papel social que lhe foi atribuído, sempre mereceu questionamentos ao longo do tempo, visto que, pautado numa sociedade que sempre privilegiou o masculino, sofreu e ainda sofre distorções. No discurso capitalista, a mulher é naturalmente afeita à esfera doméstica, mas a coloca, também, como circuns-

9 Na discussão sobre as possibilidades de escolha em relação à vida em geral, torna-se fundamental resgatar o conceito de “cuidado”, definido por Clara Araujo; Ceci Scalón (2005), como a provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas. As autoras revelam de que maneira o cuidado é tradicionalmente associado às mulheres e permaneceu durante muito tempo pouco visível nos estudos de gênero. A noção de cuidado, socialmente construída e “naturalizada” como atributo feminino, onera as mulheres, afetando particularmente suas vidas. A incorporação, portanto, deste conceito é fundamental para se resgatarem aspectos importantes das relações sociais cotidianas, para além de atividades mecânicas, tarefas, afazeres domésticos. Ver em ARAÚJO, Clara; SCALÓN, Ceci. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

crita a uma atividade de trabalho que é também a extensão da vida doméstica. Dito de outro modo, uma forma rudimentar e latente de divisão do trabalho se deu no âmbito da família, “onde a mulher e os filhos são escravos do homem”, constituindo-se em uma primeira forma de propriedade, entendida como “a livre disposição da força de trabalho de outrem” (MARX e ENGELS, 1998, p. 27).

Engels (2002, p. 156) complementa que “o providenciar a alimentação fora sempre assunto do homem; e os instrumentos necessários para isso eram produzidos por ele e de sua propriedade ficavam”. Sendo assim, “o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição” (ENGELS, 2002, p. 157). Ou seja, a mulher estava excluída do trabalho produtivo social, e voltada ao trabalho no ambiente privado.

Dentre as diversas contribuições, o marxismo proporcionou uma base materialista-científica, expondo as raízes da opressão e exploração da mulher, sua relação com um sistema de produção baseado na propriedade privada e com uma sociedade dividida entre uma classe possuidora de riquezas e outra produtora de riquezas. O marxismo explicou, pois, o papel da família na sociedade de classes como um contrato econômico, e sua função primordial na perpetuação do capitalismo e da opressão da mulher. Mais que isso: apontou o caminho para a liberação da mulher.

O marxismo também explicou como a abolição da propriedade privada proporcionará as bases materiais para transferir à sociedade todas as responsabilidades sociais que hoje recaem sobre a família individual. E, assim, livres dessas cargas, as mulheres poderão romper com a servidão doméstica e cultivar plenamente suas capacidades como membros criativos e produtivos da sociedade, e não só como reprodutivos. Livre da coação econômica sobre a qual repousa a família

burguesa como a conhecemos hoje, desaparecerá e as relações humanas se transformarão em relações livres, de pessoas livres.

Para a Análise do Discurso, os sentidos “não existem em si mesmos”, em uma relação transparente com seus significantes e referentes; pelo contrário, eles são determinados pelas “posições ideológicas que estão em jogo no processo socio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (PÊCHEUX, 2009, p. 146). Então, discutir o lugar da mulher nos estudos em AD com a filiação do materialismo histórico implica estudar a relação entre os processos de subjetivação e as práticas de resistência que surgem das contradições internas à dominação ideológica.

| **Considerações finais**

O trabalho político-científico da teoria materialista do discurso ou da Análise do Discurso, politicamente coerente com o marxismo revolucionário, consiste em lutar por deslocar sujeitos rumo à transformação das relações de produção, ou seja, para “transformar o mundo”. Com as formulações e demonstrações político-teóricas aqui brevemente apresentadas, esperamos ter confirmado que este também era o lugar político-teórico de Pêcheux.

Esse é, pois, o escopo desse capítulo como presente oriundo dos meus estudos para o doutoramento, no qual busco recuperar o entendimento acerca do mundo do trabalho e a produção de sentidos, considerando a história e a memória sobre as mulheres numa relação constitutiva entre passado e atualidade, a partir do que também analisamos sobre o empreendedorismo feminino.

Considero ser esta uma forma de participar do esforço teórico e político, especialmente meu, como psicóloga, mulher empreendedora, trabalhadora, mãe carreira solo, para dar visibilidade às mulheres e aos seus dizeres, por considerar as relações assimétricas de gêne-

ro e a luta política das mulheres para conquistar um espaço de dizer no discurso e na história.

Referências

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BEAUVOIR, S. **O Segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BRASIL. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm. Acesso em: 13 nov. 2022.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CRAVO, V. L. Z. **A Influência da Mulher na Independência**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, v. 18, p. 9-17, Curitiba, 1973. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

ENGELS, F. (1844). **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, F. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAS, T. V. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: Taís Viudes de Freitas & Maria Lúcia Silveira. **Trabalho, corpo e vida das mulheres**: crítica à sociedade de mercado. São Paulo: SOF, 2007.

LÊNIN, V. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LESSA, S. A emancipação política e a defesa de direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n. 90, p. 35-57, jun. 2012.

LIMA, N. R. **O feminino na psicanálise**. Maceió: Edufal, 2001.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. Tradução de Marijane Vieira Lisboa. 2. ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAGALHÃES, B.; SILVA, G. A Mulher no trabalho, na família e na universidade. **Revista Eletrônica Arma da crítica**, Fortaleza, ano 2, n. 2. p. 177-193, 2010. Disponível em: http://www.armadacritica.ufc.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=9:artigos&Itemid=64. Acesso em: 23 fev. 2019.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni. P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2003.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. Lisboa; São Paulo: Presença; Martins fontes, 1976.

MARX, K. **Capítulo VI, inédito de O capital**. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, K. (1974, 1983). **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. São Paulo: Ática: 1989.

MARX, K. (1867). **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **O Método na Economia Política**. Lisboa: Venda Nova Amadora, 1974.

MARX, K. Para a crítica da economia política. *In*: MARX, K. **Manuscritos econômico- -filosóficos e outros escritos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MITCHELL, J. **Woman's Estate**. England: Penguin Books, 1971.

MORRIS, Michael H. **Entrepreneurial Intensity**: Sustainable Advantages for Individuals, Organizations and Societies. Westport, CT, USA: Greenwood Publishing Group, Incorporated, 1998.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Família e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v.18, n.1, p. 49-55, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>. Acesso em: 23 fev. 2019.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ORLANDI, E. P. Silêncio e implícito (Produzindo a monofonia). In: Eduardo Guimarães (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, Pontes, 1989. p. 39-46.

PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. (1982) Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni Puccinelli *et al.* (orgs.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 55-66.

PERROT, M. **Mulheres Públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRIORE, M. D. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Soares. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-96.

SWAIN, T. N. Amazonas brasileiras, impossível realidade? **PADÊ**: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos, UniCEUB, FACJS, Vol.2, n.1/07. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/148/137>. Acesso em: 23 fev. 2023.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1994, p. 7-38.

ZIZEK, S. **“Como Marx inventou o sintoma?”** In: ZIZEK, S. (org.). Um mapa da ideologia, tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996, p. 297-331.



|| C A P Í T U L O 5 ||

Masculinidade tóxica: gênero, raça e classe

Fábio Araújo Oliveira¹
Nadia de Jesus Santos²

| Introdução

Em um artigo que escrevemos, intitulado “O discurso sobre masculinidade tóxica em uma campanha publicitária governamental” (OLIVEIRA; SANTOS, 2022), fizemos uma análise, na perspectiva teórica da Análise Materialista do Discurso, da campanha “Novas Masculinidades”, realizada pelo governo do estado da Bahia, em 2019. A campanha tinha como objetivo sensibilizar a população para o combate à cultura considerada machista, cujo efeito é a produção da chamada masculinidade tóxica, contribuindo, assim, para a violência contra mulheres, por exemplo.

A campanha foi lançada em 2019 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM-BA); nesse período os dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) apontavam um cresci-

1 Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Email: fabiooliveira@gmail.com

2 Doutoranda em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: n234327@dac.unicamp.br

mento no número de casos de feminicídio no estado. A Bahia registrou 364 feminicídios de 2017 a 2020, sendo que 76,4% ocorreram em domicílio, tendo como autores companheiros ou ex-companheiros, e mais de 90% das vítimas eram mulheres negras.

Essa campanha contou com áudios e vídeos produzidos e veiculados em mídias tradicionais e digitais—rádio, tv, cinema, redes sociais, assim como *outdoors* sequenciais em mobiliário urbano, metrô e ônibus, onde enunciados como os apresentados a seguir circularam: “Antes do controle, o machismo. Antes do machismo, a masculinidade tóxica”; “Antes do tapa, o machismo. Antes do machismo, a masculinidade tóxica”; “Antes do tiro, o machismo. Antes do machismo, a masculinidade tóxica”; “A masculinidade tóxica faz mal ao homem e pode virar violência contra a mulher”. Tais formulações buscavam provocar a reflexão sobre a possibilidade de existência de outras masculinidades, tendo em vista que a considerada masculinidade tóxica afetaria negativamente homens e mulheres.

As peças publicitárias com imagens fixas circularam em algumas cidades da Bahia e os vídeos foram divulgados na tv e nas redes sociais da SPM-Bahia, assim como postados pela imprensa, movimentos feministas e sociedade civil. Nas redes sociais da Secretaria há registros não só destas peças nas ruas, como também da repercussão da campanha.

Como recorte para aquele artigo do qual estamos partindo, analisamos a campanha através de três imagens fixas do conjunto de suas peças publicitárias, abordando a constituição, formulação e circulação dos sentidos sobre a chamada masculinidade tóxica. Na análise, percebemos que havia sentidos construídos na campanha de que existe uma masculinidade tóxica, que levaria o homem a agressões de vários tipos contra as mulheres. E é esse tipo de masculinidade que precisaria ser combatido para que houvesse redução de casos de violência doméstica. O sentido de masculinidade tóxica nesta campanha filia-se,

numa rede de memória, aos estudos das masculinidades, uma vertente dos estudos de gênero que busca analisar problemas relacionados ao masculino, bem como à sua diversidade.

Para esses estudos, a masculinidade tóxica diz respeito ao fato de o homem não só praticar ações nocivas e destrutivas consigo, com o outro ou com as coisas do mundo, como também considerar isso como algo normal e incentivar, propagar, defender ou manter tais práticas. Além disso, ativa uma memória, a do movimento feminista e dos estudos de gênero, que historicamente trabalham na construção de sentidos de igualdade entre os gêneros, de respeito à mulher e de denúncia e enfrentamento à violência contra a mulher, por exemplo. Nesse sentido, contemporaneamente, há um contexto histórico que explica as possibilidades legítimas de constituição, formulação e circulação de sentidos sobre a masculinidade tóxica, e esse contexto só é possível em sociedades democráticas que combatem o machismo; em outras sociedades, poderíamos ter a censura de tal questão.

Entendemos que um tema tão importante como o enfrentamento à violência contra as mulheres deva fazer parte do debate público, inclusive das políticas públicas de governo, e deva circular amplamente por toda a sociedade, pois a ampla circulação do sentido sobre essa questão histórica na sociedade brasileira é necessária para promover reflexões críticas sobre o assunto, o que pode propiciar deslocamentos de sentidos e ressignificações, podendo chegar a mudanças de atitudes. É a possibilidade de mexer na rede de memória.

Entretanto, o sentido precisa ser recorrente para que novas discursividades possam se estabelecer. Nessa perspectiva, percebemos em nossa análise que a campanha em questão era solitária. A campanha “Nova Masculinidade” é um acontecimento na memória, no tecido social, ao se referir tanto à chamada masculinidade tóxica, quanto à possibilidade de outra(s) masculinidade(s), pois há outras campanhas sobre o enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil,

mas questionar a masculinidade, um tipo de masculinidade, apontando para outras possibilidades de ser homem, isso ainda é da ordem da singularidade.

Após a publicação desse material, outras inquietações sobre o assunto surgiram, relacionadas à chamada interseccionalidade, algo que deixamos de abordar no que diz respeito às masculinidades tóxicas que atravessam os agressores. Assim, neste capítulo, passamos a refletir sobre quem são esses sujeitos atravessados por uma masculinidade tóxica que violenta mulheres e a si mesmos, entendendo que “as relações de poder que envolvem raça, gênero e classe, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e excludentes” (COLLINS, 2021, p. 16). A continuação desta pesquisa nos permite analisar “a presença de não ditos no interior do que é dito” (PÊCHEUX, 1990, p. 44) na campanha “Novas Masculinidades”, pois, ao se dizer que a violência contra as mulheres é resultado de uma masculinidade tóxica, silenciam-se marcadores sociais que estão relacionados à construção dessa masculinidade, por exemplo.

A masculinidade tóxica na campanha publicitária “Nova masculinidade”

Para uma análise, retomaremos duas imagens que fazem referência a agressão física contra a mulher, presentes no artigo “O discurso sobre masculinidade tóxica em uma campanha publicitária governamental” (OLIVEIRA; SANTOS, 2022). Vejamos:

Imagem 1 – Campanha publicitária³



Fonte: Governo do Estado da Bahia

| Conforme analisamos:

Aqui, a silhueta de uma mão vermelha é significada em relação às enunciações: “Antes do tapa, o machismo. Antes do machismo, a masculinidade tóxica.” Se é a mulher que apanha, e se antes do tapa há o machismo, então a mão que bate é de um sujeito machista, que predominantemente são homens nos casos de violência física contra a mulher. O homem está apenas sugerido na silhueta, enquanto a mulher é representada com seus traços físicos, que sugerem

³ Disponível em: <https://twitter.com/spmbahia/status/1129050066264690691/photo/1>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ser uma mulher branca. Isso materializa o sentido de que, embora dados apontem que as maiores vítimas de violência doméstica são mulheres negras, qualquer mulher pode sofrer algum tipo de violência, pois ela “[...] ignora fronteiras de classes sociais, de grau de industrialização, de renda per capita, de distintos tipos de cultura [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 88 apud OLIVEIRA; SANTOS, 2022, p. 142).

Há uma relação de temporalidade fundamental para a significação do texto ao marcar uma anterioridade. O que explica o tapa, que numa relação metafórica significa a violência física, é o machismo. O machismo vem antes da agressão, ou seja, a construção discursiva e social do que é ser um homem macho, em dadas condições de produção, antecede e é atualizada pela performance do sujeito agressor. Chama a atenção o fato de a masculinidade tóxica ser apresentada como homogênea e única na construção de homens de raças e classes sociais diferentes. Entretanto, as condições de produção do machismo não são as mesmas para todos os sujeitos atravessados por essa identificação. Se formos analisar a memória discursiva na construção do macho, categorias como raça e classe possuem efeitos significativos, conforme abordaremos mais adiante.

A imagem 1 possui relação com a imagem 2, que apresentamos a seguir:

Imagem 2–Campanha publicitária⁴



Fonte: Governo do Estado da Bahia

Conforme analisamos:

Nessa imagem, assim como na outra, a linguagem verbal e a visual se complementam. Aqui, a palavra “tiro” e a imagem de um revólver pertencem ao mesmo campo semântico. Se antes do tiro há o machismo, então o revólver é metonímia da posição-sujeito de macho, que neste caso é um potencial criminoso, aquele que pode matar. A mulher é apresentada como a potencial vítima. Na imagem, há a representação de uma mulher negra. Tudo isso aponta para regularidades da realidade social. (...) os dados mostram que há padrão para o feminicídio na Bahia: as vítimas são predominantemente

⁴ Disponível em: <https://twitter.com/spmbahia/status/1129050066264690691/photo/1>. Acesso em: 10 ago. 2021.

mulheres negras, de 30 a 49 anos, assassinadas por companheiro ou ex-companheiro dentro do âmbito familiar. Em alguns casos, os filhos presenciaram o crime. Então, nesse contexto, a campanha pode ser considerada, sobretudo, de combate à violência contra mulheres negras. Isso significa que a questão racial é um dado importante e precisa ser levada em conta nesta conjuntura (OLIVEIRA; SANTOS, 2022, p. 143-144).

Em relação ao homicídio de mulheres no Brasil, a chamada masculinidade tóxica, colocada como causa do machismo na campanha em questão, tem vitimado, ao longo dos anos, as mulheres negras. Segundo o Atlas da Violência (2021):

Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras.

Essa tendência vem sendo verificada há vários anos, mas o que a análise dos últimos onze anos indica é que a redução da violência letal não se traduziu na redução da desigualdade racial. A evolução da taxa de homicídios femininos por raça/cor mostra que, em 2009, a taxa de mortalidade entre mulheres negras era de 4,9 por 100 mil, ao passo que entre não negras a taxa era de 3,3 por 100 mil. Pouco mais de uma década depois, em 2019, a taxa de mortalidade de mulheres negras caiu para 4,1 por 100 mil, redução de 15,7%, e entre não negras para 2,5 por 100 mil, redução de 24,5%. Se considerarmos a diferença entre as duas taxas verificamos que, em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras. (CERQUEIRA *et al.*, 2021, p. 38).

Se pensarmos que grande parte dos homicídios de mulheres são feminicídios, que a mulher negra é a principal vítima e que os principais autores desses crimes são companheiros ou ex-companheiros, o cenário da masculinidade tóxica que mata mulheres tem predominantemente uma raça e uma classe social no Brasil: mulheres negras e pobres (que possuem maior vulnerabilidade para serem assassinadas), e homens negros e pobres (que possuem maior vulnerabilidade para a autoria de feminicídio). Por conta do racismo e do preconceito de classe, mulheres negras tendem a ser preteridas nas escolhas dos homens por uma parceira afetiva e conjugal, inclusive por homens negros (SOUZA, 2008). Entretanto, acreditamos que ainda são com os homens negros as maiores possibilidades de relacionamento afetivo e conjugal da mulher negra.

Os órgãos oficiais do Estado não divulgam informações sobre a categoria raça dos autores de feminicídios. Acreditamos que seja para não fortalecer um imaginário social perverso de que homens negros seriam mais agressivos e violentos, sem refletir criticamente sobre a questão.

Por outro lado, há dados oficiais sobre a população carcerária no Brasil. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os negros representam mais de 60% da população carcerária brasileira. De acordo com Monteiro e Cardoso,

Os jovens não são apenas as vítimas de homicídios, são também alvos fáceis do processo de criminalização e seletividade do sistema penal. De toda a população prisional brasileira em 2010, 58% encontravam-se na faixa de 18 a 29 anos. É um quadro complexo que se delinea com a inserção precoce nas penitenciárias e contribui para uma “carreira criminosa”. O cenário torna-se mais preocupante na medida em que a maioria das pessoas que estão no sistema prisional cometeu delitos enquadrados no grande grupo “crimes contra o patrimônio” (51,9%). Além disso, de todos esses crimes,

83,5% foram de roubo e furto e apenas 6,1% latrocínio (roubo seguido de morte).

(...)

[Em 2010] Do total de presos, 77% não haviam passado do ensino fundamental. Podemos afirmar que a maioria das pessoas encarceradas é de baixíssima escolaridade.

(...)

Os dados demonstram maior gravidade quando se leva em conta a cor das pessoas encarceradas e reforçam a discussão já desenvolvida na literatura. 60% são negros enquanto 37% são brancos. Indicadores de vulnerabilidade analisados comparativamente entre a população evidenciam a diferença marcante entre os negros e os brancos no Brasil.

O índice de desenvolvimento humano (IDH-2000) entre os brancos era de 0,814 enquanto que o dos negros de 0,703. O IDH dos negros no ano 2000 era inferior ao dos brancos em 1991 (0,745). Outros indicadores, como a intensidade da pobreza, também ressaltavam essa discrepância: enquanto para os brancos as taxas indicavam 47,43, entre os negros esta taxa apontava 49,29 (MONTEIRO; CARDOSO, 2013, n.p.).

De acordo com Pêcheux, “todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias” (PÊCHEUX, 2010, p. 72) Assim, quando relacionamos as categorias de raça, classe social e gênero, identificamos que é produzido um imaginário da chamada masculinidade tóxica no que diz respeito à violência urbana: negro, pobre e jovem. Esse cenário de masculinidade tóxica, o senso comum e as mídias costumam chamar de criminalidade, e os seus sujeitos são significados por criminosos (bandidos, ladrões, meliantes, indivíduos etc.), como podemos observar em manchetes da grande mídia:

Criminosos fazem arrastão na Linha Vermelha, RJ, e roubam veículos (G1)⁵.

Criminosos arrombam agência bancária no centro de Porto Alegre (GZH)⁶.

Troca de tiros entre policiais e criminosos termina com um suspeito preso, em João Pessoa (G1)⁷.

Indivíduo é preso em flagrante furtando lâmpadas de um prédio na Rua Saldanha Marinho (Rádio Uirapuru)⁸.

Quando se trata de homens brancos e de classe média, normalmente tem-se outra formação imaginária, como podemos observar nas manchetes a seguir:

Estudante brasileiro de medicina é preso com drogas na Indonésia (Terra)⁹

Operação Playboy: estudante de medicina é preso por tráfico de drogas (Jornal Correio)¹⁰

Como observamos, nas manchetes de jornais brasileiros a forma de designar o sujeito que pratica o crime da chamada violência urbana está relacionada às violências estruturais do racismo e do preconceito de classe. Conforme Guimarães (2018),

5 Disponível em: G1–Criminosos fazem arrastão na Linha Vermelha, RJ, e roubam veículos–notícias em Rio de Janeiro (globo.com). Acesso em: 8 nov. 2012.

6 Disponível em: Criminosos arrombam agência bancária na zona sul de Porto Alegre | GZH (clicrbs.com.br). Acesso em: 12 nov. 2022.

7 Disponível em: Troca de tiros entre policiais e criminosos termina com um suspeito preso, em João Pessoa | Paraíba | G1 (globo.com) Acesso em 12 nov. 2022.

8 Disponível em: Indivíduo é preso em flagrante furtando lâmpadas de um prédio na Rua Saldanha Marinho–Rádio Uirapuru (rduirapuru.com.br). Acesso em: 10 out. 2022.

9 Disponível em: Estudante brasileiro de medicina é preso com drogas na Indonésia (terra.com.br). Acesso em: 10 out. 2022.

10 Disponível em: Operação Playboy: estudante de medicina é preso por tráfico de drogas na Bahia–Jornal Correio (correio24horas.com.br) Acesso em: 10 out. 2022.

A designação, de alguma maneira, constitui uma relação com o real pela qual podemos falar dele. A designação é uma relação entre a linguagem e o mundo. O mundo tomado não enquanto existente, mas enquanto significado pela linguagem (GUIMARÃES, 2018, p. 154).

É importante refletir sobre os efeitos dessa designação nas relações sociais e na construção subjetiva de homens negros, homens pobres e homens negros e pobres, pois o designado na língua reflete no real da história. Por outro lado, ao se referir aos autores da violência contra as mulheres, há manchetes como:

Homem preso por manter esposa e dois filhos em cárcere privado por 17 anos é transferido para presídio em Bangu (G1)¹¹

Homem arranca o olho da esposa durante briga e é preso na Bahia (Diário do Nordeste)¹²

Advogado denunciado por matar namorada no Rio Vermelho é posto em liberdade (Jornal Correio)¹³

Homem casado que matou grávida para não assumir bebê diz que deu mata-leão na vítima enquanto estavam de ‘conchinha’ (G1)¹⁴

Há funcionamentos diferentes para designar os autores de violência nos chamados crimes urbanos e nos crimes de feminicídio. Cabe nos lembrar de que “(...) a maioria das pessoas que estão no sistema prisional cometeu delitos enquadrados no grande grupo ‘crimes contra o patrimônio’ (51,9%) (MONTEIRO; CARDOSO, 2013). Além disso,

11 Disponível em: Homem preso por manter mulher e filhos em cárcere privado por 17 anos é transferido para presídio em Bangu | Rio de Janeiro | G1 (globo.com). Acesso em: 10 out. 2022.

12 Disponível em: Homem arranca o olho da esposa durante briga e é preso na Bahia–Bahia–Diário do Nordeste (verdesmares.com.br). Acesso em: 11 out. 2022.

13 Disponível em: Advogado denunciado por matar namorada no Rio Vermelho é posto em liberdade–Jornal Correio (correio24horas.com.br). Acesso em: 10 nov. 2022.

14 Disponível em: Homem casado que matou grávida para não assumir bebê diz que deu mata-leão na vítima enquanto estavam de ‘conchinha’ | Rondônia | G1 (globo.com). Acesso em: 10 out. 2022.

de todos esses crimes, 83,5% foram de roubo e furto e apenas 6,1% latrocínio (roubo seguido de morte). Nas mídias, há uma regularidade na representação do sujeito desses crimes urbanos, o qual é chamado de criminoso: é o jovem, negro e pobre. Entretanto, a representação do sujeito agressor nos crimes de feminicídio que aparece na mídia é variada (homem branco, negro, classe média, alta); normalmente chamam mais atenção os casos que fogem da regularidade de representação do sujeito do crime urbano. Os sujeitos que cometem crime de feminicídio, embora seja um crime mais grave do que o crime de roubo e furto, normalmente são designados como “homem” apenas, ou pela sua posição na relação afetiva ou conjugal (marido, namorado, ex-marido, ex-namorado, companheiro etc.), ou pela profissão (advogado, médico, jogador de futebol).

Isso significa que há condições de produção diferentes para a construção de sentidos do que é violência, do que é agressor e do que é vítima também. No caso da violência contra a mulher, por exemplo, o que é considerado vítima em determinadas condições de produção pode ser desconsiderado, não ter destaque ou até mesmo ser considerado culpado em outra. Ou seja, o que seria masculinidade tóxica em uma circunstância, como na campanha Nova Masculinidade, passa a ter outro sentido em outra configuração, como em uma reportagem em que não dá destaque ao caráter criminoso do agressor, ou até mesmo em um julgamento ou numa conversa entre homens em que a vítima pode ser culpabilizada por supostamente ter seduzido o agressor ou por estar em um lugar considerado inapropriado.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a mídia não constrói um imaginário tóxico para o autor de feminicídio; isso acontece porque, de modo geral, a violência contra as mulheres ainda é uma questão ignorada por várias instâncias em nosso país. “Há um elevado

grau de tolerância social para com as violações dos direitos humanos das mulheres”, diz Silva (2022, p. 154).

No senso comum não é diferente. No *Youtube*, há a versão para a internet da campanha “Nova Masculinidade”, um vídeo de 30 segundos. Lá podemos ler os seguintes comentários: “Não existe masculinidade nova ou velha, existe masculinidade e feminilidade. E não é ideologia que vai mudar isso.”, “Quê mente doentia relaciona a violência contra mulher à masculinidade do homem? Mulheres que cometeram delitos tb vão ter sua feminilidade ligada a esses crimes?”, “Ta virando crime ser homem.”, “Precisamos falar sobre como esta propaganda, que demoniza os homens, foi bancada a com os impostos pagos com o suor destes mesmos homens. Até quando vamos sustentar um sistema que nos vilaniza?”, “Ridículo, não tem nada a ver masculinidade com violência!!!!”¹⁵. Esses comentários, predominantemente de homens, mostram como a relação entre violência e masculinidade ainda precisa ser (re)formulada, debatida democraticamente e, principalmente, precisa circular com regularidade em toda a sociedade.

A mídia tende a colocar os autores da violência urbana como “criminosos”, mas ao nomear o sujeito agressor na prática da violência doméstica, apresenta-o como um cidadão de bem que cometeu um erro por impulso. Temos aí um discurso midiático atravessado por ideologias machistas que pode contribuir para a naturalização da violência contra as mulheres, pois tem colocado o sujeito agressor na posição de quem agiu por impulso, sem levar em consideração que o feminicídio é resultado de um processo contínuo de violência sofrido pelas mulheres.

Em síntese, teríamos o seguinte quadro:

15 Disponível em: Campanha Masculinidade Nova–Governo da Bahia–Versão para TV–YouTube
Acesso em: 10 out. 2022.

Quadro 1 – Violência e sujeitos

Tipo de violência	Sujeito que pratica a violência (construção das mídias e senso comum)	Sujeito que sofre a violência (construção mídias e senso comum)
Violência contra as mulheres	Designados por homem, namorado, marido profissão do homem (homens de diferentes classes e raças).	Mulheres As mulheres negras são as principais vítimas. São colocadas em posição de culpadas em alguns contextos também.
Violência urbana	Designados por criminoso, bandido ladrão (quando a ação é praticada por negro, pobre e normalmente, jovem. Designados por estudante, filho de pai e playboy (quando o crime é praticado por branco e classe média e alta).	Cidadão de bem. (Vítima)

Fonte: Elaboração própria.

Todas essas distintas construções de sentido estão relacionadas às estruturas opressoras da cisheteronormatividade, do racismo e do capitalismo (AKOTIRENE, 2021). Há efeitos de sentido dessas formações imaginárias, materializadas no modo de designar, na construção das masculinidades negras, principalmente para os jovens. Esse imaginário de o homem negro ser o mais violento, tóxico e agressor contribui para que a população negra continue às margens da sociedade, e que os homens negros sejam os mais perseguidos pela polícia e tenham mais dificuldade no mercado de trabalho, por exemplo.

Um levantamento feito pelo Instituto Sou da Paz aponta que, entre 2012 e 2019, a taxa de mortalidade por homicídio de jovens negros foi 6,5 vezes maior que a taxa nacional. Além disso, um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

e do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) aponta que, das quase 35 mil mortes de jovens entre 2016 e 2020 no Brasil, 80% eram de negros.

(...)

“Eu estava com o uniforme da escola e tudo, e tinha uma senhora na minha frente. Conforme eu ia andando, ela acelerava o passo. Aí eu corria para ficar na frente dela, para ela não ficar com medo e ver que eu não estava fazendo nada”, contou o estudante Pedro Henrique Cortez Mota.”

(...)

“Segundo levantamento da Rede Observatórios de Segurança, a cada quatro horas um negro é morto pela polícia no Brasil. Das mais de 2.600 mortes em ações policiais em 2020, 82,7% das pessoas eram negras.”

(...)

“A psicóloga Deborah Medeiros explica que pessoas negras, que estão mais vulneráveis, muitas vezes não veem a polícia como órgão de proteção. “Ela precisa ter códigos para provar rapidamente que ela não é uma ameaça, para garantir sua própria vida”, disse (CNN, 2021, n.p.).

Já em relação aos crimes de feminicídio, a toxicidade apontada pode ser diluída, silenciada ou amenizada, dependendo das condições de produção do discurso. Isso nos mostra que a chamada masculinidade tóxica possui sentidos diferentes em condições de produção diferentes. Quando o sujeito que agride a mulher é um homem negro, esse sujeito, por meio de formações imaginárias, pode ser atravessado pelos sentidos sociais atribuídos ao sujeito que pratica os chamados crimes urbanos (ou seja, o sentido de ser criminoso), em um enlaçamento de imagens realizado por meio do racismo.

Isso significa, por exemplo, que histórica e socialmente o homem negro tende a ocupar um lugar discursivo distinto do lugar do homem branco. Costumam ser posições de sujeito diferentes nos discursos, portanto na própria sociedade brasileira, considerando como ela está estruturada. O homem negro normalmente não é representado como

um homem branco é; o racismo tende a não permitir isso. E a linguagem materializa tal diferença, que é hierarquizada. Parece ser uma lógica semelhante de discriminação o que acontece com os homens indígenas na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2021).

Considerações Finais

Retomando as imagens analisadas, observamos que em todas aparece o enunciado: “Antes do machismo, a masculinidade tóxica.” Aqui há equívoco. A formulação constrói o sentido de que há uma anterioridade para o machismo, ou seja, a masculinidade tóxica. Assim, se a masculinidade não fosse tóxica, o machismo, então, poderia ser benéfico. Isso falha. O machismo é um tipo de masculinidade, e esse tipo já é a masculinidade tóxica. No Dicionário Online de Português, o machismo é assim definido:

Opinião ou atitudes que discriminam ou recusam a ideia de igualdade dos direitos entre homens e mulheres.

Característica, comportamento ou particularidade de macho; macheza.

Demonstração exagerada de valentia [Informal].

Excesso de orgulho do masculino; expressão intensa de virilidade; macheza.

(DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS: 2021, n.p.).

Como o machismo significa “opinião ou atitudes que discriminam ou recusam a ideia de igualdade dos direitos entre homens e mulheres”, no discurso da democracia e dos direitos humanos, por exemplo, ele é tóxico. Como o machismo significa “ser macho” e nos processos históricos o macho foi associado à “demonstração exagerada de valentia”, “excesso de orgulho do masculino” e “expressão intensa de virilidade”, dentre outras significações, então o machismo é tóxico, pois tais atributos sempre estiveram ligados à prática da violência de diversas formas, e a prática da violência é combatida em diversos discursos em nossa sociedade.

Se olharmos o machismo apenas como uma questão de gênero, silenciaremos que a população negra e de classe social baixa tem sido a sua maior vítima, pois, como mostram os dados, são as mulheres negras e de classe social baixa as principais vítimas do feminicídio e de outros tipos de violência doméstica no Brasil, assim como são os homens negros e de classe social baixa os sujeitos que estão imaginariamente mais relacionados pela sociedade (mídia, polícia, senso comum) a um tipo de toxidade que leva a prática da violência física.

Gostaríamos ainda de refletir que o termo masculinidade tóxica possui sentidos diferentes em condições de produção distintas, inclusive pode ser silenciado ou apagado. Assim, na construção do sentido desse termo, considerando o funcionamento da linguagem, há uma série de aspectos ligados a gênero, raça e classe que podem se tornar evidentes ou não nos enunciados.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FILARDI, I.; RODRIGUES, C. **Negros somam 80% das mortes violentas de jovens no país, aponta estudo**. CNN Brasil, São Paulo, 15 dez. 2021, Plural. Disponível em: [Negros somam 80% das mortes violentas de jovens no país, aponta estudo \(cnnbrasil.com.br\)](https://www.cnnbrasil.com.br). Acesso em: 12 out. 2022.

GUIMARÃES, E. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2018.

MACHISMO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: [Machismo–Dicio, Dicionário Online de Português](https://www.dicio.com.br/machismo). Acesso em: 12 out. 2022.

MONTEIRO, F. M.; CARDOSO, G. R. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. Dossiê:

Violência e Sociedade. **Civitas, Rev. Ciências Sociais**. Porto Alegre, v.13, n.1, p.93-117, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.1.12592>. Acesso em: 11 set. 2022.

OLIVEIRA, F. A. Masculinidades Estigmatizadas no Livro Didático de Língua Portuguesa. In: Mônica G. Zoppi Fontana & Jacob dos Santos Biziak (orgs.). **Mulheres em Discurso: Lugares de Enunciação e Corpos em Disputa**. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 293-311.

OLIVEIRA, F. A.; SANTOS, N. J. O discurso sobre masculinidade tóxica em uma campanha publicitária governamental. **Revista do GELNE, [S. l.]**, v. 24, n. 1, p. 136-147, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/26319>. Acesso em: 3 jan. 2023.

PÊCHEUX, M. Por uma análise automática do discurso (AADD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania Mariani. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 61-162.

PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

CNN. **Negros somam 80% das mortes violentas de jovens no país, aponta estudo**. Por Cléber Rodrigues e Isabela Filardi. 15/12/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-somam-80-das-mortes-violentas-de-jovens-no-pais-aponta-estudo/>. Acesso em 23 fev. 2022.

SILVA, E. M. Violência extrema contra as mulheres: por uma abordagem interseccional do feminicídio. In: AROCENA, R.; SUTZ, J. (orgs.). **Femicídio: distintas miradas desde la perspectiva universitaria**. En Cuadernos de Universidades, n. 19. Ciudad de México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2022, p. 150-196.

SOUZA, C. A. S. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

|| C A P Í T U L O 6 ||

Cale-se, Chico: “não há dominação sem resistência!”

Gabriela Costa Moura¹

“Chico é todo ele palavra.
Esse o seu reino, a sua mátria,
a razão de seu viver”
Frei Betto, 2020, s/p²

| Introdução

Chico Buarque é considerado um dos artistas mais importantes da cultura brasileira na contemporaneidade. De acordo com Fonseca (2013), o artista produziu (e ainda produz) um diálogo efetivo tanto com a música popular como com a literatura. Aos 27 anos, já era considerado um “autor amadurecido de diversificada obra musical-literária” (SEVERIANO, 2017, p. 367). Poeta, compositor, cantor, dramaturgo e escritor, Chico Buarque construiu um percurso artístico que vai des-

1 Psicanalista. Doutora em Linguística (PPGLL/UFAL). E-mail: gabrielamourapsi@gmail.com

2 Homenagem a Chico Buraque em seus 76 anos! Disponível em: <https://aldeianago.com.br/artigos/5/23775-homenagem-a-chico-buarque-em-seus-76-anos-por-frei-betto>. Acesso em: 12 fev. 2021.

de o “bom moço” nos primórdios da bossa nova até a imagem do artista perseguido pela censura do governo militar brasileiro. Nos anos 1970, o nome de Chico tornou-se “associado” ao signo de resistência à ditadura: na identificação com as minorias, denunciando a violência, engajando-se com a palavra e com a sociedade. Segundo Fernandes (2009), Chico Buarque pode ser considerado como o poeta das mulheres, dos desvalidos e dos perseguidos.

Articulando *tijolo com tijolo num desenho mágico [lógico]* (assim como sugere a canção de 1971), a *construção* buarqueana parece sublinhar a busca de um confronto com o silenciamento imposto pelo “calar” produzido pela censura, assinalando uma poética universal na medida em que retrata e discute aspectos do contexto humano existencial, histórico e político do século XX (SILVA, 2013).

Neste trabalho, o interesse se volta à música buarqueana, que se insere em uma trajetória longa e produtiva, premiada e reverenciada por muitos. Esse percurso tem como ponto inicial as apresentações em festivais de música popular brasileira nos anos 1960, juntamente com outros ícones como Caetano, Gil, Geraldo Vandré, entre outros. Chico foi um dos artistas mais censurados e perseguidos pelo regime ditatorial. Como tentativa de escapar dos censores, chegou a utilizar o pseudônimo “Julinho de Adelaide”, época em que não solicitavam nenhum registro de documentos pessoais.

Segundo Fonseca (2013), Chico foi intimado a depor muitíssimas vezes na primeira década dos anos 1970. “O personagem surgiu porque comecei a ter muita música proibida, assim, do nada. Letras que não tinham nenhuma intenção subversiva eram vetadas, então, comecei a imaginar que o meu nome não estava ajudando” (FONSECA, 2013, p. 37), afirmou Chico Buarque.

Com o pseudônimo “Julinho de Adelaide”, a assinatura passa a ser uma estratégia para escapar da censura, como foi com “Acorda, amor”, letras de “Milagre brasileiro” e “Jorge Maravilha” no ano de 1974. A es-

tratégia teve sucesso, mas durou pouco tempo: o Jornal do Brasil publicou que era Chico Buarque por trás do pseudônimo e a Polícia Federal passou a exigir documentos quando do envio das letras das músicas (PIMENTEL; MCGILL, 2021).

Foi nesse contexto histórico, político e cultural que a poesia de Chico Buarque ficou “presa” à nomeação *canção de protesto* por possuir o teor antiditadura. No entanto, Silva (2009) afirma que é possível correr o risco de um enquadramento a uma circunstância pontual e efêmera daquela época. A advertência não é desconsiderar o signo político da arte musical de Chico, mas ter a cautela devida às interpretações apressadas que possam rotular de forma generalizada e de forma automática. O autor trabalha com a tese de que existe um projeto poético inerente ao constructo significante e sígnico buarqueano.

“*Canção de protesto* foi um rótulo utilizado, nas décadas de 60 e 70 do século XX, para designar um tipo de produção poética no setor da MPB que denunciava a opressão instaurada com o regime militar” (SILVA, 2009, p. 174). Segundo o autor, a canção de protesto não consistia em uma categoria crítica, apesar do caráter contestatório de sua narrativa; caiu em desuso com o desaparecimento do regime. Silva (2009) afirma que a canção de protesto é de natureza circunstancial, e por isso defende que a poética buarqueana ultrapassa essa noção por ter uma elaboração interna específica, transcendendo uma localização no tempo.

Nessa contextura, “Cálice” consiste em uma produção poético-musical que constitui, nitidamente, o contexto da canção de protesto, que foi considerada uma espécie de gênero daquele tempo. Na canção de protesto ocorre uma integração das vozes coletivas reprimidas, circunscrevendo a dimensão político-ditatorial e a imposição do silêncio (SILVA, 2009). Ademais, mesmo delimitando-se nessa categorização a composição transcende a natureza circunstancial e retoma a memória discursiva através da atualidade de sua evocação. A noção

de memória discursiva é constituída “[...] como um efeito de memória na atualidade de um acontecimento” (COURTINE, 2014, p. 104). Assim, o autor demonstra que uma produção discursiva que se estabelece nas mesmas condições históricas faz o movimento de circulação de formulações anteriores já enunciadas, no funcionamento da memória e do tempo histórico.

Com base nesses pressupostos, este capítulo apresenta um gesto de análise sobre canções de Chico Buarque de Hollanda como materialidades discursivas em que são produzidos efeitos de silenciamento e de resistência³, considerando especialmente o momento histórico da ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985. A pretensão é identificar elementos discursivos que sustentam e fortalecem a arte musical para o enfrentamento de forças contrárias à liberdade do gênero humano exposto às armadilhas da sociedade estruturada sob a égide do capital.

O efeito metafórico é identificado na canção *Cálice* (lançada em 1978) que aciona a memória discursiva de repressão produzida pelo ato performativo “cale-se”. De “cálice” à “cale-se” – polifonia, metáfora, sentidos... do objeto ao verbo, a ordem é não deixar falar, a ordem é calar, silenciar. Desde o ato de composição e produção da música a censura se fez presente pela própria gravadora organizadora do espetáculo em que Chico Buarque e Gilberto Gil se apresentariam (HOMEM, 2009).

Como ato de resistência – até hoje – os cantores puseram sua marca no movimento da contracultura, resistindo ao movimento militar da época. No show *Phono 73* em São Paulo a gravadora desligou os microfones para impedi-los de cantar, pois a letra havia sido censurada. No entanto, Chico e Gil “[...] executam a melodia, balbucian-

3 Orlandi realizou estudos acerca de diferentes formas de manifestação de resistência por meio da Música Popular Brasileira – MPB; analisou músicas de Chico Buarque de Hollanda, por considerar “um dos nossos compositores mais expressivos desse ponto de vista” (ORLANDI, (1992) 2007, p. 122). A análise que se apresenta neste estudo identifica a atualidade da memória discursiva da composição musical em que o silêncio produz resistência ao longo da história da sociedade brasileira.

do uma pseudo letra quase ininteligível, com fortes sugestões sonoras, representando, no palco, seu repúdio à censura à qual a composição estava submetida” (FONSECA, 2013, p. 34). Os artistas foram ovacionados pela plateia. A ambiguidade sonora do duplo jogo semântico “Cálice/Cale-se” foi potencializada do ponto de vista lírico e político, ficando a palavra – o discurso – em evidência, em relevo. O movimento de resistência já estava posto com a canção “Apesar de você” (1970/78), que se insere no discurso musical da contracultura, indo na contramão do militarismo da época.

Na evocação da memória discursiva, Chico Buarque cantou a resistência ontem. Porém, Chico ainda canta a resistência hoje! Sua música é para ser lida na atualidade, por ser expressão de um protesto que se renova no Brasil dos dias atuais, por ser um acontecimento discursivo. Pêcheux ([1975] 2014) sinalizou e sublinhou o discurso da resistência como resultante do processo de dominação na sociedade de classes. Dito isto, onde há dominação, a resistência é *ipso facto* (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 269). No que concerne aos estudos da linguagem, a Análise do Discurso (AD) de filiação francesa desestabiliza os sentidos impostos, fura o que pretende ser afirmação do óbvio. É nesta linha que a Análise do Discurso (AD) possui um engajamento político em sua composição: é uma prática teórica e metodológica de cunho ético, político e de responsabilidade, no qual se faz ciência e política ao mesmo tempo (SILVA SOBRINHO, 2014). Assim, a Análise do Discurso (AD) é construída num espaço de resistência à lógica do capital. Com esse posicionamento, fazendo e produzindo política em diferentes espaços discursivos, é que propomos a releitura de canções de Chico Buarque; deixá-lo falar!

A resistência como posição discursiva

Como iniciador da Análise do Discurso (AD) materialista, Michel Pêcheux provocou um movimento de reflexões em sua constituição,

delimitada a partir da heterogeneidade, do debate crítico, da resistência, do posicionamento, do fazer político e científico. Nessa linha, o discurso situa-se na dimensão da construção da vida em sociedade, como uma mediação necessária à constituição das relações humanas, posto que é sempre produzido em determinadas condições históricas, culturais, econômicas e sociais. Para além da suposta transparência da linguagem, há de se considerar a sua opacidade, o equívoco inerente à sua composição e transformação, que funciona na base estrutural da linguagem e em contrapartida do discurso, pontos que são possíveis de serem demonstrados a partir da identificação da história no funcionamento discursivo.

Na aproximação e interlocução da teoria do discurso com a psicanálise, pode-se pensar a resistência como um fenômeno que não é causado somente pela transferência, mas como algo que é próprio da estrutura da linguagem. Para Pêcheux ([1975] 2014, p. 281), a resistência se coloca em ato quando a dominação se interpõe: “[...] não há dominação sem resistência [...]”. Cabe ressaltar que aqui a categoria *resistência* é tomada como ponto de investigação e discussão a partir do texto Anexo III da obra “Semântica e discurso” intitulada “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”. É importante situar que não há pretensão de esgotar a discussão, mas sim de abrir janelas para questões que possam circular num espaço de interlocução e dialética. As primeiras interrogações podem ser formuladas partindo do título: É na falha que a causa se instala? De que falha se trata? Uma retificação de que? Qual a proposta de discussão de Michel Pêcheux?

“Só há causa daquilo que falha” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 277) é a referência que o autor faz a Jacques Lacan, apontando para aquilo que se produz no furo – o lapso, o ato falho, o equívoco – como “[...] a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpeção o captura” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 277). A falha se constitui no lugar do possível, o espaço para ocupar uma posição no discurso

necessária para se *fazer sujeito*. É nesta medida que *sujeito* e indivíduo se diferenciam categoricamente, da mesma maneira ao que se refere à dimensão “eu-sujeito” em discussão quando Pêcheux trata da retificação. A *resistência* é a operação de uma posição discursiva, do sujeito que se faz quando ocupa uma posição no discurso.

No referido texto, Pêcheux ([1975] 2014) nos indica que é na repetição que o significante da contradição opera no texto e na teoria, ou seja, na instalação da Tríplice Aliança. Essa operação alavanca o reconhecimento da falha: dos equívocos, dos desvios, dos erros, como furos constituintes do discurso, pois “[...] não há fumaça sem fogo” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 269-270).

O fogo da criticidade do trabalho intelectual de Pêcheux o fez tomar partido e tomar uma posição. Quando Michel Pêcheux se posicionou tomando partido num trabalho crítico o fez assinalando a existência de uma ilusão: a ilusão de que há um ritual sem falhas, uma homogeneização (PÊCHEUX, [1975] 2014). Esse posicionamento promove a consideração de que há falha no ritual, e de que é a partir da noção de contradição que uma abertura se expande para a transformação e a *resistência*.

Uma leitura possível do “Anexo III” incide na discussão em torno da noção de sujeito do discurso, operando numa oposição à concepção de sujeito idealista e psicologizante, como também em oposição à concepção homogeneizada do sujeito, sem a dimensão histórica e simbólica. Somando a isso, há uma proposta de trabalho que pensa a articulação da dimensão inconsciente ao atravessamento ideológico, tomando uma posição teórica e política diante das construções vigentes na época. Um primeiro ponto importante de ser demonstrado é que a categoria de sujeito do discurso não corresponde ao chamado “indivíduo”.

Essa noção de sujeito do discurso foi alvo de críticas, inclusive do próprio Pêcheux ([1975] 2014), a notar pelo deslocamento que foi

operado no “Anexo III”. Por sua vez, a *resistência* como facilitadora do fazer-se sujeito promove uma discussão em torno do conceito de assujeitamento, reorganizando o espaço discursivo e os movimentos que daí circulam. Pêcheux ([1975] 2014) desloca a noção de formação discursiva a partir da articulação entre a perspectiva althusseriana da luta de classes e as contribuições da linguística de Saussure, de modo a colocar o acento necessário para se pensar as relações entre materialidade linguística, histórica e discurso. Nessa perspectiva, Pêcheux produz uma crítica à noção de formação discursiva proposta por Foucault, insistindo que há uma impossibilidade de tratar da noção de contradição neste eixo teórico.

A leitura investigativa do “Anexo III” permite delimitar que o argumento de Pêcheux ([1975] 2014) à crítica de Foucault desliza para o trabalho sobre os AIE – Aparelhos ideológicos do Estado – de Althusser, a partir do qual é possível falar em reprodução-transformação. Desse modo, a contradição, como elemento inerente à luta de classes, possibilita a transformação, ou seja, a formação discursiva abriga a noção de contradição, promovendo as possibilidades de tomadas de posição do sujeito. Aí se encontra a *resistência*, que pode ser reconhecida em alguns pontos já delimitados anteriormente: os furos, as falhas, incompletudes, apagamentos, são indícios dos espaços para ruptura, são lugares do possível ao sujeito.

A proposta teórico-analítica formulada por Pêcheux reflete no movimento de resistir ao que é/está posto como verdade absoluta ou dominante. A afirmação de Pêcheux, a partir de uma perspectiva marxista para analisar discursos, de que “não há dominação sem resistência”, indica que a revolta é fruto de uma ousadia necessária e inerente à luta de classes. A resistência coloca em evidência no discurso algo da ordem da sustentação de uma posição-sujeito, ao passo em que confronta o dominante.

Nessa perspectiva, a noção de resistência pensada a partir da Análise do Discurso não pode ser compreendida tal como ela é dita nos dicionários, e nem tampouco é possível ler este conceito sem considerar as múltiplas determinações que permeiam a produção dos conhecimentos a que esta noção diz respeito. No caminho contrário aos sentidos dicionarizados da noção de resistência, é preciso realizar um deslocamento para tratar de tal tema. Assim, é possível a partir do movimento de deslocar-se considerar a assimetria da luta de classes e o sujeito constituído pela ideologia e pelo inconsciente, tal como a psicanálise nos ensina (MODESTO, 2016).

Nesta medida, o sujeito não é unidade e sim divisão, o sujeito é dividido, e a resistência não é produto de uma intenção do sujeito, considerando que o que opera é o inconsciente. A resistência é constituída na contradição, no real da história, que delimita as falhas e os equívocos, possibilitando pensá-la (a resistência) em trabalho com o real.

O real da língua aponta que no silêncio há sentido bem como que há silêncio nas palavras, o que nos leva a pensar com Orlandi ([1992] 2007, p. 29), “as palavras são múltiplas, mas os silêncios também o são”. O que interessa neste estudo é o “pôr em silêncio”, o silenciamento, os sentidos silenciados no dito por não ser permitido dizer. Trata-se do efeito censura. Como uma forma de silenciamento, a censura é uma “[...] imposição entre sentidos permitidos e sentidos proibidos” (ORLANDI, [1992] 2007, p. 93). A recusa de submissão à censura é uma forma de resistência, isso porque a resistência está inscrita no movimento de oposição à expressão totalitária nas sociedades ditas democráticas, como é o caso da arte musical de Chico Buarque de Hollanda, que faz deslocar a surdez, conduzindo o processo de produção de outros sentidos, a exemplo da canção *Cálice*.

| **A música de Chico Buarque é um acontecimento discursivo**

O Golpe Civil-Militar de 1964 constituiu para o país um corte brusco e severo do processo de construção de uma democracia, e com isso produziu o silenciamento, censurou muitas vozes. No momento de composição da canção *Cálice*, entrava em vigor o Ato Institucional número cinco (AI-5), promulgado em 24 de janeiro de 1967, no governo do presidente Costa e Silva. Toda produção cultural do Brasil era regulada pelo ato, que representa o período violento e nebuloso da história para grande parte dos brasileiros (PINHEIRO, 2015).

A censura se instalou no cotidiano do brasileiro em meio à violência, apresentando muitas expressões como formas de resistência. Desse modo, a resistência pode ser identificada no interdiscurso, no processo de silenciamento em que a memória discursiva é acionada para produzir sentido na dimensão discursiva da atualidade. Assim, a memória discursiva faz uma distinção radical em relação aos processos cognitivos inerentes à memória tomada pelos psicolinguistas, ou seja, se distancia de uma noção psicológica. “A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradadas por aparelhos ideológicos [...]” (COURTINE, 2014, p. 106).

A este respeito, os discursos que são ditos e os que estão ainda a dizer convocam a memória discursiva na atualidade de um acontecimento e novos atos de palavras retomam um dito, pela historicidade discursiva. A resistência acionada pelo processo de silenciamento – como uma força de opressão e dominação – convoca a memória discursiva na direção de uma atualização: terreno propício para a realização e efetivação de um acontecimento discursivo.

Para Pêcheux ([1983] 2015, p. 16), a noção de acontecimento discursivo delimita-se “[...] no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. A arte musical de Chico Buarque convoca na produ-

ção de memória um retorno histórico, atualizando-se enquanto materialidade do acontecimento.

Como muitas outras composições, *Cálice* foi censurada e suas palavras em versos foram vetadas, proibida de ser cantada, intentando-se aprisionar seus múltiplos sentidos. “A melodia de ‘Cálice’ tem um tom solene e reiterativo, destacando-se a veemência sonora do refrão, que é forte, afirmativo, com um apelo agregador das consciências” (FONSECA, 2013, p. 34). As sequências discursivas que se seguem serão tomadas para análise:

SD 1 – Pai, afasta de mim esse cálice/ Pai, afasta de mim esse cálice/
Pai, afasta de mim esse cálice

SD 2 – De vinho tinto de sangue

A voz lírica é firmada pelo vocativo “Pai”, que simboliza uma súplica, remontando à simbologia cristã, sustentado pela tradição de Jesus Cristo, como aquele que representa o Pai (Deus). Remontando à simbologia cristã, Jesus Cristo tomou o cálice e sagrou o vinho e pão (FONSECA, 2013). O discurso religioso, bíblico, produz sentido na canção, como é possível observar na SD1. No discurso cristão, Jesus roga a Deus que afaste a dor que o tomaria no calvário (MORAES; AZEVEDO, 2012, p. 13).

O clamor pode ser observado na repetição, invocando uma proteção do Pai. Em cálice (cale-se) trata-se da homofonia e da relação som/sentido, atualizando-se como memória discursiva, nos termos definidos por Courtine (2014). Ademais, na simbologia religiosa, a sua aplicação possível, como leitura discursiva, é política. Em clamor à proteção do pai, o povo enquanto um coletivo o invoca como possibilidade de salvação em relação à ditadura (FONSECA, 2013).

“O cálice, que seria sagrado, na verdade, encontra-se conspurcado pelo vinho sacrificial, que é o sangue dos cidadãos assassinados pelo regime de exceção” (FONSECA, 2013, p. 35). O efeito metafóri-

co autorizado pela aproximação entre vinho tinto e sangue produz um efeito contraditório entre o prazer o sofrimento. Trata-se, então, do sacrifício daqueles que lutaram pela liberdade e justiça, mas que pagaram um preço muito alto pelo ato de coletividade.

O sentido de cálice desloca-se para taça, transbordando do sangue derramado por Jesus, simbolizando sofrimento. A metáfora do cálice de vinho tinto de sangue aproxima o sofrimento da tortura, um instrumento usado na fase da ditadura militar brasileira (1964), para extrair dos torturados o que se permitia dizer e o que se queria que fosse dito, a chamada “verdade” (MORAES; AZEVEDO, 2012). “O vinho – tinto de sangue – não é um símbolo que redime as culpas, mas representa a vida das pessoas aniquiladas pela força bruta da ditadura” (FONSECA, 2013, p. 35). O cálice é simbólico.

“Cale-se” realiza-se como uma palavra de ordem que está no confronto da resistência, operando politicamente. O funcionamento da palavra “cálice” num movimento que aciona a imagem acústica, a impressão psíquica e a metáfora possibilitam situar o lugar da palavra, para ser lida como um acontecimento discursivo.

Ainda é possível ler a introdução da canção como um lamento, do sujeito, do cidadão brasileiro, do povo que foi reprimido, ameaçado, excluído, pontuando uma tomada de consciência coletiva para as pautas políticas e sociais.

SD 3: Como beber dessa bebida amarga

Tragar a dor, engolir a labuta

Mesmo calada a boca, resta o peito

Silêncio na cidade não se escuta

De que me vale ser filho da santa

Melhor ser filho da outra

Outra realidade menos morta

Tanta mentira, tanta força bruta

O tom de questionamento e defesa de outra possibilidade de realidade é simbolizado por uma suposta superação do estado ditatorial. Não é possível aceitar a realidade “amarga”, de dor e sofrimento (Como beber dessa bebida amarga). “Engolir a labuta” pode ser interpretado como a militância no enfrentamento ao regime ditatorial, a labuta contra a ditadura, contra a mentira e a força bruta (Tanta mentira, tanta força bruta). A angústia retratada em “Mesmo calada a boca, resta o peito” é efeito da censura, violência, indignação, tortura e silenciamento.

Na SD3, pode-se observar que a tortura/censura não impede as vozes do silêncio ensurdecedor se propaga na cidade, – “silêncio na cidade não se escuta” – as manifestações ocorrem em vários espaços, sobretudo nas universidades, campo de formação e conhecimento necessários à resistência. Assim, os sentidos foram censurados, silenciados, excluídos para que não movimentassem o óbvio.

Ainda na SD 3, a referência à “santa” atualiza a memória discursiva da moral religiosa, que põe em oposição a virtude (a santa) e o pecado (a outra). Na memória discursiva de “filho da santa”, tem-se o imaginário discursivo de Jesus; por sua vez, no funcionamento da memória discursiva de “filho da outra” tem-se a referência a “filho da puta”, mulher adúltera ou mesmo prostituta. Em uma posição ascendente à “santa”, a “outra” põe em xeque os sentidos produzidos na cultura do cristianismo em relação à “santa”. A “outra” produz um sentido de valorização superior à “santa”, resgatando a cultura política de resistência. A expressão metafórica “santa” aponta para outros sentidos, a exemplo da expressão “filho da pátria idolatrada”, em que o sentido de patriotismo se opõe a “traidores da pátria”.

Sem liberdade de expressão, o sentimento de estar amordaçado compõe o simbólico da sequência discursiva a seguir:

SD4: Como é difícil acordar calado

Se na calada da noite eu me dano

Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa
Atordoadado eu permaneço atento
Na arquibancada pra qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa

A liberdade é cerceada, a palavra é interdita, as limitações e restrições impostas a guela abaixo, sobretudo os artistas, escritores e jornalistas: “Como é difícil acordar acalado / se na calada da noite eu me dano”... ficar silenciado aparece como uma dificuldade, principalmente quando se coloca a cabeça no travesseiro, momento de introspecção e pensamento. “Quero lançar um grito desumano / que é uma maneira de ser escutado” é um grito de desespero, sintomas e sinais de uma crise existencial forjada pelos efeitos da censura, violência e tortura da ditadura? Um desequilíbrio, algo que escapa, como forma de ir na contramão, de ir contra o imposto, de romper com a interdição e poder assim ser escutado?

A voz política da rebeldia de Chico Buarque demonstrava um elemento revolucionário na produção artística daquele momento histórico (ORLANDI, 2019). A composição musical de Chico cria e produz resistência, na tentativa de driblar a censura quando muda de nome, utilizando um pseudônimo. Nesta linha de pensamento, não há como pensar a eficácia da censura em sua completude, os sentidos escapam. Pensando com Pêcheux ([1975] 2014), não há movimento de dominar sem o movimento de resistir.

Em se tratando do trabalho de Chico Buarque, é necessário considerar a posição-sujeito assumida nas letras na relação com as condições de produção de censura e interdição. Em contextos atuais e em distintas condições de produção, a pesquisa apresenta o modo como essas canções emergem e se ressignificam como símbolos de resistên-

cia na luta contra a repressão, evocando a memória discursiva e sentidos de outrora e, ao mesmo tempo, produzindo outros deslizamentos de sentido.

Em 2019, foi possível observar a atualização da memória discursiva da canção *Cálice*, que foi representada e utilizada em uma apresentação de quadrilha do São João do Nordeste, região que historicamente se posiciona na resistência ao discurso dominante da extrema-direita. “*Cálice* foi reinterpretada pelo cantor Criolo com uma versão singular, no formato de *rap*, representando a voz dos oprimidos. Criolo é um artista que representa a voz da favela, do subúrbio, o que delimita a luta de classes, uma posição simbólica” (MOURA, 2019, p. 4). Com a expansão das redes sociais na internet, um vídeo do *youtube* com a versão de *Cálice* cantada pelo artista Criolo fez sucesso até que Chico Buarque o convidou para abertura de um de seus shows. Desse modo, a canção autentica sua dimensão histórica e discursiva na reinterpretação do Criolo, o que possibilita demonstrar a posição simbólica que a canção representa. “Há aí a memória discursiva, causando um movimento de sentidos próprio à produção de Chico Buarque” (MOURA; AMARAL, 2019, p. 4).

Tanto *Cálice* como *Apesar de você* são canções produzidas no tempo histórico da ditadura civil-militar brasileira que ressurgem do passado num movimento de atualização e evocação da memória, na constituição de um acontecimento discursivo (MOURA; AMARAL; SILVA, 2021). Assim, o discurso se constitui como opaco, não óbvio, delimitado por determinações socio-históricas e como materialidade das formações ideológicas, expresso na discursividade das canções buarqueanas. O discurso engajado das canções de protesto ecoa no tempo, possibilitando a produção de novos sentidos.

Nesse prisma, Marx ([1852] 2008) nos auxilia a pensar esse movimento de ressurgimento e atualização, quando escreve em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. [...] E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada (MARX, [1852] 2008, p. 19).

Pensando com Marx, consideramos que as canções de Chico Buarque a exemplo de *Cálice* são atualizações do passado que são tomadas como gritos de guerra no enfrentamento e resistência às novas lutas e embates que se engendram na atualidade. “Ainda de acordo com Marx, esta atualização tem o objetivo de fortalecer novas lutas, tornando grande a tarefa de cumprir com o espírito da revolução” (MOURA; AMARAL; SILVA, 2021, p. 105). Assim, cabe questionar: o discurso engajado e o(s) sentido(s) político(s) das canções de Chico Buarque constituem um movimento de um discurso revolucionário?

Em se tratando de um movimento de resistência, Chico Buarque ainda sofre efeitos de censura na atualidade mais recente já que o filme “Chico, artista brasileiro”, de 2015, foi censurado no Uruguai. O site “O Globo” afirmou: “O Itamaraty negou censura ao documentário “Chico: Artista Brasileiro” (2015), de Miguel Faria Jr., no 8º *Cine Fest Brasil-Montevideú*, que será realizado de 3 a 9 de outubro”, apresentando uma controvérsia. Entretanto, no *blog* do Ancelmo Gois, a informação é verídica. As questões que podem ser formuladas são: “Então, por que o Itamaraty censuraria um filme sobre Chico Buarque? Seria a memória discursiva atuando em relevo impregnado ao nome e à produção de Chico Buarque? Por que “Chico Buarque” por si só revela o sentido da resistência, de um discurso revolucionário?” (MOURA; AMARAL, 2019, p. 5).

Ainda em 2019, Chico Buarque ganhou o prêmio Camões, considerado um dos principais na área literária da língua portuguesa. Na ocasião, o então presidente Jair Bolsonaro afirmou que não assinaria o prêmio e que ratificaria esse troféu concedido ao artista⁴. A resposta de Chico Buarque foi contundente, ao afirmar que o fato de Bolsonaro não assinar esse prêmio seria como ser premiado duplamente (MOURA; AMARAL, 2019; TRINDADE, 2019).

Em 2021, Chico Buarque lançou seu primeiro livro de contos intitulado “*Anos de chumbo e outros contos*” pela Companhia das Letras. No Brasil, “anos de chumbo” é uma expressão que geralmente faz alusão ao que se viveu durante os anos da ditadura: violência, repressão, censura e silenciamento. Em sua estreia, numa narrativa curta, Chico Buarque remete ao que ainda resta ou ao que ainda é efeito, do que ainda reverbera daqueles anos de chumbo na atualidade. Ao mesmo tempo, há elementos daquilo que compõe a história do Brasil e que muitas vezes aparece como naturalizado. O resultado da produção literária é arrebatadora – com alusões ocasionais à barbárie do presente (em filiação à memória discursiva do passado), Chico Buarque segue um fio de condutor de toda sua produção artística: acontecimento, poética e resistência.

No conto “O passaporte”, Chico Buarque (2021) narra com muita perspicácia e atualidade o acontecimento pontual de ódio gratuito direcionado ao artista que embarcaria em um voo internacional. Ao esquecer seu passaporte na pia do banheiro, o artista não esperava que alguém pudesse jogar seu documento no lixo estrategicamente pelo simples fato de detestar a ideia do artista voar no mesmo avião que ele. Narrativa que ganha espectro e forma quando, ao ler o conto, vamos remontando no imaginário as situações em que o artista Chico Buarque foi atacado em público por se posicionar politicamente, por produzir arte engajada e com sentidos políticos. Na última elei-

4 Em 24 de abril de 2023, “Chico Buarque” recebeu seu diploma/prêmio Camões assinado e entregue em mãos pelo atual presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva.

ção presidencial, Chico Buarque foi abordado e atacado ao sair de um restaurante no Rio de Janeiro, cena noticiada nos jornais e nas redes sociais.

Em todos os contos de sua recente obra, Chico Buarque (2021) estrutura nas narrativas as relações de poder e seus efeitos de resistência e produções de sentidos. Todos os contos são compostos de verbos no passado, produzindo efeitos de memória, de resgate histórico, ao passo que se confundem com a atualidade de nosso tempo. “*Anos de chumbo e outros contos*” (2021) trabalha no mesmo movimento de atualização e convocação da memória discursiva que suas canções da época ditatorial. A arte de Chico Buarque é viva de resistência e sentidos políticos!

| Considerações finais

As canções que produzem um discurso de resistência marcam um tempo histórico distinto, um tempo de repressão, violência e silenciamento, e que após esse período mais conturbado da história do nosso país as músicas buarqueanas não mais sinalizam como prioridade a construção de uma materialidade discursiva de resistência. A censura em seu poder ideológico e político seguiu no movimento de abrandamento no decorrer dos anos 1980, e Chico Buarque não precisou mais utilizar o recurso de pseudônimo nem driblar com as palavras para mobilizar sentidos nas letras de suas canções.

Neste capítulo, vimos que a canção *Cálice* ressurge no século XXI, atualiza-se como um acontecimento discursivo, como canção que evoca o protesto e a resistência para remarcar um momento histórico de luta, de recusa ao discurso autoritário. “*Cale-se*” é metáfora que demonstra a insistência em não se calar, e sim em resistir! Resistiremos! Deixemos Chico Buarque falar!

Referências

BUARQUE, C. **Anos de chumbo**: e outros contos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdUFSCAR, 2014.

FERNANDES, R. **Chico Buarque do Brasil**: textos sobre as canções, o teatro e a ficção de um artista brasileiro. Rio de Janeiro: Garamond/Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

FONSECA, A. Cálice que não se cala. In: FERNANDES, R. (org.). **Chico Buarque**: o poeta das mulheres, dos desvalidos e dos perseguidos. São Paulo: LeYa, 2013, p. 31-41.

GOIS, A. Itamaraty censura filme sobre Chico Buarque no Uruguai. **O Globo**. [S.l.], 13 set. 2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/itamaraty-censura-filme-sobre-chico-buarque-no-uruguai.html>. Acesso em: 2 out. 2019.

HOMEM, W. **Histórias de canções**: Chico Buarque. São Paulo: Leya, 2009.

LEE-MEDDI, J. **A música brasileira e a censura da ditadura militar**. Vermelho. [S.l.], 29 jul. 2011. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2011/07/28/a-musica-brasileira-e-a-censura-da-ditadura-militar>>. Acesso em: 2 out. 2019.

MARCONDI, C. **“Cálice” volta à cena**: o rap de Criolo e Chico Buarque. Vermelho. [S.l.], 11 nov. 2011 Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2011/11/11/calice-volta-a-cena-o-rap-de-criolo-e-chico-buarque>>. Acesso em: 10 out. 2019.

MARX, K. (1852). **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MODESTO, R. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 1083-1093, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2016v13n1p1083>. Acesso em: 30 set. 2022.

MORAES, A. V. S.; AZEVEDO, N. “Cálice”: silêncio ou resistência? **Recorte** – Revista Eletrônica. [S.l.], ano 9, n. 2, 2012. p. 1-21. Disponível em: <https://>

periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/644/pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.

MOURA, G. C.; AMARAL, M.V.B. “Cale-se”, Chico! In: Seminário de Estudos em Análise de Discurso, nov. 2019, Recife. **Anais do IX SEAD**-Seminário de Estudos em Análise de Discurso, Recife, UFPE, 2019. Disponível em: https://www.discoursead.com.br/_files/ugd/27fcd2_149d055e0ebc4ab7b74e93232fd9da4f.pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.

MOURA, G. C.; AMARAL, M.; SILVA, S. E. V. Apesar de você: memória, sentido e resistência. **Revista Leitura**, Maceió, n. 69, p. 98-108, mai./ago. 2021. Dossiê Especial “Discurso, Gênero, Resistência”. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/issue/view/585>. Acesso em: 8 ago. 2022.

ORLANDI, E. P. (1992). **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, E. Política e silêncio na América Latina: quando se fala pelo outro. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; DA SILVA SOBRINHO, H. F. (org.). **Silêncio, memória, resistência**: a política e o político no discurso. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 19-39.

PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. (1983). **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PIMENTEL, J.; MCGILL, Z. **Histórias de música e censura em tempos autoritários**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sonora Editora, 2021.

PORTO, G. M. S. Discurso dos manuais de redação e estilo. In: AMARAL, M. V. B.; ERICSON, S. (orgs.). **Do discurso**: fundamentos e análises. Maceió: Edufal, 2019, p. 109-128.

PINHEIRO, M. **Cale-se** – A MPB e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2015.

SEVERIANO, J. **Uma história da música popular brasileira**: das origens à modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

SILVA, A. V. da. A lírica buarqueana. *In*: FERNADES, R. (org.). **Chico Buarque: o poeta das mulheres, dos desvalidos e dos perseguidos**. São Paulo: Leya, 2013.

SILVA, A. V. O protesto na canção de Chico Buarque. *In*: FERNANDES, R. **Chico Buarque do Brasil: textos sobre as canções, o teatro e a ficção de um artista brasileiro**. Rio de Janeiro: Garamond: Fundação Biblioteca Nacional, 2009, p. 173-178.

SILVA SOBRINHO, H. F. O analista de discurso e a práxis sócio-histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético. **Conexão Letras**. v. 9, n. 12, p.37-50, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.55120>. Acesso em: 30 set. 2022.

TRINDADE, L. “Não quero deixa-lo triste assinando”, diz Bolsonaro sobre Chico Buarque. **Folha de São Paulo**. [S.l.], 12 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/nao-quero-deixa-lo-triste-assinando-diz-bolsonaro-sobre-chico-buarque.shtml>> Acesso em: 3 nov. 2019.

TOMAZI, M. M. O contexto das manifestações populares na copa das confederações: entre o dizer e o silenciar. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 225-244, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/gptqNwRxcVyLcGbpqKTyLSn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2022.

|| C A P Í T U L O 7 ||

Condições de produção e institucionalização da cafeicultura brasileira

Sheilla Maria Resende¹

Esta ligação da terra e do seu homem às instituições não é, todavia, fato novo ou destacado na história dos povos. É quase constante histórica. A vida brasileira, tão marcada pelas mutações políticas e pelas estruturas de ciclos revolucionários que se abrem e se completam na passagem dos dias, traz em suas instituições o selo de igual influência.

(Dep. Fernando Ferrari em Sessão de 2 de maio de 1960 da Câmara Legislativa)

| Introdução

Este capítulo, que constitui um recorte da tese intitulada “O silenciamento discursivo das cafeicultoras no Sul de Minas Gerais”, traz a categoria teórica materialista “condições de produção” para a descrição das condições de produção em que a cafeicultura no Brasil ganha força e importância como produto de exportação e se institucionaliza

1 Doutora em Linguística pela UNICAMP e pela Université de Picardie Jules Verne (UPJV, Amiens, França); Coordenadora do Ensino Médio do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Lavras/MG. E-mail: shiellaresende@gmail.com

no país. Registros da Conab² dão conta de que pés de café (que tem sua origem na África) já eram encontrados no Brasil desde o século XVIII. É somente ao final do século XIX, contudo, que este cultivo irá adquirir grandes proporções tanto em termos de área cultivada quanto em participação política das elites cafeeiras, sobretudo, paulistas nos rumos da ação do Estado no Brasil República.

| **Café e agronegócio**

Overview

O café é a terceira bebida mais consumida no mundo, ficando atrás da água e do chá. Neste cenário de demanda global pela bebida, o Brasil ocupa a primeira posição como produtor de café, notadamente do tipo arábica, seguido por Vietnã, com produção, sobretudo, de café tipo conilon, e Colômbia, também com café arábica. Esta posição privilegiada do Brasil como maior produtor mundial da bebida se mantém há mais de 150 anos.

Dados do ano de 2020 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2020) mostram que o estado de Minas Gerais se mantém como maior produtor nacional de café, seguido por Espírito Santo e São Paulo. A produção em sacas de 60kg da safra 2019-2020 foi registrada em 61,62 milhões, dentre as quais 33,46 sacas de café mineiro. A Tabela 1 mostra a distribuição da produção de café por região do estado de Minas Gerais, com destaque para a região sul/sudoeste mineira:

2 Companhia Nacional de Abastecimento (órgão governamental).

Tabela 1: Área média das lavouras de café nas mesorregiões pesquisadas

Mesorregião	Área média das lavouras (ha)
Oeste de Minas	25,06
Zona da Mata	27,81
Sul/Sudeste	31,96
Campo das Vertentes	41,25
Triângulo/ Alto Paranaíba	67,79
Total	-

Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo, pela EPAMIG, em 2008.

A principal característica topográfica do cultivo do café na região do Sul de Minas é a instalação da cultura em terrenos acidentados, com altitude média de 850 metros (EMATER, 2020). A geomorfologia da região oferece, por um lado, condições edafoclimáticas ideais para implantação e desenvolvimento da cultura, e, por outro lado, freia sua mecanização. Esta característica geomorfológica, associada à rentabilidade sazonal da atividade, forneceu condições favoráveis para a prática da cafeicultura, principalmente no regime de agricultura familiar³. Este cenário configura a produção de café do Sul de Minas Gerais, conhecido como Café das Montanhas (PEDINI, 2013).

| Breve percurso histórico do café no Brasil

A planta do café chega ao Brasil no século XVIII. Embora haja registros que deem conta deste cultivo em regime de monocultura,

3 De acordo com a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento (REVOGADA); III- tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo [...]; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”.

com tratos empregados por mão-de-obra escravizada nesta época, é a partir da virada do século XIX para o século XX que a cafeicultura ganha uma “nova configuração”. Neste sentido, para Stolcke e Hall (1983), um processo de desmonte da escravidão, verificado desde meados do século XIX, culminando na Lei Áurea de 1888, fez com que fazendeiros de café do estado de São Paulo experimentassem formas de trabalho livre, o que permitiu que, ao cabo, a transição do tipo de mão-de-obra empregado nos cultivos comerciais de exportação tivesse lugar de forma a não comprometer a produção agrícola em questão.

Ainda de acordo com Stolcke e Hall (1983), uma alta mundial na demanda por café, que se dá na mesma época, e uma expansão do cultivo do grão no Oeste paulista, devido ao declínio da produção no Vale do Paraíba, são elementos que concorrem para esta “nova configuração” da produção cafeeira, em que a introdução do trabalho livre antes do trabalho assalariado é fator fundamental.

Somados estes fatores: alta na demanda mundial pelo grão do café, expansão do cultivo do grão no Oeste paulista e a questão da transição da força de trabalho escrava para a força de trabalho de trabalhadores livres, “entre 1890 e 1907, a produção cafeeira em São Paulo quintuplicou. O estado se tornou o principal produtor de café do país, e o Brasil se tornou o principal fornecedor do grão para o mercado mundial, posição essa que ambos manteriam até os anos 50” (STOLCKE, 1986, p. 53). De cultivo para consumo doméstico local a maior produto agrícola de exportação, a cultura do café vai conhecer, a partir desta época, forte apoio do Estado via aparato jurídico.

Stolcke (1986) mostra que a primeira intervenção jurídica sobre a cafeicultura acontece em 1902, e visava a reduzir o plantio de novos pés de café, já que uma crescente de implantação de novas lavouras fora observada até a década de 1890. A medida oficial se deu no sentido de regular a relação oferta e demanda e manter os altos lucros com o comércio do grão. A autora argumenta que não se sabe da eficiência

da medida, mas que a maneira como Antônio Prado a qualificava – “antieconômica” e “antiliberal” – refletia a opinião de outros fazendeiros como ele. Se a taxaçoão por novos pés de café desfavorecia certos fazendeiros, o imposto era vantajoso para aqueles que já tinham lavouras estabelecidas. As incertezas deste imposto somadas à alta produção esperada para a safra de 1906:

Finalmente produziu o primeiro programa de subsídio aos preços, aprovado na Convenção de Taubaté entre os principais estados produtores de café, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Sob o acordo, com o auxílio de uma emissão de dinheiro respaldada por um empréstimo estrangeiro, garantido por um imposto de exportação sobre cada saca do café, o governo do Estado de São Paulo concordava em comprar os excedentes e estabilizar os preços (STOLCKE, 1986, p. 60).

De acordo com o Consórcio Pesquisa Café⁴, de 1927 a 2010, somam 157 as leis, decretos, medidas provisórias, portarias, resoluções e instruções normativas que versam sobre a produção cafeeira. Regulamentos que vão desde medidas protetivas, como, por exemplo, o Decreto n. 19.688⁵, de 1931, que dispõe sobre a compra de café excedente pelo Estado com vistas a controlar seu preço no mercado, até a concepção de instituições ligadas à cadeia produtiva cafeeira,

4 “O Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café–CBP&D/Café – nome síntese Consórcio Pesquisa Café – foi criado por meio do Termo de Constituição celebrado em 1997 (DOU de 14/3/97 – Seção 3), e seu Conselho Diretor é constituído pelos dirigentes máximos das seguintes instituições: Embrapa; EPAMIG; Instituto Agronômico de Campinas (IAC); Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR); Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Universidade Federal de Lavras (UFLA); e Universidade Federal de Viçosa (UFV). Disponível em: <http://www.consorcio-pesquisacafe.com.br/index.php/consorcio/separador2/apresentacao>. Acesso em: 28 jun. 2021.

5 Decreto n. 19.688, de 16-05-1931: “Manda adquirir, por compra, o café presumivelmente retido em 30 de junho de 1931, com exceção do estoque, comprado pelo Estado de São Paulo, por força do empréstimo de * : 20.000.000”. (CÂMARA LEGISLATIVA, 1931)

caso da Lei n. 1.779⁶, de 1952, que determina a criação do Instituto Brasileiro de Café, o IBC, órgão que “controlou minuciosamente os mecanismos de mercado interno e foi um ator do mercado internacional até os anos de 1990” e cuja pesquisa científica “estava subordinada a interesses de elites profissionais de grandes plantadores” (GARCIA; PALMEIRA, 2001, p. 54, 71). É deste modo, e neste intervalo de tempo tomado (fins do século XIX a meados do século XX), que o café se consolida como cultivo comercial de exportação devidamente institucionalizado e legitimado no Brasil, tendo o estado de São Paulo como um “berço” para a configuração da lavoura cafeeira tal e qual ela é significada atualmente.

Grandes cultivos comerciais e os primórdios do agronegócio brasileiro

Para Garcia e Palmeira (2001), podemos pensar em complexos agroindustriais desde o início da colonização do Brasil, já que eram praticadas todas as etapas de produção agrícola dentro das grandes propriedades fundiárias, sob o controle do grande fazendeiro e seus mandatários, sendo destinado àquele o lucro advindo deste sistema de produção, como foi o caso do cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, por exemplo. Os mesmos autores apontam ainda que:

Até meados do século XX **predominou a associação entre capital fundiário, agrícola e industrial**: quem comanda o processo de trabalho exerce seu mando tanto na esfera agrícola como na industrial; é do conjunto de suas atividades que provém seu lucro. A agroindústria moderna, implantada no momento da industrialização do Brasil [...] supõe que o investimento esteja concentrado em empresa industrial que implanta uma rede constante de fornecedores de bens

6 Lei n. 1.779, art. 1o : “O Instituto Brasileiro do Café (I. B. C.), entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional, destina-se a realizar, através das diretrizes constantes desta lei, a política econômica do café brasileiro no país e no estrangeiro” (CÂMARA LEGISLATIVA, 1952).

agrícolas de qualidade estabelecida em parâmetros bem definidos (J. Winkinson, 1996). **A empresa industrial subordina as unidades agrícolas às suas exigências, mas não concentra o processo de trabalho agrícola em suas mãos.** O termo agroindústria conhece, portanto, uma modificação de seu significado quando referido às unidades implantadas desde finais do século XIX (como as usinas de cana-de-açúcar) ou às fábricas urbanas criadas na segunda metade do século XX ([...] como Perdigão e Sadia) (GARCIA; PALMEIRA, 2001, p. 44, grifos nossos).

O café é um grande cultivo comercial, institucionalizado e legitimado tomando como matriz de significação grandes fazendeiros, detentores de grandes propriedades, sob um regime de significação de “grande empresa industrial”, que subordina pequenas unidades produtivas do grão, como as famílias, por exemplo. Ora, se o agronegócio surge, notadamente na década de 1960 no Brasil, como categoria ou conceito para nomear a “integração da agricultura aos setores industriais de fornecimento de insumos, de um lado, e de processamento e distribuição da produção, de outro” (EMBRAPA ACRE, 1999), no Brasil, esse estado de coisas remonta aos primórdios da colonização. A recriação deste regime assimétrico de imbricação entre os diversos processos, práticas e sujeitos implicados na produção de cultivos comerciais tem lugar de maneira institucionalizada no país.

| **Agronegócio e a modernização rural no Brasil**

É um anacronismo empregar a designação agronegócio no Brasil antes da década de 1960. Remonta-se aos tempos da colonização um sistema de cultivo e processamento agrícola concentrado em grandes propriedades autônomas, o termo agronegócio, que atrela *agricultura e economia*, via racionalização da produção e de seus custos, é categoria relativamente recente. Em períodos anteriores à década mencionada, as designações “fazendeiro” e “latifundiário” remetiam

à personificação deste modo de relação com a terra, e notadamente a segunda já carregava uma pecha, porque materializava a hegemonia do poder fundiário no país, assim como os conflitos que ela aglutinava⁷.

Segundo Mendonça (2015), a designação *agronegócio* (*agribusiness*) aparece em 1957, com a publicação da obra *A concept of agribusiness*, de John Davis e Ray Goldberg, da School of Business Administration, de Harvard. Para a autora:

A publicação traz como premissa central a ideia de que o campo estaria passando por grandes transformações a partir de uma “revolução tecnológica”, tendo como base o “progresso científico” utilizado na agricultura. Sob essa perspectiva seria necessário formular políticas públicas de apoio à grande exploração agrícola diante do aumento dos custos de produção, transporte, processamento e distribuição de alimentos e fibras (MENDONÇA, 2015, p. 376).

Ora, uma suposta “racionalização da agricultura” ensejando um “progresso” aparece no cenário brasileiro com vistas não só a dar conta das transformações pelas quais passava o meio rural no Brasil, mas, sobretudo, para fazer alavancar este espaço (“obsoleto”, “atrasado”, “em retrocesso”), também funcionou como uma espécie de mote que fundou o discurso da modernização do campo no país, a qual teve lugar a partir da década de 1950, experimentando um auge nas regiões Sudeste e Sul nos anos 1960, e se expandindo para as demais regiões a partir da década de 1970 (TEIXEIRA, 2005). Neste contexto, Garcia

7 O Deputado Fernando Ferrari, em discurso em sessão na Câmara Legislativa em maio de 1960, já formula o que nos parece um processo de construção de identidade por diferença entre fazendeiros e camponeses (ou trabalhadores rurais): “Se a casa do fazendeiro é de tijolo e coberta de telhas, a do vaqueiro e do agregado é, geralmente, de terra batida, de taipa ou de sapapo, coberto com sapê ou folhas de buriti. Na construção desses habitáculos de taipa, o material empregado limita-se àquilo que a natureza pode oferecer: madeira para sustentação, inclusive das paredes, cujo arcabouço é constituído pelo entrelaçamento de varas, cipós para amarração, em substituição aos pregos, capins em lugar de telhas e argila de mistura ao excremento de bovinos na falta de tijolos” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1960, p. 568).

e Palmeira (2001, p. 73, grifos nossos) argumentam que, durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985):

Toda a ênfase na elaboração de concepções do futuro do mundo rural foi depositada na noção de *empresa rural*⁸ (definida pelo Estatuto da Terra) ou, numa versão mais recente, na modernização do complexo industrial (CAI). A modernização técnica implicada pela mecanização, uso de adubos químicos e sementes e matrizes selecionadas supôs que o atrativo para a difusão dessas inovações fosse uma política de crédito subsidiado. [...] Mesmo os mais adeptos mais ferrenhos do complexo agroindustrial admitem hoje que **o processo de transformação do campo brasileiro pode conhecer caminhos diferenciados** (ABRAMOVAY, 1991).

Sobre este movimento de modernização, Teixeira (2005) aponta algumas de suas contradições:

A modernização trouxe um considerável aumento na produção agrícola, acentuando a exportação e contribuindo para um crescimento da economia nacional. Porém, **se apresentou de maneira excludente**, beneficiando apenas **parte da produção, em especial aquela destinada para exportação, atendendo ao interesse da elite rural**. Além disso, causou grandes impactos ambientais em razão do uso de produtos tóxicos sem os cuidados necessários, além de contribuir para o desemprego no campo e conseqüente êxodo rural (TEIXEIRA, 2005, p. 21, grifos nossos).

Se a produção agrícola brasileira encontra o agronegócio como uma panaceia para o “atraso rural brasileiro”, sobre a qual são já admitidas as contradições, é este discurso que ainda confere lastro de memória à agricultura praticada no país, em que a matriz de significa-

8 O termo “empresa rural” envia à reflexão de Foucault (2004) em relação ao neoliberalismo: a empresa e a competição devem ser colocadas no centro do projeto de sociedade, cada indivíduo deve se tornar um empreendedor.

ção para o cultivo de gêneros comerciais em grandes propriedades se estende seja para o cultivo de alimentos, seja para plantações comerciais igualmente, mas praticadas sob outro regime de produção, a saber: a agricultura familiar. Neste ponto, levantamos uma hipótese, que orienta essa exposição: os processos discursivos que concorrem para a estabilização de uma memória em detrimento de outras podem ser descritos, e, para tal descrição, é necessário tomar em conta a mediação institucional indispensável para essa legitimação.

| Agronegócio e neoliberalismo

Apresentamos acima a maneira como a cafeicultura vai se consagrando como cultivo comercial de exportação desde fins do século XIX no Brasil. Os movimentos de legitimação não apenas do produto agrícola enquanto cultivo comercial de importante interesse econômico, mas de seu modo de organização, conta com forte apoio do Estado. Apoio dado, num primeiro momento, através de leis que, para além de regulamentar, protegem os lucros advindos da atividade; e, num segundo momento, por meio da criação de órgãos, tais como o Instituto Brasileiro do Café, que tratam de garantir, em outras instâncias (científica, de mercado), o interesse das elites cafeeiras. Com a presença estatal tendo sido fundamental para a estabilização da cafeicultura brasileira, e para o desenvolvimento agroindustrial deste e de outros cultivos comerciais, “a maior difusão do que se entende por agronegócio responde ao período de adoção do neoliberalismo enquanto modelo econômico que orientou governos no Brasil” (SILVA LIMA, 2019). Nesse sentido, o dito par de opostos político-ideológicos “Estado x Indivíduo, Livre Mercado, Empresa” não só não são opostos, como um está funcionando pelo outro. Conforme Foucault ([1979] 2004): para o neoliberalismo, o Estado é colocado a serviço do mercado e das empresas, notadamente pelas leis que ele instaura. Sendo este funcionamento o próprio da política neoliberal.

Ao tratar das “evidências” liberais a ser desconstruídas, Guilbert (2011, p. 16-19) argumenta que a noção mesma de “livre mercado” é um mito. O neoliberalismo, uma vez descrito pelos discursos teóricos como defensor da empresa livre e do mercado contra o intervencionismo do Estado, o qual seria “um freio ao mercado privado, o único produtor verdadeiro de riquezas, de bem-estar e até de democracia” (GUILBERT, 2011, p. 15), não saberia existir sem este Estado de que ele quereria se ver livre, no sentido pleno da expressão. Ora, diz Guilbert (2011):

Selon Niels Filgstein, même les “entreprises en réseau” de la Silicon Valley ont besoin de l’État, ne serait-ce que pour former leurs futurs ingénieurs: [...] cette antienne [du libre marché] ne correspond en rien à la réalité du fonctionnement de l’économie états-unienne. En Amérique comme en Europe, l’État et les entreprises sont intimement liés et la capacité relative des économies capitalistes à créer richesses, revenus, bien et services dépend directement de ce lien (GUILBERT, 2011, p. 17).

Com efeito, o subsídio estatal à modernização rural via agronegócio foi fundamental e se deu apoiado sobre um discurso que:

Vem imbuído da unidade de um setor que defende este modelo de desenvolvimento como um sinônimo de sucesso e geração de riqueza, a partir de **uma visão empresarial** de um **desenvolvimento rural** que depende **da ação individual na propriedade privada**⁹. O “moderno” (BRUNO, 1997, p. 6), neste caso, significa produzir e se reproduzir por meio de uma agricultura submetida às regras do capital, **onde o lucro é o objetivo principal da produção. Qualquer alternativa tende a ser desqualificada.** Para manutenção deste modelo, **que precisa de mediações por meio de re-**

9 Mais uma vez, a reflexão de Foucault ([1979] 2004) vis-à-vis o neoliberalismo é pertinente: a empresa pelo indivíduo, o indivíduo pela empresa.

apresentações institucionais e políticas, tudo pode ser justificado [...] (SILVA LIMA, 2019, p. 3, grifos nossos).

Esta visão empresarial, peculiar às práticas neoliberais, é «appliquée à l'ensemble des activités humaines, une vision qui “tend à subordonner toute chose à ses dimensions “strictements économiques” ou la baptiser tout simplement “économisme” » (GUILBERT, 2011, p. 14). Nesta chave de leitura econômica de todas as dimensões da vida em sociedade, o lucro seria não somente resultado da eficácia de práticas corretamente desempenhadas por indivíduos, mas igualmente sintoma dessa efetividade. A palavra “eficácia” é ela também importante categoria da política neoliberal:

Directement liée au rôle hégémonique des mathématiques dans l'économie, elle réactive “la poursuite individuelle et sans contrainte du profit” de la doctrine libérale et se traduit concrètement par une exigence de rentabilité à court terme qui produit des effets sociaux et écologiques directs (GUILBERT, 2011, p. 20).

Retomando a corrida pela “modernização” do campo no Brasil, podemos perceber, então, um efeito social importante e direto do funcionamento da agricultura aos moldes e discursos neoliberais, com o Estado a serviço da economia: a obliteração e marginalização histórica de formas de cultivo que não se dão sob a doutrina “empresa rural” e dos sujeitos que as praticam.

| **Cafeicultura paulista, cafeicultura (sul) mineira**

O café entrou em Minas no início do século XVIII via Caminho Novo, na Zona da Mata, rota criada estrategicamente para transporte do ouro. É no século XIX, contudo, que ele conhece expansão na então província mineira, uma vez que o cultivo da planta veio a substituir a exploração das minas de ouro e pedras preciosas. A região da Zona

da Mata representava a região mais rica do estado até início do século XX por conta da cafeicultura, até que a robusta produção cafeeira paulista, com vantagens de transporte até os portos, traz o estado de São Paulo “para as cabeças” da produção de café (MOREIRA, 2007). O mesmo autor aponta que, nesta época, grandes cafeicultores mineiros compraram terras férteis, notadamente no oeste paulista (MOREIRA, 2007).

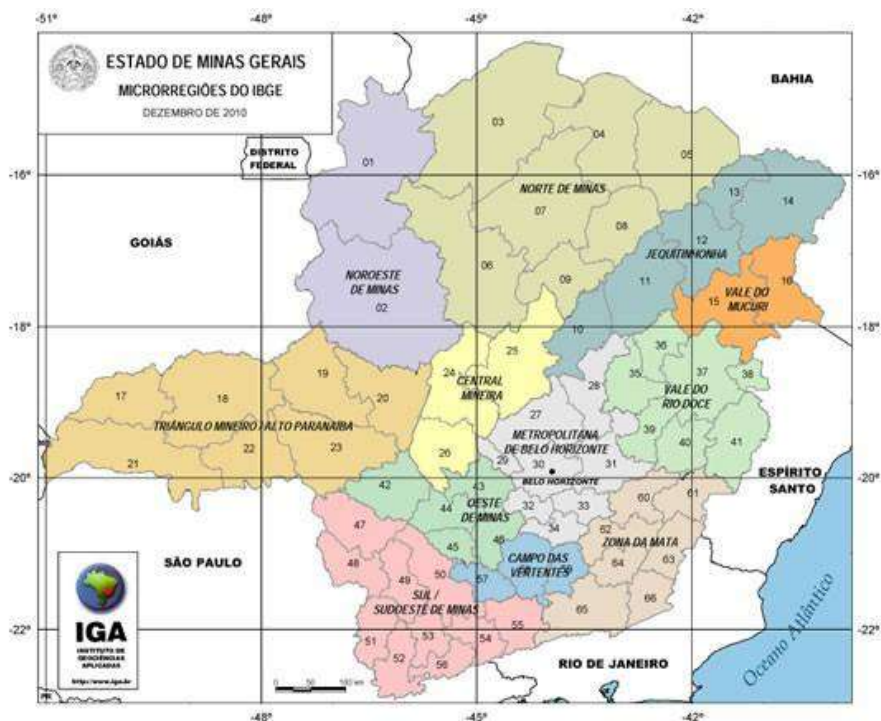
Neste mesmo período, que compreende o final do século XIX até a segunda metade do século XX, à pujança de dados sobre a cafeicultura paulista se contrapõe a escassez de informações sobre a cafeicultura mineira. É na década de 1970 que a produção de café em Minas Gerais ganha destaque, devido a três fatores de ordens distintas: (1) a firme adesão mineira ao Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais, proposto pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), (2) à incorporação de extensas áreas do Cerrado mineiro à produção agrícola¹⁰ e (3) a ocorrência de geadas de grandes proporções em importantes regiões cafeeiras dos estados de São Paulo e do Paraná na década de 1970 (SIMÕES; PELEGRINI, 2010). Os períodos anteriores à década de 70, “provavelmente por não apresentarem uma dinâmica intensa em comparação com outras áreas produtoras, foram pouco estudados. O que se visualiza, portanto, é um vazio de quase 150 anos na historiografia cafeeira mineira” (FILETTO; ALENCAR, 2001, p. 2).

No período que se segue à década de 1970, a região sul mineira experimenta crescimento e destaque na produção de café. Um dos fatores fundamentais para este crescimento foi a posição geográfica da região, o que favoreceu um escoamento da produção pelo Porto de Santos (FILETTO; ALENCAR, 2001, p. 2).

10 Esta incorporação só foi possível através da implementação de tecnologias de adequação de acidez do solo, bem como de aspectos nutricionais, às exigências dos cultivos comerciais de interesse, no caso, a planta do café. Movimentos como este já apontam para um funcionamento em curso de um complexo agroindustrial cafeeiro, em que estão correlacionados e são interdependentes em relação assimétrica todas as unidades que compõem a cadeia produtiva cafeeira.

O mapa a seguir serve a ilustrar a localização privilegiada no Sul de Minas no que toca a rota para escoamento da produção.

Figura 1: Mapa das regiões de Minas Gerais



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2020.

Por seu lado, o fator para o destaque do café sul mineiro foi a qualidade, oportunizada pelas condições climáticas e geomorfológica da região (clima mais ameno, relevo acidentado), que favorecem a produção de grãos que alcançam maturidade de forma mais uniforme, o que resulta em cafés de bebidas mais finas. A foto a seguir ilustra um cenário típico da produção cafeeira no Sul de Minas: pés de café plantados em morros e cultivados por famílias.

Figura 2: Família de camponeses em meio à lavoura de café em época de florada. Município: Nova Resende, MG. Setembro de 2020



Fonte: Arquivo da pesquisa.¹¹

A este respeito, Filetto e Alencar citando Romero e Romero argumentam que:

Da minha viagem pela porção sul de Minas, tirei a vantagem de ficar convencido e poder expor como axioma que os lugares em que não chegar a ação da geada, embora sofram o inverno, são os mais próprios para café; porque havendo aí a queda de toda a folhagem em um tempo dado (na entrada do inverno), e havendo a brotação e a floração em um só tempo (princípio da primavera), vê-se que a maturidade do fruto também vem em um só tempo; e por isso não só facilita a colheita por ser feita em uma só vez, como também especializa o aroma do café por ser colhido todo maduro; o que não acontece nos lugares mais quentes e úmidos onde reina quase constantemente primavera. [...] Não está longe o futuro, em que será por todos reconhecido que os lugares

¹¹ Todas as imagens que constam na pesquisa foram cedidas de livre e espontânea vontade, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido (Processo n. 15570619.9.0000.8142).

mais próprios para a plantação de café, são os climas de temperado para frio, onde sente-se a passagem das estações (ROMERO; ROMERO, 1997, p.126. apud FILETTO; ALENCAR, 2001, p.7).

Filetto e Alencar (2001) versam que a este período pós década de 1970 corresponde a formação de um complexo agroindustrial do café sul mineiro. A partir de então, há um empenho institucional no sentido de produzir tecnologias para a atividade econômica, mas não apenas isso. A atuação de organismos relacionados à pesquisa e à extensão, tais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), criada em 1948, e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), criada em 1974, e de universidades, como a Universidade Federal de Lavras (UFLA), criada em 1908, se é sobremaneira importante para o desenvolvimento e produção de biotecnologias para o cultivo cafeeiro com vistas ao aumento da produtividade e da qualidade, também é fundamental para a produção e a estabilização de uma memória da produção cafeeira nesta região. Neste sentido, para Garcia e Palmeira (2001), é importante mencionar:

A criação de universidades públicas em todo território brasileiro e de instituições especializadas na pesquisa de biotecnologias, como a Embrapa, ou em sua difusão, como a Emater. Esses organismos contribuíram para a profissionalização de cientistas das mais variadas disciplinas, as ciências sociais foram tão beneficiadas quanto as “ciências da terra” e as biológicas, e assim se forjaram instrumentos para imprimir novos rumos às transformações do mundo rural (GARCIA; PALMEIRA, 2001, p. 71).

Efetivamente, ao mesmo tempo em que trabalha sobre o desenvolvimento da cafeicultura sul mineira, essas instituições trabalham a legitimação e a estabilidade referencial da atividade, i. é: há uma cafeicultura sul mineira, e ela é importante para a produção de café

brasileira. Estamos falando de produção de memória legitimada institucionalmente e da ação do Estado como instância legitimadora de discursos de saber e de poder.

| **Considerações finais**

A imbricação trabalho-família dificulta uma interpretação categórica em termos de trabalho reprodutivo e produtivo quando se trata de trabalhadoras rurais. A apresentação das condições históricas de produção da cafeicultura no Brasil somadas aos sentidos de trabalho e de família da maneira como trazida pela fala dessas mulheres têm o potencial de dar a conhecer a sobrevivência e a recriação de uma memória de trabalho em cooperação, a qual remete, por sua vez, a uma cafeicultura dita “pré-capitalista”, a qual envia a um período de transição entre o trabalho nos cafezais feito por força de trabalho escravizada e o trabalho assalariado no campo.

| **Referências**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/EdUnicamp/ANPOCS, 1991.

BRASIL. **Anais**. Câmara dos Deputados. Congresso Nacional Brasília: DF, 1960. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. **Conab–Companhia Nacional de Abastecimento**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/2626-producao-do-cale-em-2018-e-recorde-e-supera-61-milhoes-de-sacas>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 19.688**, de 11 de fevereiro de 1931. Manda adquirir, por compra., o café presumivelmente retido em 30 de junho de 1931, com exceção do estoque, comprado pelo estado de São Paulo, por força do empréstimo de 20.000.000, e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19688-11-fevereiro-1931-514620-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 1.770**, de 22 de dezembro de 1952. Cria o Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1779.htm. Acesso em : 14 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Federal n. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 30 nov. 2020.

CONSORCIO PESQUISA CAFÉ. Disponível em: <http://www.consorcioquesquisacafe.com.br/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – **Minas Gerais deve alcançar produção recorde de café na safra 2020**. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/minas-gerais-deve-alcançar-produção-recorde-de-café-na-safra-2020/?flagweb=novosite_pagina_interna&id=25195. Acesso em: 30 jun. 2021.

EMBRAPA. **Embrapa Café**. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cafe>. Acesso em: 14 jun. 2021.

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. **Informe Agropecuário**. Planejamento e gerenciamento da cafeicultura. v. 29, n. 247, p.1-128, nov-dez. Belo Horizonte: EPAMIG, 2008. Disponível em: www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/informe_agropecuário/Planejamento_e_gerenciamento_da_cafeicultura.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

FILETTO, F.; ALENCAR, E. Introdução e expansão do café na região sul de Minas Gerais. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v.3, n.1, p. 1-9, jan./jun 2001. Disponível em: <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/278>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FOUCAULT, M. (1979). **Naissance de la biopolitique**. Paris: EHESS, Gallimard, Seuil, 2004.

GARCIA, A.; PALMEIRA, M.. Rastros de casas-grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: PINHEIRO, P. S.; SACHS, I.; WILHEIM, J. (orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 38-77.

GUILBERT, T. **L'évidence du discours néolibéral: Analyse dans la presse écrite**. Bellecombe-en-bauges: Éditions du Croquant, 2011.

MENDONÇA, M. L. O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375-402, mai./ago. 2015, Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=685&sid=122>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MOREIRA, A. C. **História do Café no Brasil**. São Paulo: Panorama Rural; Magma Editora Cultural, 2007.

PEDINI, S. Prefácio. In: BREGAGNOLI, M.; MONTEIRO, A.V.C. (orgs.) **Café nas montanhas: cafeicultura sustentável no Sul de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2013.

SILVA LIMA, M. Agronegócio e neoliberalismo: limitação da democracia através do debate sobre segurança jurídica. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43, Brasília, 2019. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009, p. 1-32. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st09-10/11671-agronegocio-e-neoliberalismo-limitacao-da-democracia-atraves-do-debate-sobre-seguranca-juridica?path=43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st09-10>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SIMÕES, J. C.; PELEGRINI, D. F. **Diagnóstico da cafeicultura mineira-regiões tradicionais: Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) Série Documentos, 46, Belo Horizonte, 2010.

STOLCKE, V.; HALL, M. M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 80-120, 1983. Disponível em: [verenastolcke.pdf](#). Acesso em: 30 jun. 2021.

STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850- 1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas-MS, v. 2 – n. 2, p. 21-42, set. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1339>. Acesso em: 14 jun. 2021.



|| C A P Í T U L O 8 ||

Entre Umbanda e Candomblé no Sul de Minas Gerais: história, memória e sentidos em movimento

Francisco Marcelo Ivo¹

Débora Massmann²

Salete Bernardo³

Laroiê Exu!

| Considerações iniciais

Este estudo investiga a questão da linguagem compreendida como organizadora do espaço socio-religioso de casas de Umbanda e de Candomblé na região Sul de Minas Gerais, espaço historicamente alicerçado nos princípios religiosos do catolicismo romano que parece coabitar com correntes protestantes neopentecostais. Umbanda

1 Docente da Rede Pública de Educação Básica do Estado de Minas Gerais. E-mail: fmarceloi-vo@hotmail.com

2 Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. Líder do Grupo de Pesquisa “Discurso, Sentidos e Sociedade” (DISENSO/UFAL/CNPq). E-mail:: massmann.debora@gmail.com

3 Professora da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. E-mail:: sal.bernardo@gmail.com

e Candomblé constituem religiões de matriz africana que se organizam por meio de um processo histórico-discursivo dentro da fluidez da linguagem oral e desenvolvem uma forte tradição de poder, sujeição e assujeitamento que tem no simbólico seu ponto de ancoragem. Se, por um lado, a Umbanda, em sua brasilidade, é percebida e pesquisada como lugar de produção de efeitos de sentidos da linguagem em sua ressignificação à brasileira de rituais africanos e europeus, bem como pelo seu imaginário construído como forma de reorganização e resgate de classes marginalizadas historicamente (tais como pretos velhos, crianças, indígenas, prostitutas, mulheres marginalizadas, malandros, etc.); de outro lado, o Candomblé, surgido com os/as negros/as escravizados/as em terras brasileiras, quis (quer) manter-se mais fiel às tradições do solo africano na composição de seus espaços religiosos – os terreiros. Ele se apresenta como um espaço discursivo que coloca em contato a memória ancestral com uma contemporaneidade, inscrevendo-se dentro de uma discursividade de religião iniciática, menos sincrética, não espírita e não salvática.

Considerando as condições de produção de tais práticas religiosas, compreendemos que é no e pelo simbólico, pelo poder da palavra, que a Umbanda e o Candomblé se constituem, se consolidam e constroem seu legado. A linguagem dos/nos terreiros está sustentada, sobretudo, na oralidade que funciona como uma memória de arquivo, regularizando e/ou atualizando discursos, mobilizando condições de empoderamento, a partir das formações discursivas, e possibilidades de relações estabelecidas no processo de reversibilidade pelas formações ideológicas.

Nessa perspectiva, torna-se interessante investigar cientificamente esse fenômeno que atravessa o social, paira no religioso e reflete no/sobre o processo de historicização das práticas religiosas. É nesse espaço do dizível, compreendido também como espaço de cristalização discursiva, que as religiões de matriz africana, especialmente, a Umbanda e o Candomblé têm sido objeto de muitas pesquisas aca-

dêmicas que fazem circular o funcionamento deste espaço religioso e social e que produzem efeitos sobre o modo como tais perspectivas religiosas se sustentam ao longo dos tempos. Cabe destacar que este estudo, sustentado em uma perspectiva discursiva, não tratará de aspectos da ritualística das religiões aqui citadas. Na presente reflexão, interessa a compreensão da linguagem como modeladora do simbólico, isto é, daquilo que une, que permite o mesmo rumo, independentemente das diferenças de cada sujeito interpelado pela ideologia.

Nesse sentido, objetivamos compreender o processo de produção de sentidos em torno do “umbandomblé” no âmbito do discurso religioso posto em funcionamento pela Umbanda e pelo Candomblé no Sul de Minas Gerais e as relações de poder que ali se manifestam, sustentadas na linguagem. A linguagem é o grande instrumento que justifica ações, falhas e equívocos. Toda comunidade religiosa, de maneira geral, está centrada nos modos como o discurso dos/as líderes religiosos/as se organiza ao mesmo tempo em que organiza as relações inter e intrapessoais de seguidores/as. O peso desta postura discursiva do/a líder pode levar à opressão e à subserviência ou a uma dimensão mais saudável de convivência ou ainda à rebeldia como expressão de não obediência cega.

Conhecendo mais de perto essas comunidades, pudemos perceber todo um dinamismo cultural, artístico e social que faz com as pessoas se sintam integradas produzindo laços para além da fé. Dentre os efeitos de sentido produzidos, destaca-se a identidade social que diferencia os/as participantes entre si ao mesmo tempo em que os/as inscreve em uma mesma posição-sujeito, aquela de filhos/as de Santo. Devemos destacar ainda o fortalecimento dos sentidos de família, cuja convivência se revela em conflitos, litígios, harmonias e bem-querer. Por não existir uma cartilha e pelo funcionamento da tradição oral empregada no compartilhamento de saberes, cada casa de Umbanda e Candomblé é um templo único com sua estrutura e funcionamento.

Nosso percurso de pesquisa se deu em seis terreiros, situados, como já destacado, no Sul de Minas Gerais: um deles é definido como Candomblé de raiz e os demais mesclam rituais de Umbanda e Candomblé de modo que as duas perspectivas religiosas caminham paralelamente. As lideranças que transitam nesses dois territórios vão ressignificando os discursos e criando uma forma “híbrida” chamada de “Umbandoblé”, que parece não ser/estar aceita conscientemente, mas vivenciada na prática ritualística. É uma reconfiguração incessante dada pelas formações discursivas que operam pela ideologia. Apagamentos, esquecimentos e silenciamentos são constitutivos do discurso, do dizer e os sujeitos nem sempre estão conscientes dessa exterioridade. Nosso *corpus* é um conjunto de três entrevistas transcritas que foram concedidas por uma Ialorixá (Mãe de Santo), que se coloca de raiz ketu, um Zelador de Umbanda Cruzada e um Babalorixá (Pai de Santo) do Candomblé que também se intitula Zelador de Umbanda. São terreiros pequenos, alguns com pouca estrutura física, mas convencidos de que haverá expansão dos mesmos.

Esses terreiros não trazem a estrutura hierárquica como a das grandes casas tradicionais, mas nem por isso, se sentem inferiores. Eles estão em constante construção. Também não são redutos de negros/as para negros/as: apenas uma das casas visitadas é conduzida por uma zeladora negra. As outras são conduzidas por “brancos”. Discursivamente, essa diversidade étnico-racial é interessante porque nos remete à ideia de “branqueamento” (PRANDI, 2000) das religiões afro-brasileiras e parece acontecer pelo desenrolar da historicidade discursiva: a África é uma lembrança.

Trabalhar com este tema é se inscrever num complexo universo religioso de significações e ressignificações discursivas constantes. É entender que memória, discurso, história caminham juntos e se materializam na linguagem. O sujeito é um ser no mundo, do mundo e numa vivência de mundo, afetado pela língua e pela história, ele significa, se significa e ressignifica a religiosidade que, atravessada pe-

las condições de produção do Brasil do século XXI, constrói processos de significação que podem se constituir como ponto de encontro e/ou de ruptura.

| Dispositivo teórico-analítico

Nosso estudo se inscreve no domínio da análise de discurso proposta, na França, por Michel Pêcheux e desenvolvida, no Brasil, por Eni P. Orlandi. Trata-se de uma disciplina de interpretação que se propõe a questionar três áreas de conhecimento, a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise, estabelecendo um novo campo do saber, aquele do discurso. Pêcheux (1966) se propõe a “deslocar o campo das ciências sociais do lugar positivista onde se encontra: uma ciência descontextualizada dos fatos históricos e sociais nas relações dos estudos da linguagem e questões de práticas sociais relativas às formas de subjetivação do sujeito e das desigualdades sociais e de classe” (SANTOS, 2013, p. 215). Com o surgimento da Análise de Discurso, deslocamentos conceituais são produzidos. De acordo com Santos (2013), na publicação em “*Les Cahiers pour l’analyse*”, de 1966, Pêcheux

desaloja as ciências sociais de estatutos positivistas e as inscreve, à luz de uma reflexão marxista, nos domínios humanísticos, onde questões sobre subjetividade, ideologia, confrontos e lutas de classe ocupam lugares essenciais (SANTOS, 2013, p. 215).

Nesse processo de constituição da teoria discursiva, o discurso é compreendido como “uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas deve ser referida ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1990, p. 79). Nas palavras do autor, discurso é “efeito de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, 1969, p. 34), inscritos numa dada formação social, que resulta da relação entre língua, sujeito, história e ideologia.

Compreendemos assim que, ao questionar a língua, para a Linguística, a história, para o materialismo histórico, e o sujeito, para a psicanálise, a análise de discurso se constitui como uma disciplina de entremeio, fluida (não positivista) e aberta, possibilitando o diálogo constante entre teoria/método/procedimento analítico e objeto.

Desse modo, a teoria discursiva permite a construção de um caminho que conduz a reflexões sobre a língua, especialmente, no caso deste estudo, em sua manifestação oral, como estrutura e acontecimento que permeiam o simbólico. Nessa perspectiva, a língua deve ser, pois, compreendida como sistema aberto, contraditório, instável e heterogêneo. Por ser instável, é também sujeita à falha, nesse ponto, ela resiste, produz efeitos de evidência e esse efeito aparente de transparência cria os efeitos de sentidos (pela palavra) e de evidência para o sujeito (ilusão de ser origem do que diz). Assim, entendemos que a língua está no plano do imaginário, espaço da ideologia, assim como o discurso está no plano do simbólico como espaço da opacidade dos sistemas de representação.

Para Orlandi (1996), o discursivo pode ser definido como um processo social, cuja especificidade está no tipo de materialidade de sua base, a materialidade linguística já que a língua constitui o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. Daí decorre que a interpretação – relação dos sujeitos com os sentidos – é historicamente determinada pela formação social em que se dá, e ideologicamente constituída (ORLANDI, 1996, p. 146-147). A língua constitui assim um dos aspectos materiais do discurso e lhe confere o que é próprio dela: espessura e opacidade, heterogeneidade, dispersão e descentramento (de-centramento) de sentidos e do sujeito (ORLANDI, 1996). O equívoco é, pois, o lugar de resistência da língua. Nessa perspectiva, o sentido é concebido dentro de uma sequência pertencente a uma formação discursiva. Para a análise de discurso, são os efeitos possíveis de sentido que se estabelecem pelo discurso, já que este é entendido como iminência histórica e como efeito de sentidos entre locutores.

Nesse processo de compreensão do dispositivo teórico, cabe destacar ainda que a formação discursiva constitui a formação ideológica que determina qual efeito de sentido prevalecerá sobre outro e isso está no possível da língua e no possível do discurso. Dessa forma, compreendemos a formação discursiva como o conjunto de saberes determinados pelo estado de luta de classes que regula o que se pode e deve dizer o que não se pode e não se deve dizer (ORLANDI, 2002). De fato, são práticas políticas balizadas pelo social.

Essas formações discursivas constroem a identidade do sujeito e o posicionam como forma de sujeito de linguagem e de sujeito à linguagem, isto é, o homem significando e significando-se (ORLANDI, 2012). Como os sujeitos são afetados por sentidos políticos, históricos e ideológicos, este acontecimento da língua, em sua materialidade oral, parece ser mais intenso, pois, ao se constituir, o sujeito não se vê perpassado pelo interdiscurso, que irá constituí-lo de alguma forma ideologicamente. Segundo Orlandi (2012), o sujeito se constitui e constitui sentidos que o remetem a seu processo de formação identitária na relação com a língua. O interdiscurso, por sua vez, remete à construção da memória, já que tudo significa de algum modo. Os sujeitos, em suas posições discursivas, rememoram consciente ou inconscientemente uma posição ideológica que se define sutilmente numa relação de poder. Entende-se assim que o processo de individua(liza)ção, de construção de uma identidade social está na base da formação discursiva (autoritária ou não). Esse é, pois, o foco.

A análise de discurso se interessa pelo sujeito na linguagem, na relação com a história e com a ideologia, isto é, nas suas condições de produção. Payer (1995, p. 18), ao parafrasear Pêcheux ([1975] 1995, p. 162), destaca que o interdiscurso é “o complexo com dominante das formações discursivas” e, por esse conceito, é possível apreender as relações de significação, isto é, a relação de uma formação discursiva com seu exterior. Para a análise de discurso, o interdiscurso é a base da memória constitutiva da própria formação discursiva que se esta-

belece, enquanto fundamento do que está aí, do já-dito, é a memória que reestabelece os sentidos inscritos nas formações discursivas, lugar histórico provisório das filiações discursivas.

Nesta reflexão, a noção de espaço é deveras importante uma vez que é a partir do espaço que se pode compreender a formação discursiva a que cada sujeito se inscreve. Os terreiros são a representatividade e o lugar do entrelaçamento do social que estabelece por si só as conotações “comunitárias” de metáforas e paráfrases na constituição do pertencimento. É nesse *locus* de pertencimento que pretendemos situar as relações interpessoais estabelecidas pela língua/linguagem nos terreiros de Umbanda e Candomblé. Nesse processo de apropriação da/na língua/linguagem, a interpretação atravessa o simbólico e se instala como significação para cada forma-sujeito. Estabelece-se uma relação política: “sujeitos e sentidos se constituem na relação da língua com a história, atravessados pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2012, p. 204). Partindo dessa assertiva, entendemos como as relações se consolidam. Há um quê de interpretação que se instala e na opacidade da língua e da linguagem têm-se as nuances pela afetividade. Os sentidos se constituem. Nesses deslizes da compreensão, organiza-se a sociabilidade.

Reconhecer os terreiros como espaço de organização da linguagem, tanto na escrita, como na oralidade, nos remete, consoante Payer (2006, p. 149), “a uma modalidade da história”. E “a oralidade de que se fala é historicamente produzida” (PAYER, 2006, p. 149). A oralidade historicizada, profundamente celebrada como conhecimento e sabedoria, ritualizada em comunidades como terreiros de religiões com matrizes africanas, que é o foco deste trabalho, transpõe a memória-arquivo e se coloca como ordenadora de um novo processo de resistência cultural e identitária.

Dessa forma, entendemos que “O real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas,

atestado pela existência do lapso” (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 55). Nesse real da língua, na sua oralidade, procuraremos entender e examinar tanto a relação com o sagrado, como princípio que estabelece o vínculo entre partícipes, bem como a relação política desses membros no seio da comunidade religiosa. Pretendemos alcançar assim o funcionamento da discursividade religiosa que será analisada à luz da análise de discurso.

Candomblé e Umbanda: história e memória

Candomblé e Umbanda são manifestações religiosas constituídas em solo brasileiro com sincretismos, releituras, apagamentos, silenciamentos e principalmente com memória. O Candomblé pode ser descrito como uma representação imaginária da África mítica que permitia a preservação de identidade e de etnia. Nessa reorganização do espaço, mantiveram-se certos rituais, que ao serem transpassados pela linguagem de uma época se (re)significaram, uma vez que os/as negros/as africanos/as já estavam inseridos/as num outro contexto social e, afetados/as pela tensão entre língua e história, adaptaram-se para resistir.

O apoderamento de conceitos que não eram comuns na África e sua institucionalização pode ser descrito como forma de resguardar as tradições. Esse processo de atualização de sentidos de/sobre a religiosidade africana fez surgir a organização do Candomblé como forma de resistência. Nesse movimento da história e da linguagem, o Candomblé foi se adaptando às condições de produção brasileiras e ressignificando o funcionamento da tradição religiosa das divindades africanas.

De fato, apagamentos e ressignificações compuseram o mosaico ideológico desses cultos e os naturalizaram. Esse processo de “naturalização”, atualizado nas condições de produção do Brasil, no século XXI, resulta do trabalho da ideologia e de seu funcionamento na instituição do discurso enquanto prática política.

Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico–de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências–como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade–para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências. Colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (ORLANDI, 2015, p. 43-44).

Aqui, tomamos o conceito de ideologia, tal como proposto pela análise de discurso, a saber, o encontro da língua com a história, estabelecendo a forma de pensar e fundamentar-se como sujeito no mundo: “Desse modo, o sujeito se constitui e o mundo se significa. Pela ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 94). Em nossa posição, trabalhamos a ideologia a partir do que propõe Orlandi (2015):

se pensamos a ideologia a partir da linguagem, e não sociologicamente, podemos compreendê-la de maneira diferente. Não a tratamos como visão de mundo, nem como ocultamento da realidade, mas como mecanismo estruturante do processo de significação (ORLANDI, 2015, p. 94).

Nesse processo, compreendemos com Orlandi (2015, p. 46) que “os efeitos de memória (interdiscurso) podem assim tanto estabilizar como deslocar sentidos”, firmando-se como base do dizer e do processo de construção de subjetividades, isto é, estabelecendo o processo identitário do sujeito que ocupa um lugar e uma posição discursiva a partir dele. A autora destaca ainda que “O vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 47) e essa estrutura dará a noção de como vão se construindo as várias formas de homenagear as divindades e/ou entidades do Candomblé e da Umbanda, uma vez que essas manifestações religiosas se dividem em vários cultos, formas de busca de identidade, de significar-se.

No Candomblé, cada modalidade cultural se define como “nação”, já que as origens dos/as negros/as escravizados/as eram distintas. Nota-se aí o funcionamento de uma memória constitutiva funcionando, a de etnia, que se dá pela ideia de pertencimento a uma nação, há, em outras palavras, uma busca de/pela identidade ou ainda um efeito de origem e pertencimento. Na dispersão dos laços familiares, o imaginário de nação reconstitui o sujeito. Desta forma, a palavra “nação” tem sentido específico para os adeptos do Candomblé e significa origem, procedência e identidade. Essa identidade cultural e religiosa vem marcada pelas formas de rezas, cores, colares, objetos próprios das divindades, sacrifícios, música e dança. As “nações” de maior destaque em solo brasileiro são as de culto aos inquices pertencentes ao Candomblé nação Angola, o culto aos voduns do Candomblé nação Jeje e os orixás do Candomblé nação Ketu presente em maior parte nos terreiros visitados em nossa região de pesquisa.

Paralelamente ao Candomblé, a Umbanda nascida, no primeiro quarto do século XX, no Estado do Rio de Janeiro, autodenomina-se genuinamente brasileira. Isso porque ela se constitui na fusão de elementos da tradição africana dos orixás, isto é, o culto aos antepassados e à natureza; do catolicismo romano, através de seus santos e valores bíblicos como fé, esperança e caridade, do kardecismo europeu pela crença na mediunidade e das manifestações indígenas brasileiras. Observa-se assim, que tal como acontece no Candomblé, plural em seus cultos, a Umbanda também não conseguiu se manter una e se ramificou em várias denominações como encontramos na região da pesquisa: Umbanda branca, Umbanda cruzada, Umbanda esotérica etc. As relações entre Candomblé e Umbanda são tão próximas que esta herdou ainda daquele a autonomia de cada terreiro-comunidade. Espaço este em que a figura do/a líder é suprema. A liderança religiosa se inscreve na posição-sujeito de Babalorixá ou Ialorixá, Pai e Mãe de Santo, dirigente do terreiro, e também na posição de porta-voz das entidades/divindades/orixás.

Assim como no Candomblé, na Umbanda, há certa unidade que provoca essa visão de unicidade da religião para os/as adeptos/as. Há aspectos discursivos comuns entre os vários segmentos, tal como a ideia de caridade, de bem e mal e afirmação de ser espiritualista. Mas, preserva-se, mesmo dentro desses aspectos comuns, a visão de autonomia plena de cada terreiro que se torna muito interessante a partir do ponto de visto discursivo: regularidade e dispersão em tensão, funcionamento da paráfrase e da polissemia. Na Umbanda, assim como no Candomblé, cada terreiro-comunidade se constitui uma casa única que traz apenas resquícios de “fundamentos”, que são cristalizações discursivas e rituais da casa de origem do/da líder.

Apesar das semelhanças, há diferenças e podemos aqui marcar uma delas dada pela linguagem entre Umbanda e Candomblé: naquela a linguagem aproxima os sujeitos e é mais direta, há um ouvir e um falar; há, supostamente, uma relação de diálogo, isto é, a entidade fala com o sujeito ali presente, ouve o que ele tem a dizer e a pedir e assim se produz um efeito, ou melhor, a ilusão da reversibilidade. Esta é uma característica do discurso religioso. Já no Candomblé, há distanciamento e silêncio. Isso significa que não é possível o contato por meio da palavra. Não há diálogo. A divindade/orixá se apresenta numa retomada mística, de convivência silenciosa, mantendo-se distante e presente ao mesmo tempo. A divindade/orixá fala apenas por oráculo, isto é, o jogo de búzios. Em ambos os casos, no entanto, há um efeito de distanciamento.

Nas condições de produção dos terreiros, das duas perspectivas religiosas, podemos perceber que o empoderamento passa necessariamente pela linguagem, uma vez que a liderança se inscreve como porta-voz das divindades/orixás e/ou entidades. A palavra do/a líder é incontestável, ao menos, aparentemente. Observa-se assim que o empoderamento pela linguagem do/a líder é legitimada e respaldada pela manifestação da entidade/divindade/orixá que chancela, isto é, confirma (ou não) a vontade do/a líder. Em outras palavras, a vonta-

de da entidade/divindade/orixá é a vontade do/a líder e vice-e-versa. Nesse processo de produção do discurso, no jogo político do discurso, a reversibilidade, essa condição para que o efeito de sentidos entre locutores se estabeleça, é de fato estancada quase que totalmente, visto que pela autoridade do Babalorixá ou da Ialorixá, há um limite quase litigioso da fala. Pela autoridade do/a líder, um silenciamento conduz a ordem dada pela hierarquia. A palavra do/a líder é cheia de poder. Discursivamente, esse funcionamento discursivo remete à interpelação do indivíduo em sujeito e à ilusão da transparência da linguagem:

a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem (ORLANDI, 2015, p. 46).

Ao compreender essa dinamicidade da linguagem que não é transparente, que altera rumos, dispõe novos arranjos sociais e faz entender que tanto os sentidos, em sua historicidade, quanto o sujeito se inscrevem na história. Esse funcionamento também permite compreender o jogo de poder estabelecido pela linguagem que ora submete, ora cria situações de crescimento nas relações de sociabilidade dos sujeitos que formam as comunidades de Candomblé e Umbanda.

Dessa perspectiva, compreendemos que tanto o Candomblé quanto a Umbanda são discursividades de dispersão e de regularização, de esquecimentos, de memória e de cristalizações de sentidos. É no discurso e pelo discurso autoritário, o discurso religioso, que se impõem na ilusão da reversibilidade quando nos atos de suas liturgias. Sabemos, pois, que nesse espaço social, que é o terreiro, acontecem também, em escala menor, os discursos lúdico – que vive da reversibilidade – assim como o polêmico – em que a reversibilidade se dá sob certas condições – onde o efeito de sentidos entre locutores

acontece de maneira mais intensa e sem estancamentos profundos da reversibilidade.

Gestos de análise em torno do “Umbandomblé”

O trabalho de pesquisa se desenvolveu no município de Pouso Alegre localizado na macrorregião Sul de Minas Gerais. A maioria da população do município professa a fé cristã, majoritariamente, o Catolicismo romano. Há uma forte presença de festas e crenças populares largamente embasadas em princípios cristãos, que favorecem a constituição de uma moral solidamente vinculada a determinações religiosas cristãs. Nesse espaço assim constituído de simbologias cristãs, não conseguimos localizar em arquivos nada que remonte à presença de registros de terreiros de religiões de tradição de matriz africana de maneira oficial. Eles estavam presentes, mas “invisíveis”, talvez. Interessante é notar que a Umbanda surgiu, conforme mito de sua fundação em 1908, na cidade de Niterói (RJ). Se partirmos da ideia aceita por muitos autores de que a Umbanda tenha surgido com Zélio Fernandino de Moraes, em 1908, entenderemos este provável apagamento da disseminação do pensamento da Umbanda em Pouso Alegre e região. Entretanto, é provável que as ideias e pensamentos sobre espiritismo já estivessem presentes na região, mesmo que combatidos, e provinham de conceituações do espiritismo kardecista⁴. Quanto ao Candomblé não há registros oficiais. Por isso, talvez, que não haja uma disseminação cultural sobre essa religião no sul de Minas Gerais, o que se percebe nos discursos sobre é certo desconhecimento e um certo preconceito, algo como relacionado à magia negra. São efeitos de sentido de uma discursividade construída historicamente que busca colocar à margem, apagar e silenciar tal manifestação religiosa.

4 O espiritismo kardecista teve mais visibilidade e é fortemente ligado a princípios cristãos e a certos setores da elite social. Seus adeptos possuem uma escolarização maior e, portanto, maiores condições de diálogo e de convencimento.

Frequentando, participando e ouvindo pessoas de seis terreiros com as mais variadas formas de organização e conceituação sobre suas práticas, encontramos uma “mistura” de crenças que formam esse complexo sistema religioso afro-brasileiro. Conforme destacamos anteriormente, Umbanda e Candomblé são religiões muito próximas, mas diferentes em suas essências e que no diferente se convergem. Segundo um dos Babalorixás entrevistados, “são duas coisas que podem andar juntas, mas nunca se misturarem”. Ainda segundo outro adepto da religião, “não há como tocar Candomblé em Pouso Alegre, Candomblé é caro”. Entretanto, em todas as casas visitadas, percebe-se uma simpatia intensa e imensa pelo Candomblé. Há uma mistura de crenças e ritos ora com mais intensidade, ora com menos. E isso é perfeitamente compreensível uma vez que, como afirma Magnani (1991, p. 43), “cada terreiro dispõe e combina à sua maneira elementos de uma rica e variada tradição religiosa”.

Essa configuração das casas, que são autônomas, reflete de certa maneira as ideias de aldeias, de clãs, os *compounds* africanos, onde cada líder é supremo/a e inquestionável. É o/a proprietário/a do espaço e é daí que se estabelece também seu poder. Porém, submetidos às tradições brasileiras, os terreiros dialogam com conceitos cristãos e com o pensamento nagô, isto é, forma de pensar e de agir do povo da etnia iorubá, no que tange à moral e à ética.

Os terreiros visitados, com exceção de uma casa, o Ilê Axé Yemanjá Majé Bassan, única em zona rural, todos são simbolicamente Umbandistas e urbanos. E é constatável o que Birman (1983) aponta sobre formação do espaço umbandista: “não há limites na capacidade do umbandista de combinar, modificar, absorver práticas religiosas existentes dentro e fora desse fluido denominado afro brasileiro” (BIRMAN, 1983, p. 27). Combinar é o verbo que melhor exprime esse universo afro-brasileiro. Cada terreiro, cada casa de santo é uma miniatura de um reino que se orgulha de se estabelecer pela diferença, mantendo, entretanto, uma unidade com outras casas pela essência

religiosa com determinados pontos em comum como, por exemplo, caridade, fé, humildade, mesmo que sejam apenas conceituais. As religiões afro-brasileiras se constituem como “sistemas abertos, múltiplos, ambíguos que buscam elementos em diversas influências religiosas para compor suas práticas diárias” (NOGUEIRA, 2009, p. 43).

E por ser um sistema aberto, diverso e, portanto, múltiplo é que a circulação de discursos, que normalmente vêm pela oralidade, vai constituindo a base de poder e também organizando a hierarquia interna de seus membros que por meio de “gestos de interpretação (...) se constituem no mundo, na história, com seu alcance político” (ORLANDI, 2001b, p. 168). Assim as “versões” (ORLANDI, 2001b) discursivas vão se consolidando e consolidando tradições e modos de ser e ver o mundo de cada terreiro. Cada terreiro se significa para significar para alguém.

A partir da pesquisa de campo nesses espaços frequentados durante o estudo, observamos também o conceito de “rizoma” trabalhado por Deleuze e Guatari (1995) que se mostra muito produtivo para explicar essa dispersão das religiões de matriz africana. Cada terreiro-comunidade se organiza, impõe-se como autônomo e assim vem à tona a noção de direções várias. Há um meio de onde se dispersam não se definindo pelo conjunto. Essa dimensão de dispersão segmenta, transforma, estratifica e desterritorializa (DELEUZE; GUATARI, 1995). Quando pensamos nesta desterritorialização também pensamos em deslocamento discursivo e constituição de outros sentidos possíveis constituídos de memória e historicidade “onde um sítio de significações permanece aberto (...), há a ameaça da proliferação sem limite, a invasão selvagem do empírico no simbólico”, como aponta Orlandi (2001a, p. 95). Os espaços de constituição social dos terreiros de Umbanda e Candomblé em estudo remetem a esse desenvolver de conceitos, isto é, de ressignificação de espaço e sociedade, de dominação e sujeição. São lugares de “repetição e deslocamento. Paráfrase e metáfora”, no dizer de Orlandi (2001a, p. 95).

A partir do estudo realizado, percebemos que há um diálogo muito mais intenso entre a Umbanda e o Candomblé do que podemos imaginar. Há um transitar de conceitos e crenças que se misturam e se redefinem, mesclam-se e promovem um saber discursivo pelo caráter dinâmico da cultura. Como destaca Orlandi (2001a, p. 94), “o discurso pode se apresentar em diferentes versões”. Para a autora,

O interdiscurso (memória) determina o intradiscurso (atualidade), dando um estatuto preciso à relação entre constituição/formulação caracterizando a relação entre memória/esquecimento e textualização. As diferentes formações discursivas regionalizam as posições do sujeito em função do interdiscurso, este significando o saber discursivo que determina as formulações (ORLANDI, 2001a, p. 94).

Desse diálogo entre Umbanda e Candomblé, dessa relação profunda de proximidade aparece, embora negado, a concepção de “Umbandomblé” (CAPONE, 2004). E essa categorização reflete a própria história desses líderes de terreiro que ora são umbandistas, ora são candomblecistas, na sua prática religiosa. É como caminhar com duas sandálias diferentes, mas de formato aproximado. Mesmo na casa de Candomblé de nação, a Ialorixá tem seu culto particular às crianças-entidades ou Erês de Umbanda, assim como a outras entidades. Pode prevalecer ora uma crença ora outra, mas ambas sucumbem à discursividade da liderança do terreiro. A posição-sujeito desses/as líderes transpassa seu próprio limite de crença pessoal/individual para constituir o coletivo.

Compreendemos esse momento como atravessamento do sujeito pela exterioridade e que, situando-se num tempo histórico, é naturalmente trabalhado pela ideologia para significar esse momento. Os sujeitos estão sempre nessa relação de constituição de si mesmo, pela língua e pela história. Eles são sempre interpelados pela ideologia e suas condições socio-históricas estão sempre trabalhando a signifi-

cação e a resignificação discursiva. Se tomamos o discurso também como palavra em movimento, entendemos que essa movimentação afeta o cotidiano e vai compondo a historicidade dos sentidos. Como esses espaços religiosos são trabalhados pelo discurso oral, há sempre um incremento, um reconstituir do que é dado pela língua. O ecletismo representa o conceito de universalidade de crença. A crença é subjetiva e os sujeitos, por sua vez, nessas condições de produção, são marcados pelas suas formações discursivas que resultam na maneira de enxergar o mundo e a vida. Esses/as líderes passam a trabalhar seus conceitos em suas comunidades e vão dando uma identidade a cada espaço onde a fé é explicitada. Assim pelo discurso, pela imposição sutil da vontade do/a líder novos arranjos discursivos vão acontecendo. Parece que o sincretismo deixa de ser visual para ser discursivo, pois agora ele vem pela palavra. Ele vem pela resignificação.

Atravessados pelo interdiscurso, os sujeitos não se dão conta de apagamentos, silenciamentos e esquecimentos que atuam sobre sua memória discursiva e estabelecem o dizer. O dizer do sujeito revela, a sua ideologia, isto é, seu universo de representações simbólicas e crenças. O esquecimento é estruturante do dizer. Dessa ideia de andar junto, de mistura, surge essa relação com o dizer que produz um efeito de negação do que está posto e dado pela prática. São os efeitos das formações discursivas regulando o que pode e deve ser dito e o que não pode e não deve ser dito: “Algo novo irrompe e se mostra na linguagem. É o ponto de encontro entre a memória e a atualidade”, como nos esclarece Domingues e Carozza (2013, p. 154). Na instabilidade que constitui o sentido, os acontecimentos vão se historicizando. E nesse encontro entre memória e atualidade surge o “Umbandoblé”. Negado enquanto palavra “a palavra em si, Umbandoblé, não existe (...)”, afirma nosso entrevistado C. Mas tal prática está aí em funcionamento e quando vem pelo discurso vem carregada de sentidos. Vem carregada de memória. Discurso em dispersão. Em (re)formulação.

Nessa perspectiva, pode-se entender o “Umbandoblé” como mais uma ramificação “rizomática” (ANJOS, 2006) desse universo religioso afro-brasileiro. Essa ressignificação do Candomblé e da Umbanda está redefinindo percursos. É uma nova leitura que se faz na atualidade, num mundo congestionado de informações, de revoluções dos costumes, de busca de igualdade e de revisão da história. O acesso ao conhecimento, a entrada de adeptos/as com outras formações faz com que haja retomadas discursivas e, nesse funcionamento, se dá então a tensão entre as diferentes concepções. É na tensão histórica que o novo se irrompe. Se há quem busca um retorno africanista ou a uma volta à Umbanda “original”, há também quem vai trilhando novos rumos que também podem ser interpretados como mecanismo de resistência num mundo globalizado. A criatividade é ilimitada nos terreiros. E também é ilimitada para os/as adeptos/as já que pela fé se incluem e pela sua ausência se excluem. Submetem-se a essa discursividade de maneira peculiar.

Assim compreendemos que, se num passado distante, com a chegada da cultura negra às terras brasileiras, havia uma vontade de se instaurar um modelo de ritual que ficara em África, num processo de adaptação, surge, como nos diz o entrevistado B, “um culto adaptado”. Entende-se assim que os orixás passaram por um processo de “retropicalização cultural/cultural: pois não há como manter a África no Brasil. Adaptar para sobreviver, da mesma que resistir é historicizar(se). Assim, percebe-se os sujeitos e os sentidos em movimento. Nesse movimento da história, os sentidos são postos em funcionamento pela oralidade, pois entendemos que as palavras “são sempre as mesmas, mas ao mesmo tempo sempre outras” (ORLANDI, 2015, p. 34), a polissemia entrou em funcionamento e estabeleceu a ruptura. Nesse contexto entre passado e presente, instaura-se um discurso que reclama um novo espaço. E esse espaço é o espaço do “Umbandoblé”: uma segunda retropicalização dos já brasileiros cultos africanos: nova ruptura. Para Prandi (1996), o “Umbandoblé” é “Categoria de transi-

ção” que materializa, na contemporaneidade, o efeito de fusão entre o Candomblé e a Umbanda.

A Umbanda, que ora se distanciara do Candomblé, agora se aproxima e encontro nele sua afirmação enquanto campo místico. Reposicionamento num mundo capitalista pragmático que exige aprimoramento o tempo todo em todas as áreas e que conseqüentemente também afetou essas religiões. Dessa confluência de discursos nasce outra perspectiva religiosa, abre-se um outro espaço de significações para o já prolixo universo das religiões de matriz africana no Brasil: o “Umbandomblé”. Ele vem entendido em diferentes manifestações de linguagem. Quando se fala em “umbanda cruzada” (entrevistado C), já está posta a constituição de uma nova filiação discursiva, tal como “podem andar junto, mas separadas”, como afirma o entrevistado B. Mas afinal, onde começa uma e onde termina (começa) a outra?

O “Umbandomblé”, enquanto terminologia é, na maioria das vezes, negado: “a palavra em si, umbandomblé, não existe” (entrevistado C). Mas sua prática parece estar inscrita no cotidiano dos espaços pesquisados. Os/as adeptos/as são/estão alheios a essa categorização de espaços discursivos. São fusões reais que estão separadas apenas no plano ideológico dos/as líderes religiosos/as. Essa discursividade atesta a ilimitada capacidade de criatividade dos umbandistas e dos candomblecistas. Esses terreiros, como espaços de resistência alocados pela história e construção da história, refletem o posicionamento e a busca por identidade no grupo social ao qual pertencem. Quando observamos o termo cruzada, compreendemos cruzamento como “articulação”, mistura de um com outro, espécie de fusão. Quando o entrevistado C coloca que “na umbanda cruzada se (*sic*) existe orixá, na umbanda branca não existe, o orixá da casa vai ser o preto-velho ou o caboclo”; portanto, é nesse cruzamento que se dá a discursividade do “Umbandomblé. Negado como forma ritual, mas aceito como possibilidade de um rompimento da forma tradicional de entender essas religiões. É nessa possibilidade que ele se instala:

“Na umbanda cruzada que no caso é o que você me perguntou umbandomblé, a palavra em si não existe, você trabalha na Umbanda e se apega e se reforça no Candomblé pega uma força maior por causa dos cortes, a menga, o sangue que é dado para o orixá” (Entrevistado C).

Temos aqui um lapso, uma falha quanto à definição do termo “Umbandomblé”, isso atesta como a língua está sujeita ao equívoco. Negado enquanto existência do termo, mas dito e carregado de significação, isto é, o termo significa para quem o diz, revela uma forma de culto e de expressão, de algo que se impõe: o cruzamento ritualístico e, por consequência, outros processos de significação das religiões afro-brasileiras, como podemos observar no fragmento abaixo:

Eu trabalho tanto com a umbanda e o candomblé, e são de raízes africanas, um pouco menos a umbanda, tem raízes como o candomblé. Elas são muito alvejadas e discriminadas, mas acho que por conta disso acabaram se unindo e acho que a mistura é que cada uma é muito diferente uma da outra, podem andar junto? Pode! Desde que não se misture, para não virar uma bagunça. Agora, o porquê dessa mistura não vou conseguir lhe explicar. Não existe (umbandomblé). Na verdade isso não existe, né, porque você é uma coisa ou outra” (Entrevistado B).

Aparece outra vez a negação do “Umbandomblé”, mas ele está presente, quando se admite a mistura e não se sabe explicar o porquê. É o inconsciente funcionando em suas redes de significância discursiva. É o ideológico funcionando pela língua. Alguma coisa diz antes, a memória funcionando em seu contexto socio-histórico, pois alguma coisa “fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2015, p. 29). O sentido já existe, está constituído, formulado e já circula. O que há é uma resistência ao termo “Umbandomblé”, uma vez que ele provavelmente desconstrói algo que já está posto e requer reconhecimento.

Essa aproximação entre as duas religiões criando uma terceira via revela uma resistência pela história: a Umbanda que num determinado momento histórico quis o afastamento do Candomblé de sua tenra história, agora convoca essa aproximação: necessidade de resistência relacionada ao momento social e cultural do país (mercadológico, cultural, religioso, histórico?) Unir para não acabar; já que as religiões neopentecostais oferecem praticamente serviço teológico milagroso. “Andar junto” para uma retomada de posição da fé, uma ponta nesse “rizoma” que vai para todos os lados nesse terreno fértil que é a crença e o “misticismo” da sociedade brasileira.

| Considerações finais

A partir deste estudo, podemos compreender que o “Umbandoblé” em si mesmo nada tem de novo. Trata-se de mais uma releitura, mais uma interpretação via linguagem oral, uma (re) adaptação que se vai consolidando.... Pois quando há um discurso que se põe, que se constitui, que se formula e circula é por que a significação já funcionando na história e na memória. Os sentidos já estão postos e já trazem a ideia de proximidade entre posições que se dizem diversas e, de fato, tem suas diversidades, mas que também se aproximam. E é pela aproximação que vai se constituindo o “Umbandoblé. Assim, vai se criando, inegavelmente, novos dizeres e esses dizeres vão se consolidando e se regularizando discursivamente, função da paráfrase. Não há como escapar a essa formação discursiva que se constitui e que se torna a base desses novos dizeres.

Cabe destacar novamente que nessas religiões de matriz africana não há códigos escritos, fundantes. Tudo funciona pela oralidade e pelo místico. Ora é a discursividade em torno do caboclo representativo dos primeiros brasileiros, ora é aquela do velho negro escravizado, ora é a irrupção de sentidos que restaura o discurso da sexualidade sem os pudores do discurso cristão representado pela figura da pom-

bagira, ora é a discursividade dos/sobre os orixás buscando explicar a realidade. Discursividades que vem pelo apagamento de certas significações, porque se ressignificam o tempo todo. Funcionamento constitutivo da oralidade: alguma coisa se perde e alguma coisa se acrescenta. Essas religiões funcionam nos e pelos sincretismos interpretados como adaptação e como espaços de regularização/regulação discursiva afetados pelas condições históricas, constituídos pela historicidade ressignificando-os o tempo todo. Assim alguns discursos se regularizam enquanto outros dispersam. Algo dispersa e, na dispersão, outra regularização vai se constituindo: o Umbandomblé que não tem sua marca religiosa definida, mas está neste entre-dois dos espaços de significação, coabitando e ressignificando a fé. O “Umbandomblé” está, pois, no entremeio do Candomblé e da Umbanda. Trata-se de um espaço discursivo que conecta e coloca em relação de hibridismo as noções e práticas religiosas de matriz africana ampliando as fronteiras da fé.

Referências

- ANJOS, J. C. G. dos. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Fundação Cultural Palmares, 2006.
- BIRMAN, P. **Fazendo estilo criando gênero**: estudo sobre a construção religiosa da possessão e da diferença de gênero em terreiros de umbanda. Rio de Janeiro: Relumê Dumará; EdUERJ, 1995.
- BIRMAN, P. **O que é Umbanda**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CAPONE, S. **A Busca da África no Candomblé**: Tradição e Poder no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas. 2004.
- DELEUZE, G. S.; GUATARRI F. **Mil Platôs**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DOMINGUES, A. S.; CARROZZA, N. G. História oral, Discurso e Memória. **Revista Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v.17, p. 141-161, 2. sem. 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/9883>. Acesso em: 23 nov. 2022.
- MAGNANI, J. G. C. **Umbanda**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

- NOGUEIRA, L. C. **Umbanda em Goiânia**: das origens ao movimento federativo (1948-2003). Dissertação – Mestrado em História. Goiânia: UFG, 2009.
- ORLANDI, E. P. **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2003.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2010.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes. 2015.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: formação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes Editores. 2001a.
- ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001b.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PAYER, M. O. **Educação Popular e Linguagem**: reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PAYER, M. O. **Memória da Língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F. HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990; 1969. p. 61 – 161.
- PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2002.
- PECHEUX, M. O papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* (orgs.). **Papel da Memória**. Tradução de José Nunes. Campinas: Pontes Editores, 1999. p. 49-58.
- PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M (T. Hebert/1966). Cahiers pour l'analyse. tradução "Observações para uma teoria das Ideologias", **RUA**, n.1., Labeurb, Campinas, 1995.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. **A Língua inatingível**: o discurso na história da Linguística. Tradução de Bethania Mariani, Maria Elizabeth Chaves de Melo. Campinas: Pontes Editores, 2004.

PRANDI, R. De africano a afro-brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 46 p. 52-65, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32879>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PRANDI, R. Exu: de mensageiro a diabo: sincretismo católico e demonização do Orixá Exu. **Revista USP**, São Paulo, n. 50, p. 46-65, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35275>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PRANDI, R. **Herdeiras do Axé**. São Paulo: Hucitec-USP, 1996.

PRANDI, R. Hipertrofia ritual das religiões afro-brasileiras. In **Rev. Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 56, p. 77-88, mar. 2000. Acesso em: 23 nov. 2022.

PRANDI, R. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRANDI, R. Modernidade com feitiçaria: candomblé e umbanda no Brasil do século XX. *Tempo Social*. **Rev. Sociologia**. São Paulo: USP, v. 2, n.1, p. 49-74, 1. sem. 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84787>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PRANDI, R. O Brasil com Axé: Candomblé e Umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 45-68, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300015>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PRANDI, R. **Os candomblés de São Paulo**: a velha magia na metrópole nova. São Paulo: Hucitec-USP, 1991.

PRANDI, R. Referências das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. In: CAROSO, C., BACELAR, J. (orgs.). **Faces da tradição afro-brasileira**: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 2006.

PRANDI, R. Religião Paga. Conversão e serviço. **Rev. Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo. n. 45, p. 65-77, jul., 1996. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000910035>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SANTOS, S. S. B. Pêcheux. *In*: OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do Discurso: perspectivas teóricas**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p.209-233.

SOUZA, T. C. Gestos de Leitura em línguas de oralidade. *In*: ORLANDI, E. P. (org.). 2. ed. **A Leitura e os Leitores**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p.155-170.

|| C A P Í T U L O 9 ||

Análise do Discurso e Ontologia marxiana

Belmira Magalhães¹

Helson Flávio da Silva Sobrinho²

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante³

| Considerações iniciais: abrindo campos de questões

Longe de fornecer resultados, essa intervenção consiste, sobretudo, em **abrir campos de questões**, em dar trabalho à Linguística em seu próprio domínio e sobre seus próprios “objetos”, por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: as ciências das formações sociais. (PÊCHEUX, 1988, p. 90, grifos do autor).

Este texto foi escrito a convite do Grupo de Estudo em Análise do Discurso (GrAD-Ufal), a quem agradecemos imensamente a oportunidade de participação nesta importante obra, que nos possibilita estabelecer diálogos teóricos e políticos profícuos que podem forta-

-
- 1 Doutora em Letras, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). E-mail: brcmagalães@gmail.com
 - 2 Doutor em Linguística, professor/pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Pesquisador CNPq. E-mail: helsonf@gmail.com
 - 3 Doutora em Linguística, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). E-mail: mdosaoc@gmail.com

lecer ainda mais nossa Linha de Pesquisa “Discurso, sujeito, história, ideologia”, no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/Ufal).

Diante do chamamento para compor um capítulo do presente livro, resolvemos escrever também como Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon-Ufal). Nosso propósito aqui é apresentar um curto ensaio com o objetivo de ressaltar a articulação entre a Teoria materialista do discurso, de Michel Pêcheux, e os estudos que desenvolvemos, filiados à perspectiva marxiana, especialmente aos textos de Karl Marx e György Lukács⁴.

Marx (1818-1883), com certeza, dispensa apresentação, mas Lukács ainda carece de algumas informações preciosas para que o/a leitor/a possa compreender um pouco como vêm se dando nossas investidas científicas e políticas que articulam a Teoria materialista do discurso e a Ontologia marxiana. De modo breve, podemos dizer que Lukács (1885-1971) é um filósofo húngaro que se especializou no legado deixado por Marx e Engels, e produziu, ainda que de maneira inconclusa, uma ontologia do ser social. Ou seja, realizou um estudo aprofundado sobre o ser social em sua gênese e transformação, apreendendo-o no processo dinâmico e contraditório de sua radical historicidade.

Seguramente, já podemos compreender que se trata de um autor complexo, polêmico e até controverso; apesar disso, consideramos Lukács como um filósofo muito necessário para compreender o sujeito histórico, as relações sociais, as práticas ideológicas e as discursividades na atualidade, pois:

Não basta simplesmente se dizer materialista para esclarecer nossas posições; é preciso tomar partido pela AD, e dentro da AD é preciso tomar partido pelo materialismo. Nesse ponto, consideramos que a inscrição no materialismo tam-

4 Florêncio *et al.* (2009); Cavalcante (2017); Silva Sobrinho (2018).

bém poderá vir da perspectiva ontológica marxiana. Eis um dos desafios a que nos propomos (SILVA SOBRINHO, 2018, p. 68).

Portanto, para o presente texto, caminharemos da seguinte maneira: primeiramente, faremos uma discussão sobre a concepção de **Trabalho**⁵ (no sentido ontológico) em Marx e Lukács, como categoria fundante do ser social. Em seguida, refletiremos sobre a concepção de ideologia e, mais adiante, teceremos uma análise discursiva articulando a AD de Pêcheux em diálogo com a perspectiva marxiana. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais, não no sentido de encerrar o debate, mas na direção de, necessariamente, fechar o texto, porque nossa pretensão é continuar a abrir campos de questões, e não encerrar essa possibilidade.

| O Trabalho e o ser social

No Materialismo de Marx e Engels (2004) e Lukács (2013), o conceito de Trabalho é fundamental para se entender a relação do Trabalho humano em seu caráter emancipatório (fundante do ser social) e, ao mesmo tempo, em seu caráter abstrato (nas sociedades de classes). Assim, compreender o complexo do trabalho e as diferentes posições de classes é, para nós, condição essencial para se analisar o **Discurso**⁶, objeto que Michel Pêcheux trouxe como necessário para os estudos da linguagem.

O Trabalho é compreendido pelo materialismo histórico-dialético como fundante da práxis social (de toda sociabilidade). Vejamos,

5 Destacamos a palavra Trabalho com inicial em maiúscula para tentar diferenciar do que Marx vai chamar de Trabalho (produtor de valor de uso) e trabalho abstrato (material e imaterial) nas sociedades de classes, particularmente na sociedade capitalista. Muitas vezes, quando falamos em Trabalho no sentido ontológico, há certa confusão por conta da própria forma de ser da sociedade capitalista e dos modos de vivenciar e significar o que é trabalho na vida cotidiana. Para maiores aprofundamentos, sugerimos a leitura do livro de Lessa (2002).

6 Estamos dando ênfase ao Discurso, aqui também com inicial maiúscula, para diferenciar o Discurso (objeto de pesquisa) do que se entende por discurso na vida cotidiana: fala, oralidade, pronunciamentos etc.

na citação que segue, como Marx e Engels (2004) explicam bem esta concepção ontológica:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo o que se queira. No entanto, eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse salto é condicionado por sua constituição corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2004, p. 44).

Como vimos nesse enxerto, “pode-se distinguir os homens dos animais” por variadas questões, mas para o materialismo histórico e dialético, a diferença fundamental entre o homem e o animal se dá quando ele “começa a **produzir** seus meios de existência”. Este ato de produzir é o que Marx, Engels e Lukács chamam de **Trabalho**. Ou seja, é a condição insuperável da existência humana, da produção material da própria vida, e isso ocorre independentemente de todas as formas sociais, pois o Trabalho estabelece uma relação metabólica entre o homem (sociedade) e a natureza. É uma questão vital para o ser social, uma determinação concreta de existência.

Podemos acrescentar que ao realizar o Trabalho, o ser social se transforma, pois não realiza sua reprodução como os animais; isso significa dizer que, diferentemente dos outros seres (inorgânico e orgânico), o ser social faz história. Neste ponto, precisamos ressaltar que com o Trabalho se produz um salto ontológico do ser natural para o ser social. É nessa perspectiva que Lukács (2013), em sua obra *Para uma ontologia do ser social*, nos mostra que o Trabalho é o modelo (protoforma) de toda práxis social.

Lukács esboça uma excelente explicação de por que se considera o Trabalho como fundante do ser social. A citação que segue é extensa, mas consideramos imprescindível para o presente texto e para a compreensão das questões de fundamento da perspectiva marxiana.

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da socialidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar desse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. **A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido.** Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas **antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social** (LUKÁCS, 2013, p. 43-44, grifos nossos).

Muitas vezes, em nossas pesquisas, nos deparamos com essas questões: por que o Trabalho é fundante do ser social? A confusão parece se dar diante da dificuldade de levarmos em consideração que o Trabalho é um complexo no qual se acham incluídas também linguagem, consciência, ideologia e relações sociais. Em outras palavras, sociabilidade, sujeito e linguagem têm sua gênese no complexo do Trabalho.

É preciso salientar, ainda, que estamos tratando do Trabalho no sentido de produtor de objetos com valores de uso no intercâmbio do homem com a natureza. Não estamos falando ainda das sociedades mais complexas, divididas em classes sociais e com antagonismos inconciliáveis. Estamos tomando o Trabalho como fundante do ser so-

cial, no qual o ser social, ao intervir na causalidade, cria o novo e também se modifica, se transforma, faz história.

Como não teremos espaço neste texto para aprofundar mais a questão do Trabalho como fundamento do ser social, estamos apenas lançando pistas da nossa compreensão como um grupo de pesquisa que leva em consideração a constituição do ser social, do gênero humano em sua universalidade, singularidade e particularidade na relação com a natureza e na produção da história. Para Marx e Lukács, o ser social é radicalmente histórico.

Dizer sobre a radicalidade do ser social significa dizer sobre a historicidade do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e da relação entre objetividade e subjetividade nas diferentes formações sociais (escravista, feudal, capitalista)⁷.

Antes de avançarmos para o próximo ponto, que trata da questão da ideologia, é preciso ressaltar que na sociedade capitalista (regida pela propriedade privada, pela divisão e exploração do trabalho na produção de mercadorias), passamos a nos referir ao trabalho no seu sentido abstrato (produtor de mais-valia). Nessa perspectiva, o trabalho, segundo Marx (2004), manifesta-se como trabalho alienado/estranhado, tem caráter opressor, produz sofrimento e mortificação, inviabiliza a criatividade e desumaniza o ser social.

| Ideologia e ser social

Como visto anteriormente, a categoria fundante do ser social é o Trabalho, entendido não como forma de alienação/estranhamento, senão como meio de construção do complexo do ser que faz história. É através do Trabalho que o ser social se distancia dos outros seres e se humaniza, gerando algo completamente novo. Daí falarmos em salto ontológico. Enquanto aqueles (seres da natureza) buscam adaptar-se

⁷ Importa destacar que estas formações sociais não “evoluíram” de modo linear, nem ao mesmo tempo, nem de modo igual na história. O processo é sempre contraditório e desigual.

à sua própria natureza para sobreviver, o ser social modifica a natureza para atender a suas necessidades. Este ato é realizado conscientemente e consiste num ato teleológico.

Quando falamos de teleologia estamos falando de “finalidade”; dizendo de outro modo, o ser social põe finalidade, planeja suas práticas. No entanto, precisamos ressaltar que isso não implica dizer que a história tenha uma teleologia, ou seja, um “fim em si mesmo”, já que isso seria cair no idealismo e romper com o materialismo de Marx e Engels. Quando discorremos sobre o pôr teleológico, entendemos que a subjetividade pode atuar sobre a objetividade. Só o ser social é capaz de preestabelecer um fim para seus atos e prever algumas consequências, ainda que não tenha o total controle do que produz.

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2011, p. 25).

Essas posições teleológicas, de acordo com seu nível de complexificação, são denominadas por Lukács de “primárias e secundárias”. As primárias referem-se às ações do ser social sobre a natureza, com o objetivo de transformá-la para atender às necessidades de sua sobrevivência (comer, abrigar-se, proteger-se dos fenômenos naturais etc.). Em outras palavras, o gênero humano, a partir da observação da realidade objetiva, planeja previamente como vai interagir com a natureza para atingir seus objetivos; cria ferramentas e determina como usá-las. Nesse processo, novos conhecimentos são produzidos, e novas relações sociais – que ainda não eram necessárias – passam a existir. Daí a historicidade das práticas sociais.

Chamamos atenção para o fato de que essas relações demandam que o ser social desenvolva atividades que não estão mais tão direta-

mente relacionadas com o Trabalho de intercâmbio com a natureza. Fazem-se necessárias, então, teleologias que atuem sobre o próprio ser humano (sobre as consciências)⁸.

Essas ações sobre as outras subjetividades são chamadas de posições teleológicas secundárias. São assim denominadas não porque sejam menos importantes que as primeiras, mas sim porque destas resultam. Uma vez que surgem novas necessidades postas, em decorrência da interação do homem com a natureza, surge a necessidade de agir sobre as subjetividades para que o que foi planejado seja efetivado em determinada direção e não em outra.

Nesse sentido, as teleologias secundárias orientam as ações dos homens entre si, induzindo-os a assumir posições de mando; de subordinação; de cooperação; de contestação; de adesão; de resistência ante as situações postas numa determinada formação social. O objetivo da teleologia secundária é, pois, influenciar outros homens em sua tomada de posição em face de problemas surgidos na realidade concreta.

Em síntese, a partir do conhecimento da realidade objetiva e da necessidade de tornar seu trabalho cada vez mais eficiente, o ser social precisou interagir, ou seja, agir sobre outras subjetividades, buscando convencê-las de que as necessidades postas seriam de interesse geral.

É daí que surge a **ideologia**⁹. Ou seja, nos deparamos com a gênese da ideologia que está imbricada na concretude do complexo do Trabalho. Nessa perspectiva, na esteira de Lukács (2013), ideologia e existência social (em qualquer nível de desenvolvimento) são realidades inseparáveis. Isso quer dizer que não existe ser social sem ideologia e vice-versa, pois “onde quer que se manifeste o ser social, há pro-

8 Vale salientar que quando falamos de consciência, estamos falando de subjetividade, sem desprezar a existência do inconsciente. Cf. (MAGALHÃES; CAVALCANTE, 2019).

9 Existem trabalhos de outros teóricos marxistas acerca do referido tema. No entanto, neste trabalho, apresentaremos reflexões acerca do conceito desenvolvido por Lukács, em sua obra *Para uma ontologia do ser social*.

blemas a resolver e respostas que visam à solução destes” (LUKÁCS, 1989, p. 419 apud VAISMAN, 2010, p. 43).

Vale ressaltar, contudo, que essas respostas serão diferentes, de acordo com as posições assumidas pelos sujeitos, em função das posições ideológicas, com relação à luta de classes em determinada conjuntura histórica. Isso porque “os homens respondem – mais ou menos conscientemente, mais ou menos corretamente – às alternativas concretas que lhes são apresentadas a cada momento pelas possibilidades do desenvolvimento social” (LUKÁCS, 2013, p. 122).

Tomando como exemplo a questão do desmatamento da Amazônia, sabemos que se trata de um problema para o qual é necessário buscar respostas urgentes. Essas respostas serão diferentes se pensadas no âmbito do agronegócio; na perspectiva dos povos originários (índigenas); nas ações dos ativistas e defensores do clima, ou ainda, bastante diferentes para o sujeito revolucionário que visa superar a sociedade capitalista. Essas diversas respostas, para nós, baseadas em diferentes interpretações¹⁰, se dão porque os diferentes sujeitos assumem posições distintas em função dos lugares materiais (e ideológicos) em que estão e se reconhecem (ou não) nas diferentes classes sociais.

Cabe ainda destacar que Lukács (2013) define a ideologia em dois sentidos: amplo e estrito. Em sentido amplo, é definida como “complexo da vida social, fundado no trabalho; veículo de conscientização e prévia ideação da prática social dos homens” (LUKÁCS, 2013, p. 465). Assim, a ideologia manifesta-se no cotidiano: nas relações familiares, econômicas, religiosas e em todas as formas de realização: intelectuais, políticas, artísticas, entre outras.

Em sentido estrito, a ideologia se constitui nas relações de classe cujas percepções da realidade são diferentes, logo os interesses são radicalmente antagônicos. Assim, seu surgimento implica a existência de estruturas sociais em que grupos, castas, classes sociais antagôni-

¹⁰ Estamos aqui nos aproximando da Análise do Discurso.

cas e inconciliáveis buscam impor seus interesses particulares como sendo de interesse universal.

Em nossa leitura, **a ideologia se materializa no discurso** – aqui entendido como práxis social – e funciona para mediar os conflitos de uma determinada sociedade, contribuindo para a manutenção ou para a ruptura da lógica social vigente, a depender das posições ideológicas assumidas pelos sujeitos do discurso e das condições materiais de produção e reprodução (transformação) da sociedade.

Para realizar essa compreensão e articulação entre ideologia e discurso, baseamo-nos em Lukács e em Marx quando dizem que a ideologia age nos conflitos sociais, pois as formas ideológicas (jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas etc.) fazem com que os homens tomem consciência dos conflitos e, a partir daí, os conduzam até o fim (possíveis e impossíveis resoluções) (MARX, 1996, p. 52).

Nesse sentido,

[...] o discurso não é uma construção independente das relações sociais, mas, ao contrário, o fazer discursivo é uma práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitaram sua objetivação. Pêcheux enfatiza esse fato em todos os seus textos, ao submeter a formação discursiva às formações ideológicas que, por sua vez, expressam as contradições de classes antagonicas da sociedade (MAGALHÃES; CAVALCANTE, 2019, p. 140).

Mais uma vez, é preciso ressaltar que a articulação dessas formas ideológicas com o discurso deve ser compreendida na relação dialética com a base material. Pois, “não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1996, p. 52). Dizendo de outro modo, são as contradições da vida material que, em última instância, determinam

o pensar – no caso em estudo, determinam as discursividades da/na sociedade capitalista.

| **Discurso e práxis social**

Neste subitem, vamos falar um pouco mais sobre a relação do discurso com a práxis social. Como dissemos, temos uma filiação na perspectiva de Michel Pêcheux que destaca a importância de relacionar o dizer com suas condições de produção. Nessa direção, reafirmamos o discurso na mediação das práticas dos sujeitos, sua relação com as ideologias em jogo numa determinada conjuntura histórica e com a produção de sentidos marcados pela historicidade em suas imbricações contraditórias na totalidade de uma formação social.

A formação social, por sua vez, materializa, em suas lutas de classe, as Formações Ideológicas que se expressam nas Formações Discursivas; estas, por seu turno, materializam-se mais concretamente em linguagem por meio do cruzamento entre o interdiscurso (já-dito) e o intradiscurso (o dito aqui e agora).

Sabemos que a questão é complexa, mas tem fundamento no que Pêcheux (2002) anota:

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 2002, p. 56).

Consideramos que desde o início de sua proposta, Pêcheux (1988) elege como objeto o discurso e traz o materialismo histórico e dialético (com a concepção de história, ideologia e lutas de classes) como algo fundamental para as análises discursivas. Assim, os estudos

até então limitados a uma Linguística da língua passam a considerar sua dualidade constitutiva, isto é, seu caráter, ao mesmo tempo formal e atravessada pelo social, cuja materialidade funde-se à materialidade da história e opera nas relações sociais.

De nossa parte, compreendemos que a relação constitutiva da língua com a história se dá a partir do surgimento da linguagem, que também possui um estatuto ontológico porque tem sua origem no Trabalho, sendo, pois, constituída e constituinte das relações sociais.

A linguagem (discurso) é a condição para que seja possível captar a realidade e agir sobre ela.

Desde o começo pesa sobre “o espírito” a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que aqui se apresenta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, ou seja, de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens e que, assim existe igualmente para mim; e a linguagem surge como a consciência da incompletude, da necessidade dos intercâmbios com os outros homens (MARX; ENGELS, 2004, p. 56).

Assim, as análises das discursividades devem partir das relações sociais, de suas condições de produção, já que a história (a sociabilidade) será a base do funcionamento da linguagem, que, por sua vez, materializa os referidos discursos, produzidos por sujeitos, nas diferentes formas de organização do trabalho (no caso em estudo, no trabalho como este se realiza na sociedade capitalista: trabalho assalariado).

Para exemplificar o que temos dito até agora, trazemos a última reforma da educação brasileira, que estabelece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica.

A educação brasileira, da colônia aos dias atuais, caracteriza-se como um campo de permanentes disputas de interesses políticos e ideológicos, uma vez que sempre foi um importante dispositivo de regulação para o projeto de sociedade das classes dominantes. Por ser uma atividade especificamente humana, a educação – seja em sentido lato ou restrito – implica intervenção, o que se dá sempre no âmbito das relações sociais.

Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (FREIRE, 1996, p. 98).

Assim, seu objeto é a sociedade; seu objetivo é a manutenção ou a transformação de um determinado modo de produção, de acordo com a correlação de forças materiais e ideológicas, em permanente confronto, no seio dessa mesma sociedade. Em suma, a educação é também um complexo social que, ontologicamente, deriva do Trabalho.

Nessa perspectiva, o complexo da educação está articulado às formas de reprodução de uma determinada sociedade; no caso em estudo, na reprodução da sociedade capitalista em crise estrutural. Por isso, os objetivos, sentidos, sujeitos da/na educação mudam na processualidade histórica.

Direcionando nosso olhar para a BNCC, é preciso dizer que ela teve o início de sua elaboração no primeiro semestre de 2015, ainda no governo Dilma, e contou com duas versões até o governo Temer aprovar a terceira, no fim de 2017. Recortamos no *site* oficial do Governo Federal uma parte do pronunciamento do à época ministro da Educação, Mendonça Filho: “com a BNCC, **o Brasil se alinha**

aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo, que já se organizam em torno de uma base comum¹¹.

Podemos sustentar nossa análise mostrando que no *site* oficial do Governo Federal, afirma-se que o processo de elaboração do documento foi “democrático”¹², com o envolvimento de educadores e sociedade. No entanto, na sua última versão, o referido documento não contou com a participação de educadores comprometidos com a educação pública, mas sim com a Unesco, Instituto Unibanco, Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, entre outros. Esses, a nosso ver, expressam os interesses de reprodução do capital.

Retomando a afirmação da instituição governamental de que “com a BNCC o Brasil se **alinha** aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo”, constatamos o funcionamento da ideologia capitalista ultraneoliberal, que busca convencer estudantes e educadores comprometidos com a educação pública de que a BNCC atende aos interesses de “todas as classes”. No entanto, o que a referida reforma fez foi adequar a educação da classe trabalhadora às necessidades iminentes à reprodução do capital em crise e aos interesses do Estado burguês.

Como compreendemos que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1988, p. 92), podemos dizer que os sujeitos (de classe) do discurso oficial que dizem sobre a BNCC produzem sentidos, a partir do lugar da classe dominante (capitalista), destinando à classe trabalhadora uma formação superficial e aligeirada, tornando o trabalhador mais vulnerável ao processo

11 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=58541>. Acesso em: 15 jun. 2023.

12 Estamos utilizando aspas na palavra “democracia” porque é preciso questionar sua opacidade e, assim, chegar à raiz da questão de que se trata de uma democracia nos limites regidos pelo capital.

de exploração de sua força de trabalho ao tempo que reforçam as atuais relações de dominação e exploração¹³.

O Estado burguês, um dos pilares inelimináveis do sistema capitalista, implanta a referida reforma cujos objetivos (não declarados) são: favorecer o aligeiramento e a fragmentação, oferecendo uma educação com um mínimo de conteúdo, impedindo os estudantes de ter acesso aos bens científicos e culturais produzidos pela humanidade.

Sublinhamos o verbo “alinhar”, pois ele joga com a opacidade da linguagem, efeito da ideologia. A relação é entre o Brasil (e o mundo), que vai se “alinhar/igualar/copiar/reproduzir/sintonizar com os modelos educacionais tidos como os “melhores e mais qualificados”. Novamente, é o funcionamento da ideologia dominante agindo sobre a dominada. A classe capitalista exige “ajustes” na educação brasileira para continuar a reproduzir a lógica do capital, a reproduzir “mão de obra” para compor os espaços de trabalho da sociedade burguesa. Leia-se: “alinhar” o sistema educacional do Brasil com o “melhor” e mais “qualificado do mundo” (burguês). Não se trata, pois, de uma educação para além do capital, como diria Mészáros (2005).

Em nossa análise, estamos articulando dialeticamente o processo de vida material (econômico e educacional) aos processos discursivos. Trata-se de um gesto ontológico. Mobilizamos como fundamento de nossas análises a ontologia histórico-materialista de Marx e Lukács com a proposta de análise materialista do discurso, para buscar o caráter material de sentido (PÊCHEUX, 1988).

Como se pode ver, nosso gesto teórico e analítico é também um gesto político, pois está comprometido com a classe trabalhadora. Dizer isso não invalida nossa prática científica, pois consideramos que a perspectiva marxiana é a mais avançada para compreender a atualidade da crise e da exploração do trabalho que se dão na sociedade capitalista e lutar por sua transformação revolucionária (TONET, 2013).

13 Cf. Silva Sobrinho; Araújo; Araújo (2023).

Para Marx, a classe burguesa é hoje uma classe conservadora (reacionária) que busca, a todo custo, reproduzir sua dominação. Assim, só a perspectiva da classe trabalhadora exige ir à raiz das questões com radicalidade. É nesse sentido que consideramos necessário dialogar cada vez mais com o materialismo de Marx e Lukács, pois ele nos ajuda a compreender como a sociedade capitalista, suas relações econômicas, políticas e ideológicas se manifestam nas discursividades. Isso é fundamental para seguirmos dando passos que visem à superação da lógica capitalista.

Considerações “finais”: ainda abrindo campo de questões

O sentido é socialmente construído pelo homem para o homem, para si e para os seus semelhantes; na natureza, é uma categoria que não existe de modo algum, portanto nem sequer como negação de sentido. Vida, nascimento, morte estão, enquanto fenômenos da vida natural, livres de sentido, não são nem significativos nem insignificantes. Só na medida em que o homem, em sociedade, procura um sentido para a sua própria vida e essa aspiração fracassa, surge também o seu oposto, o sem sentido (LUKÁCS, 2013, p. 113).

Em nossa leitura, é possível entender que o fundamento do ser social é o Trabalho, ou seja, o intercâmbio entre a natureza e a sociedade em sua reprodução social. Contudo, na sociedade capitalista, o trabalho se realiza pela alienação/estranhamento, pela extração da mais-valia, pelo sobretrabalho ou trabalho não pago, porquanto nela domina a lógica do lucro em detrimento do humano. É nessa direção que consideramos que Marx, Lukács e Pêcheux criticaram a sociedade capitalista em busca de sentidos revolucionários.

Citando Pêcheux (1988), trazemos, por fim, duas assertivas importantíssimas para as nossas considerações finais:

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobretrabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história [...]. E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico. (PÊCHEUX, 1988, p. 302).

A nosso ver, Pêcheux vai à raiz das questões: exploração, sociedade, sujeitos, sentido, revolução. É certo que essa articulação teórico-política continua em aberto e, como dissemos no início deste texto, nossa proposta é continuar abrindo um campo de questões. Por ora, podemos dizer que a articulação que fizemos enriquece nossa compreensão de sujeito, de linguagem, de ideologia e de história enquanto processo revolucionário.

Pensamos que a AD necessita continuar a fazer análises que levem em consideração o caráter material do discurso, do sujeito e da história. Isso implica articular o dizer com suas condições materiais e ideológicas, considerando as lutas de classe como motor da história. Por isso, os conceitos de classe e de Trabalho são essenciais nas análises, para compreender mais profundamente o funcionamento dos discursos em suas contradições ontológicas da/na sociedade capitalista. Continuemos, pois, a buscar sentidos outros para a nossa existência!

Referências

CAVALCANTE, M. S. A. O. A ideologia em Lukács: contribuições para a Análise do Discurso. In: CAVALCANTE, M. do Socorro Aguiar de O. (org.). **Linguagem, discurso, ideologia: a materialidade dos sentidos**. Maceió: Edufal, 2017. p.39-59.

FLORÊNCIO, A. M. *et al.* **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Alagoas: Edufal, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social 2**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, B.; CAVALCANTE, M. S. História, consciência e inconsciente: o sujeito na Análise do Discurso. In: **Leitura**, [S. l.], v. 2, n. 40, p. 131–144, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7219>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PÊCHEUX, M. **O discurso estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2002.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SILVA SOBRINHO, H. Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso. In: BALDINI, L.; BARBOSA FILHO, F. (org.). **Análise de discurso e materialismos**: prática política e materialidades. v. 2. Campinas: Pontes Editores, 2018, p. 59-84.

SILVA SOBRINHO, H.; ARAÚJO, J.; ARAÚJO, M. Ideologia de mercado e educação: uma análise discursiva sobre “projeto de vida” no novo ensino médio. In: RODRIGUES, A.; DEUSDARÁ, B.; DIAS, J. (org.). **Discursos em análise do/no presente**. Curitiba: CRV, 2023. p.77-86.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinoti- Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, n. 12. ano VI, p. 40-64, out. 2010. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/100/90>. Acesso em: 15 jun. 2023.

“Reforma da Previdência”: na disputa pelo poder das palavras, a argumentação no discurso neoliberal

Maria Virgínia Borges Amaral¹

Mónica G. Zoppi-Fontana²

Sóstenes Ericson³

| Introdução

A argumentação ganha ênfase no campo das teorias do discurso, caracterizando-se como a propositura de uma “nova retórica”, como também no resgate desse ato de linguagem no discurso político, materializando sua capacidade de persuadir o outro, o sujeito interlocutor, nos procedimentos argumentativos.

-
- 1 Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGL/UFAL). Líder 1 do Grupo de Estudo em Análise do Discurso (GrAD)/CNPq-UFAL. E-mail: mvirginia39@gmail.com
 - 2 Livre-Docente do Departamento de Linguística, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, atuando nos cursos de Graduação e Pós-Graduação. E-mail: monzoppi@gmail.com
 - 3 Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGL/UFAL). Líder 2 do Grupo de Estudo em Análise do Discurso (GrAD)/CNPq-UFAL. E-mail: sostenes.silva@arapiraca.ufal.br

A cena discursiva⁴ brasileira contemporânea tem se constituído um desafio aos analistas do discurso, não apenas pelas múltiplas faces do drama social provocado em decorrência da pandemia de covid-19, como também pelo que o país já vinha enfrentando no contexto de golpe de 2016 e de seus desdobramentos. Foi nesse período que o tema “Reforma da Previdência”⁵ emergiu como possível objeto de estudo na realidade social conturbada por grandes mudanças societárias, com ele e a partir dele produziram e circularam diferentes sentidos em várias discursividades.

Na cena enunciativa (GUIMARÃES, 2002) contemporânea, a “arte da palavra”, ao compartilhar sentidos com a argumentação e com a retórica, elevou-se até o poder da persuasão na ação política e social. Considerando a análise do discurso na inter-relação com o materialismo histórico, revisto na teoria materialista do discurso (PÊCHEUX, 2009), este trabalho toma a “Reforma da Previdência”, enquanto expressão referencial (COURTINE, 2006), para analisar as relações de poder materializadas na argumentação em formações discursivas distintas (discurso oficializado, mídia, representação sindical) e seus efeitos de sentido.

Toma-se a argumentação no processo histórico-social, como um movimento da língua e da história, orientado pela função social da ideologia para a reprodução da forma de organização movida pelos interesses do capital. Nesta sociedade, deparam-se forças conflitantes (CORTEN, 1999) que agem tanto a favor da manutenção da ordem vigente como a contestam em prol de outra organização social, justa e igualitária.

Essas formas conflitantes de expressão social se apresentam de maneiras diversas em vários discursos, representados por sujei-

4 Considerando o conceito de cena desenvolvido por Maingueneau (2006).

5 Aqui considerado como *enunciado de referência*, nos termos definidos por Courtine (2016), para quem os enunciados são “elementos do saber próprios a uma FD. Nós concebemos o enunciado como uma forma, ou um esquema geral, que governa a ‘repetibilidade’ no seio de uma rede de formulações” (COURTINE, 2016, p. 23, grifo do autor).

tos porta-vozes de interesses comuns ou divergentes dos operantes no processo de dominação do capital sobre o trabalho, com diversas implicações nas esferas da produção e reprodução da vida. São discursos que aparecem marcados por segmentos sociais dos trabalhadores empregados e desempregados, das pessoas com deficiência, entre outros, mas todos tendo em comum o direito ao trabalho, o que possibilita pensar as mediações entre trabalho e linguagem e os mecanismos argumentativos materializados no discurso.

Essas questões podem ser identificadas em práticas discursivas que articulam diferentes dizeres para produzir sentidos em torno do objetivo fundamental de todo discurso: argumentar para se fazer aceitar e ganhar adeptos em defesa de “sua causa”. No campo político do discurso neoliberal (GUILBERT, 2019), dizeres como “benefícios” assumem condição de disputa alinhada aos sentidos de idade e tempo de contribuição, enquanto no processo de circulação compõem, por exemplo, o argumento metafórico construído pela expressão “rombo na Previdência”.

Este capítulo busca analisar as relações de poder materializadas na argumentação em formações discursivas distintas (discurso oficializado⁶, mídia, representação sindical) e seus efeitos de sentido. Para tanto, foram feitos recortes da legislação, de um documento da Central Única dos Trabalhadores, que representa um conjunto de sindicatos de todo o país, e de uma reportagem da Folha de São Paulo. Tem-se em conta que o recorte corresponde a operação discursiva, tendo o texto como unidade de análise discursiva “em sua forma material (empírica). “E o recorte é a operação capaz de levar em conta essa distinta natureza material da linguagem” (ORLANDI, 2008, p. 95).

6 De acordo com Silva (2016), em se tratando do discurso jurídico, ocorre um processo de oficialização, no qual o Estado assume uma dada posição-sujeito, produzindo, pelas vias legais, o sentido de oficialidade, como fonte primeira/referência de *seu* dizer, enquanto disfarça as filiações discursivas que, do interdiscurso, produzem os sentidos que se pretende estabilizar como “oficiais”, enquanto verdade para a lei.

As proposições de Pêcheux (2008, 2009), Courtine (2006, 2009, 2016), Orlandi (2006, 2008), Guimarães (1995, 2004) e Guilbert (2019) serviram de base teórica para a análise. Consideramos que “é no enunciado que se constrói a *estabilidade referencial dos elementos de saber*” (COURTINE, 2009, p. 86, grifo do autor).

Na perspectiva da semântica da enunciação, Guimarães (1995, p. 49) afirma que “a questão da argumentação é vista como uma relação de sentidos na linguagem”, tal relação orienta sentidos para o que se interpreta, o que implica “pensar a textualidade, de um lado, e a relação [...] entre interdiscurso/língua/enunciação, por outro” (GUIMARÃES, 1995, p. 49).

| Na argumentação, a disputa pelo poder da palavra

Quando Ducrot (1987) tratou da relação entre pressupostos e subentendidos, revendo o que, inicialmente, entendeu como oposição dessas “duas formas de implícito” (DUCROT, 1987, p. 85), pôs em relevo a necessidade de considerar que a noção de subentendido “servirá para designar os efeitos de sentido que aparecem na interpretação quando refletimos sobre as razões de uma enunciação”, e que toda a retórica da pressuposição no enunciado é compreendida como “objeto de afirmação” (DUCROT, 1987, p. 87). No dizer de Guimarães (1995), Ducrot inclui “no seu objeto o domínio do já-dito, não dito diretamente, mas que está significado no enunciado. O pressuposto, como sentido implícito, é parte decisiva da deontologia própria da linguagem” (GUIMARÃES, 1995, p. 57).

Em se tratando da “Reforma da Previdência”, a pressuposição daria conta da afirmação de que a Política da Previdência existe em uma dada realidade e precede a reforma, que é um efeito subentendido, a partir de uma interpretação ancorada na sua (eventual) necessidade. Desse modo, a argumentação no *espaço discursivo da reforma* se daria também a partir do implícito, do não-dito, cabendo à interpreta-

ção questionar os argumentos favoráveis ou contrários a sua reforma, não estando em questão, aparentemente, a existência (pressuposta) da Previdência e a função social do Estado na sua regulamentação.

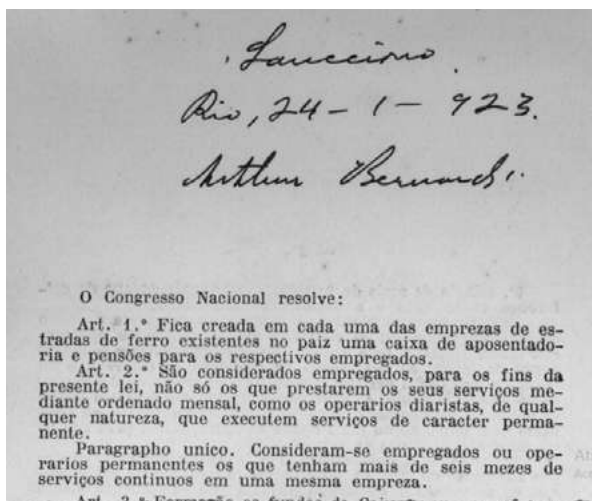
É nesse espaço que se pode identificar um elemento central da argumentação, no que Haroche (1992) retoma de Pêcheux, ao afirmar que a determinação estrutura o sujeito de fora, “pelo viés dos processos discursivos responsáveis pelo efeito de sustentação e o efeito de pré-construído. Estes contribuem, pelo mecanismo ideológico do reconhecimento e da identificação, para descentrar a determinação” (HAROCHE, 1992, p. 200).

No que se refere à esfera do Direito, o efeito de sustentação no ordenamento jurídico vai utilizar dados estatísticos, como a expectativa de sobrevida por faixa etária e sexo (BRASIL, 2019b), para justificar a revisão de direitos, sem necessariamente negá-los. Segue, portanto, as determinações econômicas que são utilizadas, conforme a ideologia de mercado, para justificar os atos de reforma do Estado. Nesse processo, são construções simples do tipo causa-efeito as que são mobilizadas sempre que necessário, a exemplo da “queda na contribuição previdenciária” e do “aumento no número de beneficiários” como argumento para aumentar o tempo e o percentual de contribuição. Trata-se de uma construção que pressupõe na existência da Previdência a necessidade de contribuição, naturalizando o pré-construído de que o benefício depende de contribuições. Todavia, não questiona as razões da diminuição da contribuição e o papel do Estado e do mercado no processo de precarização do trabalho no país e a regulação do uso dos recursos financeiros oriundos da Previdência.

No percurso histórico brasileiro, observa-se que em 26 de março de 1888, o Decreto n.º 9.912 regulou o direito à aposentadoria dos empregados dos Correios e em novembro daquele mesmo ano foi criada a chamada “Caixa de Socorros” em cada uma das estradas de ferro do Império. No entanto, somente em 1923, com a chamada Lei Eloy

Chaves, temos a primeira lei da Previdência Social, fortemente pressionada pelos ferroviários (setor privado), sendo ao longo dos anos ampliada para o modelo atual, que inclui aposentadorias, pensões e outros benefícios a cerca de 35 milhões de brasileiros (BRASIL, 2019a, n.p.). “Para fazer jus à aposentadoria, o empregado precisava ter no mínimo 50 anos de idade e 30 anos de serviço no setor ferroviário. O valor do pagamento era ligeiramente inferior à média dos últimos salários recebidos na ativa”.

Figura 1 – Texto da Lei Eloy Chaves, 1923



Fonte: Agência Senado. Acesso em: 23 mar. 2021.

A definição do direito à “caixa de aposentaria e pensões” é seguida da definição do sujeito (empregados, operários diaristas ou operários permanentes) para “os fins da presente lei”, funcionando por restrição: “de qualquer natureza, **que executem** serviços de caracter permanente”⁷ e “**os que** tenham mais de seis mezes de serviços contínuos em uma mesma empresa”. Logo, desde o seu nascedouro não se tratava de uma lei de caráter universal (para todos os trabalhadores)

⁷ Mantida a escrita da época.

e mesmo sendo restrita a determinadas categorias, já existiam denúncias de irregularidades, ao ponto de o então senador Irineu Machado (RJ, à época DF), que havia trabalhado na Estrada de Ferro Central do Brasil antes de entrar na política, subir à tribuna do Senado ainda em 1923, no Rio de Janeiro, para indignado constatar: “todas as empresas vão buscando interpretações capciosas e contrárias ao direito dos homens do trabalho” (BRASIL, 2019a, n.p.).

Vejamos também que, de acordo com Saffioti (1985),

excluindo-se as pessoas que viviam de suas rendas, as de profissões não declaradas e as sem profissão do censo de 1920, apura-se uma taxa de participação feminina na PEA total brasileira de tão-somente 15,3%. Do total da mão-de-obra empregada nas atividades primárias as mulheres passaram a representar apenas 9,4%; nas atividades secundárias a força de trabalho feminina perdeu a hegemonia ostentada por cerca de meio século, caindo para 33,7% do total de trabalhadores do setor; e nas atividades terciárias as mulheres representavam 22,2% dos trabalhadores (SAFFIOTI, 1985, p. 114).

Não menos importante que situar, do ponto de vista histórico, o contexto da época quanto à presença de mulheres no mercado de trabalho, é observar como os embates entre trabalhadores e patrões não foram atenuados por força de lei, considerando a linha tênue entre conquista (dos trabalhadores) e concessão (do Estado/patrões), num momento em que o país iniciava o seu processo *hipertardio* de industrialização.

Os critérios para fazer jus à aposentadoria (o empregado precisava ter no mínimo 50 anos de idade e 30 anos de serviço no setor ferroviário, considerando que o valor do pagamento era ligeiramente inferior à média dos últimos salários recebidos na ativa) são situados, então, no campo da argumentação e a partir daí funcionam enquan-

to causa-efeito como o que se pode “flexibilizar”, ao longo do tempo, a depender das determinações em presença, estando subentendidos os seus efeitos na interpretação.

Tal relação, entretanto, precisa ser questionada, uma vez que se situa no processo socio-histórico e sobre ela incidem diversas mediações que não são explicitadas linearmente no que se tenta produzir enquanto efeito direto das causas que sustentam a argumentação, numa lógica construída a partir da relação se-então: se as contribuições previdenciárias diminuíram, *então* é preciso aumentar a idade mínima para se aposentar/aumentar o tempo de contribuição. Trata-se de uma construção fundamental sob a dinâmica do mercado, uma vez que sua base é econômica e opera tipicamente numa relação de orçamento e despesas, cujo saldo deverá ser sempre positivo, sendo o eventual saldo negativo a justificativa para o uso metafórico da expressão “rombo da Previdência”⁸, que põe em relevo a distinção entre sentido e referência no discurso, conforme apontado por Ricoeur (2005).

Considerando a importância de uma análise econômica do orçamento da Previdência, algo que excede os limites deste trabalho, voltamos a nossa investigação para os mecanismos discursivos que vão sendo constituídos em torno e a partir da expressão “Reforma da Previdência”, tendo em conta suas contradições e os efeitos de sentido que daí decorrem.

No que toca esta análise, tomamos como ponto de partida o texto da então Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 006/2019. Embora no percurso da tramitação tenha havido alterações na proposta inicial (foram 297 emendas ao projeto), o que nos interessa é a argumentação que vai sendo construída para produzir o efeito da ne-

8 Na edição *on-line* de 30 jan. 2020, a Folha de S. Paulo trouxe uma matéria intitulada “Rombo da Previdência bate recorde e atinge R\$ 318 bilhões em 2019”. Disponível em: [211](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/rombo-da-previdencia-bate-recorde-e-atinge-r-318-bilhoes-em-2019.shtml#:~:text=Rombo%20da%20Previd%C3%Aancia%20bate%20recorde%20e%20atinge%20R%24%20318%20bilh%C3%B5es%20em%202019,-Ainda%20sem%20efeito. Acesso em: 26 fev. 2020.</p></div><div data-bbox=)

cessidade (ou não) da reforma, razão pela qual situamos o que mudou da proposta inicial para a proposta final já um efeito no jogo de poder instaurado na/pela polêmica em torno do direito previdenciário face às imposições do grande capital sobre o Estado brasileiro.

Numa das matérias da Folha de S. Paulo (6 de novembro de 2019)⁹, é emblemática a necessidade e urgência da articulação entre os poderes executivo e legislativo em torno da proposta de reforma, num período de poucos ruídos e estranhamentos entre os principais personagens da cena política governamental, aparentemente liderada pelo então presidente da República, conforme demonstrado já em seu segundo mês de (des)governo, como observamos na Figura a seguir.

Figura 2 – Apresentação da proposta de reforma da Previdência



Fonte: Folha de S. Paulo. Acesso em: 18 nov. 2019.

Interessante observar a citação dos nomes do presidente e de seu ministro, numa sequência que realça a autoridade do primeiro, enquanto que aos presidentes da Câmara e do Senado, bastou o cargo

⁹ Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/capa/folha-de-s-paulo/2019-11-06>. Acesso em: 19 nov. 2019.

e a imagem dos nominalmente citados. O efeito de unidade em prol de uma proposta *de governo* contribui para simular uma harmonia entre partidos políticos aliados e, ao mesmo tempo, demonstrar a ampliação dessa base para a aprovação da proposta. Desse modo, são apresentados os porta-vozes da reforma, personificando os interesses dominantes em disputa a partir de suas posições na cena discursiva¹⁰ do direito ao trabalho.

A disputa em torno da Reforma, trazida para o campo político, pressupõe um efeito de evidência de que é próprio desse campo o embate entre situação e oposição, com espaço para situar também as posições de centro-direita e centro-esquerda. Todavia, nos termos de Corten (1999, p. 38), “o político, como cena de representação, nem sempre existiu, nem é comum a todas as sociedades contemporâneas”, razão pela qual cumpre considerar o político enquanto “uma construção da realidade a partir da qual (no limite) se estabelece a ‘discriminação’ entre os amigos e os inimigos” (CORTEN, 1999, p.39), sendo a discriminação a essência do político.

No que a Folha chamou de “momentos pitorescos ao longo da tramitação da reforma da Previdência”, as vozes dissonantes da oposição ao governo também se fizeram representar, mas, ao invés da crítica à proposta da reforma, quem assumiu destaque na crítica à reforma foi o ministro Paulo Guedes e o presidente da República, acusados de “fujões” ao debate na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), realizado em 26 de março de 2019, estando os opositores sentados em seus *respectivos* lugares, o que pareceu deslocar o sentido de espaço de tensão e luta física para o campo do confronto de ideias, entre um “governo de fujões” e seus opositores:

10 Com base em Maingueneau, Orlandi (2008, p. 155) afirma que “a cenografia indica que o funcionamento do discurso, relativamente ao jogo das formações discursivas que determinam os sentidos e as posições sujeito, se faz porque não se diz a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço objetivamente assinaláveis do exterior mas se dando uma cena em que se enuncia e que ao mesmo tempo produz algo e é pressuposta para se legitimar”.

Figura 3 – “Governo de fujões”, 2019



Em março, uma sessão da CCI da Câmara para ouvir o ministro Paulo Guedes (Economia) e o secretário de previdência, Rogério Marinho foi interrompida devido a protestos de parlamentares da oposição, que ergueram cartazes chamando Bolsonaro e Guedes de fujões. Pedro Ladeira - 26.mar.2019/Folhapress

Fonte: Folha de S. Paulo. Acesso em: 28 mar. 2019.

Conforme anunciamos, partimos do texto jurídico, especificamente do texto da Emenda Constitucional n. 103, que “altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias”. No referido texto, não localizamos a expressão “Reforma da Previdência”, sendo os enunciados dispostos conforme listamos a seguir:

- Sistema de previdência social
- Regime Geral de Previdência Social
- Regime próprio de previdência social
- O regime de previdência
- O regime de previdência complementar

Quer seja como sistema, quer seja como Regime (Geral ou próprio), a presidência social ou complementar (leia-se privada), a Previdência é tomada em sua evidência (a Previdência existe) e, a partir daí, são apresentadas as alterações e regras de transição, bem como as disposições transitórias. Aqui já não são explicitados os embates desde a apresentação da proposta inicial, nem as justificativas do que foi modificado e do que permaneceu ou foi excluído. É o efeito de uniformidade que, uma vez suavizado pelo que silencia, assume a condição de oficializado por um processo que seguiu o rito legal de tramitação e contou com a aprovação da maioria na Câmara e também no Senado.

Por esse percurso, ao não utilizar o termo “Reforma”, a EC n.º 103, de 13 de novembro de 2019, traz os verbos alterar e estabelecer, e não reformar. Já no documento elaborado pela Secretaria da Previdência, no início daquele ano, o título “Nova Previdência para os RPPS” (BRASIL, 2019b) referindo-se aos Regimes Próprios de Previdência Social, por sua vez, já possibilita identificar o silenciamento da “Reforma”.

Nesse sentido, a expressão “Reforma da Previdência” constitui um dizer do outro, guardando relação constitutiva com o discurso jurídico aí oficializado, embora não seja nele explicitado e em nenhum documento incluído no rito processual, uma vez que a expressão “Reforma da Previdência” não comparece no documento legal. Com base em Indursky, consideramos o *discurso-outro* como

um discurso que se relaciona com o outro através da negação, recalçando-o constantemente, acaba por ser dominado pelo discurso-outro, que o determina. É o outro discurso que determina os temas discursivos, que determina o que deve/pode ser dito, o que deve ser antecipado, o que pode, mas convém ser silenciado, bem como o que deve ser refutado, cabendo-lhe, por fim, um papel essencial: embora recalcado, é ao *discurso-outro* que cabe a função de organizar

o discurso presidencial e seus argumentos (INDURSKY, 2013, p. 299, grifos da autora).

No que trata esta análise, todavia, tanto a representação sindical, quanto a mídia, ao tratarem das “novas regras” apresentadas pelo governo, reconhecem tratar-se de uma reforma e é precisamente esse reconhecimento que possibilita a designação que, a partir daí, passa a circular em diferentes formações discursivas, produzindo efeitos de sentido distintos. Cabe observar que, no momento imediatamente anterior à promulgação da referida Emenda, identificamos uma matéria extraída da página da CUT e uma reportagem da Folha de S. Paulo, que tinham os seguintes títulos:

“Senado aprova a reforma mais cruel para trabalhadores e viúvas. Por 60 votos a 19, senadores aprovam em segundo turno a reforma da Previdência. O texto diminui valores dos benefícios e endurecem *[sic]* o acesso para aposentadoria e pensões de trabalhadores, viúvas e filhos” – CUT (22/10/2019).

“Reforma da Previdência será promulgada nesta terça, diz Alcolumbre. Novas regras para aposentadoria passam a valer após ato” – Folha de S. Paulo (06/11/2019).

Não importa aqui apenas realçar *o próprio* do discurso sindical, que se pretende alinhado à formação ideológica do trabalho (AMARAL, 2016), enquanto que a grande mídia estaria, de modo predominante, voltada aos interesses do mercado, dada a sua estreita relação com os grandes conglomerados de empresas do setor de telecomunicação. Mais que isso, importa assumir um pressuposto fundamental: “todo discurso deve ser referido a uma formação ideológica, isto é, há uma relação necessária entre discurso e ideologia” (ORLANDI, 2006, p. 224) e, é a partir desse pressuposto que o termo

polissêmico “reforma” produz efeitos de sentido importantes na articulação com Previdência.

Nos dois recortes citados, buscamos identificar elementos de saber que estariam sendo convocados para sustentar a argumentação em torno da “Reforma da Previdência”, expressão comum às duas formações discursivas, consideradas a priori com base numa “tipologia consensual” (ORLANDI, 2006). Não se trata, todavia, de uma tentativa de buscar o sentido na palavra, mas antes de observar como a disputa pela palavra produz sentido nos deslocamentos, ambiguidades, repetições, etc. Tem-se aí a constituição do processo discursivo, “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2009, p. 148, grifo do autor).

Didaticamente e a título de ilustração, apresentamos a seguir alguns enunciados que nos ajudam a por em tela os processos discursivos em presença, considerando que “se os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma, é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido” (COURTINE, 2016, p. 15).

Quadro 1 – Designações – CUT e Folha de S. Paulo

CUT	Folha de S. Paulo
<p>As <u>novas regras</u> endurecem o acesso para a aposentadoria e pensões dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como para suas viúvas, viúvos e seus dependentes.</p> <p>A <u>reforma</u> também reduz o valor do benefício e aumenta o tempo de contribuição dos trabalhadores em atividades insalubres e praticamente acaba com a aposentadoria especial.</p> <p><u>Outra cruel mudança</u> é a que diminui o valor do benefício para quem se aposenta por invalidez.</p> <p>Se a <u>proposta de Bolsonaro</u> for aprovada, além de idade mínima maior e mais tempo de contribuição, os servidores federais terão descontados em seus contracheques alíquotas de contribuição à Previdência maiores do que os trabalhadores da iniciativa privada.</p>	<p>A <u>reforma</u> prevê medidas para aumentar a arrecadação dos cofres públicos, como o aumento da alíquota da CSLL¹¹ para bancos e de contribuição previdenciária para <u>trabalhadores e servidores mais ricos</u></p> <p>A <u>reforma</u> torna ainda mais rígido o cálculo de pensões por morte, que corta o valor do benefício para 60% mais 10% para cada dependente adicional. Hoje, não há esse redutor.</p> <p>Assim que a <u>reforma</u> for promulgada, quem vai entrar no mercado de trabalho terá que completar 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher, para cumprir o requisito de idade mínima para aposentadorias.</p> <p>O <u>governo conseguiu</u>, em outubro, o aval do Congresso para a reestruturação das regras de aposentadorias e pensões para trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Tanto o discurso sindical quanto o jornalístico adotam a expressão *reforma* e em ambos também há referência ao governo, ainda que no primeiro “a proposta de Bolsonaro” seja adjetivada como “cruel” e, no segundo, seja observado um caráter de sucesso (“o governo conseguiu”) com o aval do Congresso, via pela qual outra figura

11 Trata-se da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, imposto criado pela Lei n.º 7.689/1988, para aumentar o financiamento da Seguridade Social, podendo, a critério da empresa, ser pago a partir do Lucro Presumido ou a partir do Lucro Real, sendo a taxa de 9% para pessoas jurídicas em geral, podendo chegar a 20% no caso de empresas consideradas instituições financeiras, de seguros privados e de capitalização.

política também passou a disputar espaço (“Reforma da Previdência será promulgada nesta terça, diz Alcolumbre”).

Interessa a este estudo, no entanto, não apenas estabelecer distinções e semelhanças, uma vez que estaria em jogo uma tentativa de caracterização homogeneizante a cada uma das formações discursivas em tela. O pressuposto do caráter heterogêneo dos discursos permite avançar na análise para identificar o que, de outro lugar, atualiza o sentido de reforma no processo de circulação. Trata-se de considerar que há elementos de saber que não são específicos do discurso sindical nem do jornalístico, são núcleos significantes convocados para produzir efeitos, tanto na argumentação contrária à reforma, quanto no que seria uma posição favorável à proposta *do* então (des)governo.

Sem alongar a lista de dizeres em cada recorte que constitui o *corpus* desse estudo, tomemos os verbos para demonstrar como os sentidos vão sendo constituídos em torno do projeto de reforma que se tenta combater: endurecer, aumentar, reduzir, acabar, diminuir, ser, aposentar (CUT); ou defender: prever, aumentar, tornar, haver, entrar, ter, ir, cumprir, completar, conseguir (Folha de S. Paulo). Para além dos verbos auxiliares, os demais são importantes para demarcar uma determinada posição-sujeito na cena discursiva em questão.

Nas duas FDs, vemos o funcionamento, ainda que com mecanismos argumentativos distintos, de dizeres que se situam a partir de um determinado lugar: regras, aposentadoria, pensões, benefício, contribuição (previdenciária), invalidez, idade mínima, reestruturação das regras, arrecadação, cofres públicos, alíquota, contribuição previdenciária, etc. Trata-se de um conjunto de dizeres requisitados por diferentes FDs para dar sustentação a argumentos orientados por interesses distintos, embora não necessariamente antagônicos. Temos aí um funcionamento do interdiscurso, enquanto a relação de um discurso com outros discursos e “deste modo o enunciável (o dizível) é um já-dito e, como tal, é exterior à língua e ao sujeito” (GUIMARÃES, 1995,

p. 66), considerando a “exterioridade histórica e ideológica na linguagem” (GUIMARÃES, 2004, p. 112).

No entanto, a cada retomada, temos um funcionamento parafrástico, que introduz uma modificação no processo discursivo, pois “quando digo a mesma coisa duas vezes, há um efeito de sentido que não me permite identificar a segunda à primeira vez, pois são dois *acontecimentos* diferentes” (ORLANDI, 2006, p. 119, grifo da autora). Para Pêcheux (2009), é a ideologia que fornece “evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 2009, p. 146, grifos do autor).

Importa destacar que o modo de funcionamento da linguagem “não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso” (ORLANDI, 2006, p. 117). Com base nos sujeitos empíricos listados, observamos uma relação entre sobre quem se diz e os interlocutores já aí significados, o que possibilita apontar as filiações discursivas em disputa. Na matéria da CUT, de um lado, situou-se Bolsonaro (nomeado pela autoria da proposta apresentada) e, de outro, trabalhadores e trabalhadoras, viúvas, viúvos e seus dependentes, servidores federais, quem se aposenta por invalidez.

A seu modo, em se tratando da Folha de S. Paulo, a lista se ampliou, uma vez que governo e Congresso foram nomeados em posição distinta aos interesses dos bancos, também “atingidos” pela reforma. Para além dos representantes do Estado e do capital financeiro, foram citados trabalhadores e servidores “mais ricos” (numa suposta taxaço de fortuna, o que não foi incluído na proposta), homem e mulher, trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos, bem como quem iria entrar no mercado de trabalho, aqui incluídos os mais jovens e os (des)empregados da informalidade, ou seja, aqueles que ainda não in-

gressaram no mercado de trabalho formal. Mas em última instância, são duas as principais designações que interessam para efeito da reforma: contribuintes e beneficiários. Não menos importante é constatar que “poder político e meios de comunicação são fortemente entremeados” (GUILBERT, 2019, p. 18).

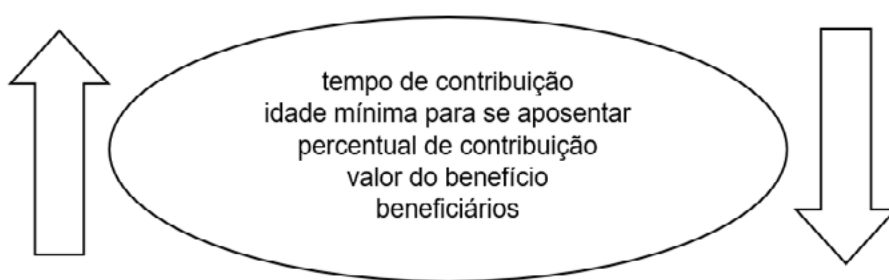
No tocante ao poder político, de um lado, a lógica será sempre orientada pelo dever do Estado de aumentar o número de contribuintes e o valor/tempo de contribuição, e, por outro, buscará sempre diminuir o número de beneficiários, o tempo de recebimento do benefício e o valor percebido. O direito da classe trabalhadora é, nesses termos, considerado como benefício e vai sendo reforçado no imaginário nacional um sentido que não seria apenas decorrente de uma questão de lógica, mas de justiça, pelo funcionamento do que está subentendido: não é justo que quem não contribui com a Previdência receba algum benefício. Desse modo, assume-se, conscientemente ou não, a posição-sujeito dominante, contribuindo para a perpetuação de determinadas relações de poder. “Essas relações se definem por sua inscrição em diferentes formações discursivas que representam diferentes relações com a ideologia, configurando o funcionamento da língua regida pelo imaginário” (ORLANDI, 2008, p. 129).

A “cruel mudança” explicitada pela CUT e a “reestruturação das regras” suavizada pela Folha de S. Paulo são partes distintas de um mesmo movimento radicalizado no antagonismo capital x trabalho, que, aliás, desde a legislação de 1888 já expressava as tensões entre patrões e trabalhadores na esteira jurídica, bem como a atuação do Estado na mediação de conflitos e na produção do efeito-consenso, através da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas, sobretudo, por meio do estatuto jurídico, que se pretende neutro, oficial e verdadeiro, aspectos inquestionáveis tanto pelo discurso sindical, quanto pelo discurso jornalístico. Mas, lembremo-nos de que “não há território neutro no mundo das palavras” (ORLANDI, 2008, p. 165). As discordâncias são, portanto, de outra ordem.

Desse modo, a distinção das filiações às formações ideológicas não elimina, por exemplo, do discurso sindical, a contradição de não se opor ao Estado, mas ao governo, o que implica, entre outras coisas, silenciar o antagonismo capital x trabalho, enquanto negocia as regras de opressão da classe trabalhadora. Cabe ressaltar que, para nós, “a contradição se constitui um elemento teórico que intervém na representação do real histórico, mas também é um objeto de análise, no sentido em que a existência de uma contradição desigual entre formações discursivas antagônicas é uma das modalidades discursivas que são objeto deste estudo” (COURTINE, 2016, p. 17).

A pauta, portanto, vai sendo construída com base em argumentos como diminuir/aumentar o tempo de contribuição, diminuir/aumentar a idade mínima para se aposentar, diminuir/aumentar o percentual de contribuição, diminuir/aumentar o valor do benefício, beneficiários, etc. Os processos argumentativos, então, se constituem com base nos efeitos de sentido subentendidos, bem como em já-ditos, que comparecem enquanto pressupostos na afirmação que se constitui no enunciado, enquanto núcleo significante.

Figura 4 – Núcleo significante



Fonte: Elaboração própria.

Na figura anterior, situamos ao centro o que pela repetição comparece em diferentes formações discursivas, produzindo sentidos distintos, mas reforçando na memória um já-dito que se pretende estabilizado e que não comparece, portanto, como passivo de questiona-

mento. É o que consideramos como efeito-consenso do que *deve haver* (tempo de contribuição, idade mínima para se aposentar, percentual de contribuição, valor do benefício, definição de beneficiários). A argumentação, por sua vez, vai se dá no espaço da relação quantitativa (diminuir/aumentar) do que *deve haver*, sendo este *dever* voltado tanto ao que compete ao Estado quanto ao que compete aos trabalhadores e patrões (guardadas as devidas desproporções), tendo como referência o ordenamento jurídico do trabalho e da Previdência Social.

Retomando o nosso ponto de partida, a expressão “Reforma da Previdência”, podemos agora considerá-la enquanto um enunciado produzido em circunstâncias historicamente dadas, a partir do já-dito sobre as reformas de Estado e da designação Previdência Social, tratando-se, desse modo, de dois enunciados que se conjugam para formar uma sequência enunciativa (PÊCHEUX, 2016, p. 230) independente, a partir da qual outros dizeres vão sendo (re)significados, a exemplo de idade, sexo, trabalhador, contribuição, benefício etc. Nesse processo, a Previdência assume posição de posse (A Previdência tem uma reforma) e o Estado é substituído pelo governo, tendo em conta que a proposta de reforma é assumida pela figura do presidente da República (e disputada por outras lideranças como o presidente da Câmara e o do Senado), ao tempo em que o caráter “social” da Previdência é suprimido, silenciado.

Interessante observar que, embora não identificadas no texto da PEC 06/2019 e da Emenda Constitucional n.º 103, as mudanças apresentadas nos referidos documentos são retomadas para sustentar os argumentos favoráveis e contrários à reforma. Do ponto de vista legal, no entanto, são reforçados os dizeres que se pretendem estáveis, numa tentativa “fazer coincidir descrições definidas” (PÊCHEUX, 2016, p. 233), uma vez que “para o Direito, é essencial que nada do que existe fique sem nome, que todo estado de coisa possa ser identificado”. Na lei, tenta-se (nos termos do que Pêcheux chamou de esquecimento número 2) evitar ambiguidades e polêmicas, a exemplo do que consta

no caput da EC n.º 103 quando se afirma “altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias”, ao invés de dizer “institui a reforma da Previdência”.

A base desse processo, no entanto, remonta a “nova” forma de liberalismo iniciada na década de 1970, marcada pela “‘supressão ou ao menos a redução’ da intervenção do Estado na economia, e até a supressão ou a redução do Estado como tal” (GUILBERT, 2019, p. 23), com defesa ferrenha da livre-iniciativa. Nesse modelo, os principais dogmas econômicos agrupados na expressão Consenso de Washington são: “disciplina orçamentária, liberação das trocas comerciais e dos mercados financeiros, privatizações, proteção dos direitos de propriedade, desregulamentação” (GUILBERT, 2019, p. 27). Eis, portanto, a *formação discursiva matricial*¹² do que identificamos em funcionamento na “Reforma da Previdência” – o discurso neoliberal.

Na base do processo de dizer X para não dizer Y, situa-se a necessidade de manutenção das relações de poder, uma vez que para a classe dominante, “o seu direito não é senão a vontade da sua classe erigida em lei, uma vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de existência de sua própria classe” (MARX; ENGELS, 2001, p. 69). Nessa perspectiva, observa-se que “Estado e Direito privado têm uma base real comum, o que põe a esfera econômica e a esfera política em condição de distinção e de indissociabilidade” (ERICSON, 2019, p. 116). Tendo em conta o legado de Pêcheux (2008), entendemos que “face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí [...] de uma questão de ética e de política: uma questão de responsabilidade” (PÊCHEUX, 2008, p. 57).

12 Ao analisar o Discurso da Qualidade Total (DQT), Amaral (2016, p. 139) identifica a Formação Discursiva do Mercado como *matricial*, enquanto formação discursiva dominante, “que orienta, regula o dizer, definindo o que pode e o que não pode ser dito, de maneira a conduzir a prática do discurso para os fins esperados, dentro da ordem social vigente – a capitalista” (AMARAL, 2016, p. 125).

| **Considerações finais**

Neste trabalho, tomamos a argumentação no processo histórico-social, como um movimento da língua e da história, orientado pela função social da ideologia para a reprodução da forma de organização movida pelos interesses do capital. Nesta sociedade, deparam-se forças conflitantes (CORTEN, 1999) que agem tanto a favor da manutenção da ordem vigente como a contestam em prol de outra organização social, justa e igualitária.

Essas formas conflitantes de expressão social se apresentam de maneiras diversas em vários discursos, representados por sujeitos portadores de interesses comuns ou divergentes dos operantes no processo de dominação do capital sobre o trabalho, com diversas implicações nas esferas da produção e reprodução da vida. São discursos que aparecem marcados por segmentos sociais dos trabalhadores empregados e desempregados, das pessoas com deficiência, entre outros, mas todos tendo em comum o direito ao trabalho, o que possibilita pensar as mediações entre trabalho e linguagem e os mecanismos argumentativos materializados no discurso.

Tais questões podem ser identificadas em práticas discursivas que articulam diferentes dizeres para produzir sentidos em torno do objetivo fundamental de todo discurso: argumentar para se fazer aceitar e ganhar adeptos em defesa de “sua causa”. Nosso gesto de interpretação possibilitou demonstrar pelo funcionamento discursivo, como diferentes elementos de saber contribuem para a produção de sentido, mantendo estabilizados pré-construídos que perpetuam as relações de poder responsáveis pela exploração do trabalho. Enquanto se questiona se o tempo de contribuir deve aumentar ou não, não se questiona a necessidade da contribuição e assim por diante. Nesse sentido, discurso sindical e discurso jornalístico contribuem para a produção de sentido de consenso em torno do que se pretende estabilizado, enquanto o discurso neoliberal continua produzindo evidências de naturalização das “novas regras” previdenciárias, até que tomemos outras providências...

Referências

AMARAL, M. V. B. **Por uma teoria revolucionária do discurso**. Posfácio. In: AMARAL, M. V. B.. Discurso e relações de trabalho. 2. ed. Maceió: Edufal, 2016. p. 253-267.

BRASIL. **1ª Previdência**. Arquivo S. Agência Senado. Edição 57. Publicado em 03/06/2019a. Disponível em: www12.senado.leg.br. Acesso em: 20 dez. 2019

BRASIL. **PEC 6/2019**: Nova Previdência para os RPPS. Brasília/DF: Ministério da Economia. Secretaria da Previdência, 2019b. Disponível em: sa.previdencia.gov.br/site/2019/03/NOVA-PREVIDENCIA.pdf. Acesso em: 23 fev. 2022.

CORTEN, A. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. v. 12. Coleção Ensaios. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p.37-52.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

COURTINE, J-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução de Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. **Policromias**. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 14-35, jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090> Acesso em: 23 fev. 2022.

COURTINE, J-J. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da vida pública. Organização e tradução: Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. Revisão: Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2006.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes Editores, 1987.

ERICSON, S. Estado democrático de direito: deslocamentos e ambiguidades na argumentação. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 19, p. 103-120, ago.2019. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2269>. Acesso em: 23 fev. 2022.

GUILBERT, T. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Tradução de Guilherme Adorno *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

GUIMARÃES, E. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes Editores, 2004.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes Editores, 1995.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi e cols. São Paulo: HUCITEC, 1992.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da Enunciação**. Organização: Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições, 2006.

MARX, K, ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. 4. reimp. Campinas: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. *In*: CONEIN, B. *et al.* (orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 227-236.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RICOEUR, P. **A metáfora viva**. Tradução de Dion Davi Macedo. 2. ed. Leituras Filosóficas. São Paulo: Loyola, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas**. São Paulo, n. 8, p. 95-141, 1985. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108258/ISSN1984-0241-1985-8-95-141.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SILVA, S. E. V. **Agronegócio e agricultura familiar**: a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital. Maceió: Edufal, 2016.

